

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E  
INSTITUCIONAL**

**Vitor Hugo Couto Triska**

**VERDADE E TÉCNICA EM PSICANÁLISE**

**Porto Alegre**

**2010**

**Vitor Hugo Couto Triska**

**VERDADE E TÉCNICA EM PSICANÁLISE**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Regina de Leão D'Agord

**Porto Alegre**

**2010**

**Vitor Hugo Couto Triska**

**VERDADE E TÉCNICA EM PSICANÁLISE**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Regina de Leão D'Agord

**BANCA EXAMINADORA:**

**Prof. Dr. Alfredo Sergio Eidelsztein (UBA)**

**Prof. Dr. Carlos Henrique Kessler (UFRGS)**

**Prof. Dr. Edson Luiz André de Sousa (UFRGS)**

## AGRADECIMENTOS

À professora Marta Regina de Leão D'Agord, que através da orientação sempre presente, qualificada e pontual, desde a graduação tem me ajudado a encontrar minhas palavras e acolhido minhas idéias.

Aos professores membros da banca, cuja importância na minha formação ultrapassa a composição da mesma, pela gentileza de terem aceitado compô-la.

Aos amigos e colegas da Clínica de Atendimento Psicológico da UFRGS, onde comecei minha prática psicanalítica, local que guardarei sempre com carinho e respeito.

Ao professor José Luiz Caon, por tudo que me ensinou, e aos demais participantes das suas listas e grupos, devido à manutenção de um espaço legítimo de aprendizagens sempre fiel à ética psicanalítica e independente de interesses institucionais.

Aos meus pais, Sergio e Eliane, pelo apoio incondicional, e a toda minha família.

Ao meu irmão Juliano, por ser o Manão!

A todos meus amigos!

Quanto à sempre compreensiva, amável e meiga Lila, parafraseio Machado de Assis: os trabalhos acadêmicos dedicam-se a pais, a parentes e a amigos. O amor, porém, é coisa que se dedica a uma só pessoa.

*A Verdade Dividida*

*A porta da verdade estava aberta  
mas só deixava passar  
meia pessoa de cada vez.*

*Assim não era possível atingir toda a verdade,  
porque a meia pessoa que entrava  
só conseguia o perfil de meia verdade.  
E sua segunda metade  
voltava igualmente com meio perfil.  
E os meios perfis não coincidiam.*

*Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.  
Chegaram ao lugar luminoso  
onde a verdade esplendia os seus fogos.  
Era dividida em duas metades  
diferentes uma da outra.*

*Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.  
Nenhuma das duas era perfeitamente bela.  
E era preciso optar. Cada um optou  
conforme seu capricho, sua ilusão, sua miopia.*

(Carlos Drummond de Andrade)

## RESUMO

Este trabalho origina-se de uma questão clínica e busca, no campo da teoria psicanalítica, estabelecer uma comparação entre os conceitos de verdade de Freud e Lacan, assim como pesquisar as concepções de verdade que podem ser reconhecidas em ambas obras. Utiliza-se a formalização lacaniana para conceber uma “topológica” da verdade, isto é, o fundamento do conceito, para assim questionar seus possíveis impactos no campo da técnica psicanalítica. Com a mesma finalidade, através da referência à topologia das superfícies, investiga-se a relação entre o dispositivo de corte na situação clínica e a concepção topológica de corte, essencial para a abordagem da interpretação (operação central à técnica). Dessa maneira coloca-se em debate a relação da verdade com propostas tais quais semi-dizer, ato, escansão, citação, enigma e pontuação, a fim de expor um possível fundamento da técnica interpretativa em psicanálise. Tendo isso em vista, apresenta-se a relevância do conceito de verdade de Lacan para o campo da técnica, o que definiria a prática psicanalítica como uma *prática de verdade*.

Palavras-chave: verdade, técnica, psicanálise, topologia.

## RÉSUMÉ

Ce travail – dont l'origine découle d'une question clinique – cherche, dans le champ de la théorie psychanalytique, établir une comparaison entre les concepts de vérité chez Freud et Lacan, ainsi que rechercher les conceptions de vérité qui peuvent être reconnues dans les deux œuvres. Nous utilisons la formalisation lacanienne pour concevoir une "topologique" de la vérité, c'est à dire, le fondement du concept, pour ainsi mettre en question ses possibles impacts dans le champ de la technique psychanalytique. Avec le même objectif, à partir de la référence à la topologie des surfaces, on investigate le rapport entre le dispositif de coupure dans la situation clinique et la conception topologique de coupure, essentielle pour aborder l'interprétation (opération central à la technique). C'est ainsi que l'on débat le rapport de la vérité avec propositions comme mi-dire, acte, scansion, citation, énigme et ponctuation, afin d'exposer un possible fondement de la technique interprétative en la psychanalyse. On présente donc l'importance du concept lacanien de vérité pour le champ de la technique, ce que définirait la pratique psychanalytique comme une *pratique de vérité*.

Mots-clés: vérité, technique, psychanalyse, topologie.

## SUMÁRIO

<b>ÍNDICE DOS SEMINÁRIOS DE LACAN CONSULTADOS.....</b>	<b>9</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1. MOTIVAÇÃO CLÍNICA.....	10
1.2. METODOLOGIA.....	11
<b>2. O CONTEXTO DA TÉCNICA.....</b>	<b>14</b>
2.1. OS ESCRITOS TÉCNICOS DE LACAN?.....	18
2.2. AS REGRAS TÉCNICAS.....	20
2.3. A FUNÇÃO DA FALA.....	24
<b>3. A VERDADE EM FREUD E LACAN.....</b>	<b>27</b>
3.1. DA CLÍNICA À PERGUNTA DE FREUD.....	27
3.2. REALIDADE E VERDADE DE FREUD A LACAN.....	28
3.3. O(S) INCONSCIENTE(S).....	30
3.4. MITO E ESTRUTURA.....	32
3.5. A VERDADE E O UM A MAIS.....	36
<b>4. A TOPOLOGIA DA VERDADE.....</b>	<b>39</b>
4.1. LACAN ESTRUTURALISTA?.....	40
4.2. A FALHA LÓGICA E A FALTA NO OUTRO.....	43
4.3. DESEJO E VERDADE.....	49
<b>5. O SUJEITO SUPERFICIAL.....</b>	<b>51</b>
5.1. A TOPOLOGIA E SEUS FUNDAMENTOS EM LACAN.....	51
5.2. A IDENTIFICAÇÃO PELO TRAÇO UNÁRIO.....	57
5.3. A ESCRITA DA LEITURA DA ESCRITA.....	61
5.4. PRIVAÇÃO (DO TRAÇO UNÁRIO): O SUJEITO COMO -1.....	65
5.5. FRUSTRAÇÃO: O DESVIO DO OUTRO.....	66
5.6. CASTRAÇÃO: CORTE SIGNIFICANTE E A IMPOTÊNCIA DA VERDADE.....	70
5.7. POR QUE A INTERPRETAÇÃO É UM CORTE?.....	73
<b>6. A INTERPRETAÇÃO: UMA TENTATIVA DE FORMALIZAÇÃO.....</b>	<b>80</b>
6.1. O DISCURSO DO ANALISTA: VERDADE E SEMI-DIZER.....	80
6.2. ALIENAÇÃO.....	81
6.3. SEPARAÇÃO.....	84
6.4. FALTA (DE SENTIDO) E INTERPRETAÇÃO.....	87
6.5. DEUTUNG, BEDEUTUNG.....	90
6.6. PONTUAÇÃO, ESCANSÃO, CITAÇÃO E ENIGMA.....	93
<b>7. O ATO PSICANALÍTICO: RESISTÊNCIA, TRANSFERÊNCIA E     DISSOLUÇÃO.....</b>	<b>97</b>
7.1. O SUJEITO SUPOSTO SABER.....	98
<b>8. ÉTICA, TÉCNICA E O DESEJO DO ANALISTA.....</b>	<b>104</b>
8.1. TEORIA E TÉCNICA.....	104
8.2. POR UMA ÉTICA DA FALTA?.....	108
8.3. A SUBJETIVIDADE DO PSICANALISTA NA TÉCNICA.....	110
<b>9. ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>118</b>

## ÍNDICE DOS SEMINÁRIOS DE LACAN CONSULTADOS

A fim de facilitar a consulta à fonte, optamos por incluir nas referências a sigla de cada seminário, assim como o dia em que a lição foi ditada. Constará, portanto, nas citações dos seminários, o ano em que o seminário ocorreu, a data de publicação da versão consultada, a página, a sigla e a data da lição. Abaixo estão as siglas que correspondem a cada seminário, assim como suas versões consultadas.

**S01:** *Les Écrits techniques de Freud*, 1953-54; edição em português de Jorge Zahar Editor (1986).

**S02:** *Le Moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse*, 1954-1955; edição em português de Jorge Zahar Editor (1985).

**S09:** *L'identification*, 1961-62; edição em português de Centro de Estudos Freudianos do Recife (2003, publicação não comercial).

**S11:** *Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*, 1964; edição em português de Jorge Zahar Editor (1998).

**S14:** *La logique du fantasme*, 1966-67; edições em espanhol da Escuela Freudiana de Buenos Aires (2002, publicação não comercial) e em francês do site [www.gaogoa.free.fr](http://www.gaogoa.free.fr).

**S15:** *L'acte psychanalytique*, 1967-68; edição de Escola de Estudos Psicanalíticos (publicação não comercial).

**S16:** *D'un Autre à l'autre*, 1968-69; edição em francês de Seuil (2006) e em português de Jorge Zahar Editor (2008).

**S17:** *L'envers de la psychanalyse*, 1969-70; edição em português de Jorge Zahar Editor (1992).

**S18:** *D'un discours qui ne serait pas du semblant*, 1971; edições em português de Jorge Zahar Editor (2008) e Centro de Estudos Freudianos de Recife (1996, publicação não comercial).

**S22:** *R.S.I.*, 1974-75; edição em espanhol da Escuela Freudiana de Buenos Aires (2002, publicação não comercial).

**S24:** *L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre*, 1976-77; edição em francês do site [www.gaogoa.free.fr](http://www.gaogoa.free.fr).

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. MOTIVAÇÃO CLÍNICA

A motivação inicial dessa pesquisa criou-se em torno da *verdade*, a partir de interrogações clínicas bastante simples, mas cujos fundamentos são complexos. Uma dessas situações, muito comum no atendimento de crianças, acontece quando, por exemplo, se constata que vários fatos do discurso do paciente diferem substancialmente dos fatos das versões das mesmas histórias contadas pelos pais ou outros responsáveis. Ora, mesmo uma só pessoa pode contar a mesma história de várias maneiras diferentes ou atribuindo-lhe novos sentidos. Qual conceito de verdade abrigaria tal estrutura discursiva? Nesse contexto surge a questão sobre como considerar o saber que um discurso gera quando este é contraditório consigo mesmo, o que acabará sendo uma de nossas questões centrais. Encontramos na teoria de Lacan possibilidades de abrigar este problema, como na seguinte passagem, sobre o Homem dos Lobos, que teremos oportunidade de abordar posteriormente:

“é verdadeiro?” não se reduz a saber se sim ou se não, e a que idade viveu algo que é reconstruído com a ajuda da figura do sonho. O essencial é saber como o sujeito, o homem dos lobos, pôde verificar essa cena sob seu ser e seu sintoma. Isto quer dizer (porque Freud não duvida da realidade da cena original), como pôde articulá-lo em termos de significante (LACAN, 1966-67/2002, p. 5, S14-07/12/66)<sup>1</sup>.

Com uma leitura mais dirigida de Lacan – e também com mais experiência, o que sempre requer algum período de tempo – pudemos vislumbrar algumas primeiras respostas para as perguntas sobre *realidade* e *verdade* que a clínica gerava. Porém, as respostas mais comuns e superficiais como “cada pessoa constrói sua verdade” ou “a verdade tem estrutura de ficção” nos eram bastante insatisfatórias. Pareciam antes fórmulas bem propagadas cujas sínteses não apenas ficavam aquém de nossas dúvidas, mas também em falta com o rigor das elaborações lacanianas sobre Freud, consideradas muitas vezes como labirínticas, demasiadamente complexas, alegóricas e, por fim, inúteis.

A interrogação “Afinal, para que isso serve na minha prática?”, sempre uma boa aliada das resistências de aprendizagem que surgem quando abordamos conceitos complexos, serviu-nos na verdade de guia e motivação. Assim, a pergunta sobre a verdade acabou conjugando-se logicamente com a *interpretação*, uma vez que, se a primeira nos permite

---

<sup>1</sup> As citações do S14 foram traduzidas do espanhol e conferidas com a versão francesa de [www.gaogoa.free.fr](http://www.gaogoa.free.fr).

interrogar a estrutura da linguagem, a segunda lança a questão sobre qual uso dela fazer para que ocorram efeitos num tratamento psicanalítico. Se a interpretação devesse constituir-se de uma suposta verdade inconsciente sobre o sujeito, o que tornaria o psicanalista capaz de comunicar tal saber? Uma vez que o critério de verdade como adequação do enunciado à coisa está excluído, no que está calcada a fala interpretativa? Com mais estas perguntas teóricas simples fomos ampliando nosso problema até chegarmos num ponto onde verdade e técnica aparecem como uma só questão constituída por um par inseparável.

## 1.2. METODOLOGIA

Visto que nossa dissertação trata da relação entre verdade e técnica em psicanálise, ela possui evidentemente uma orientação clínica. Não é apenas a partir da literatura psicanalítica que surgiu nosso problema de pesquisa, mas também da experiência psicanalítica, isto é, como analisante e analista. Encontramos assim o problema de como pesquisar psicanaliticamente no contexto acadêmico, ou seja, de qual método empregar para que a pesquisa acadêmica seja também psicanalítica e esteja em continuidade com o contexto no qual se originou a motivação da pesquisa. Para justificar a pesquisa psicanalítica na universidade, utilizamos a seguinte idéia:

A pesquisa psicanalítica é a refundação, no campo das comunidades universitárias de pesquisadores, daquela experiência anteriormente fundada na situação psicanalítica de tratamento, onde o paciente analisante é o pesquisador, por excelência, e o psicanalista é o diretor dessas pesquisas, produzidas em método e procedimentos de associação livre, produzidas pelo paciente analisante em transferência e “in praesentia” do analista (CAON, 1999, p. 44).

Tal movimento de refundação inspira-se na pesquisa de Freud, onde o ensaio metapsicológico – texto que busca apreender e conceitualizar o material clínico, criando a teoria própria da psicanálise – ressignifica a primeira experiência, clínica, refundando-a. Assim, considera-se a metapsicologia um

gênero literário de ensaios científicos que trata, psicanaliticamente, da constituição dos confins da subjetividade, refundando, no relance [Nachträglichkeit] da situação psicanalítica de pesquisa (spp), a experiência psicanalítica anteriormente fundada na situação psicanalítica de cura (spc) (CAON, 1996a, p. 109).

A universidade pode ser um lugar de pesquisa psicanalítica, de refundação, portanto, desde que tenha havido primeiramente a experiência de fundação. A pesquisa psicanalítica

diferencia-se da pesquisa “em psicanálise” justamente nesse ponto, uma vez que a primeira, ao contrário da segunda, deve ser precedida pela situação psicanalítica de tratamento – é dessa forma que estabelecemos uma continuidade entre a experiência clínica e a teórica. Além disso, a posição do pesquisador é fundada pelo analisante, modelo primeiro de pesquisador psicanalítico que será reproduzido na situação de pesquisa.

(...) o analisando, pesquisador psicanalítico por excelência, ao mesmo tempo em que pesquisa, também funda sua experiência psicanalítica a ser posteriormente refundada, como experiência teórica, na situação psicanalítica de pesquisa (CAON, 1999, p. 55).

A primeira característica que assinalaremos dessa posição é o que Caon (1997) destaca como *serendipidade*. No contexto psicanalítico tal idéia é relativa às descobertas e feitos desejáveis que ocorrem de forma acidental, por acaso, mas que por isso mesmo são condicionados pelo inconsciente. Trata-se de um método que deriva do axioma da associação livre. O pesquisador psicanalítico, tanto na situação de tratamento quanto na de pesquisa, faz uso do material que descobre involuntariamente, que ultrapassa sua intenção consciente. A consideração do inconsciente na pesquisa é determinante para a forma ensaística do texto metapsicológico, mesmo que realizado no contexto universitário de pesquisa, pois não exclui seus impasses e irresoluções. Ora, só pode haver pesquisa psicanalítica se esta considerar o inconsciente e, portanto, apresentar impossibilidades que lhe são intrínsecas, estruturais.

Empregamos igualmente o método de *leitura dirigida pela escuta*, definido da seguinte forma por Caon (1996b, p. 68):

(...) um profissional da escuta psicanalítica, em situação psicanalítica de pesquisa, serve-se de uma leitura dirigida pela escuta, tanto na identificação de significantes já escandidos pelo escritor como na escansão de significantes que a legibilidade do texto permite.

Tal método nos permitirá descobrir/construir conexões latentes na literatura percorrida, explicitando as idéias ali já potencialmente contidas. Dessa maneira, por exemplo, faremos uma construção sobre a formalização dos fundamentos da interpretação em Lacan a partir de seminários separados por muitos anos, analisando se tal idéia já estava presente – implícita ou explicitamente – em Freud e, através da serendipidade, aproveitar os encontros desejáveis e inesperados que a revelará. Muitos pós-freudianos puderam destacar da obra freudiana diversos conceitos e idéias que em Freud não estavam explicitados. Uma leitura dirigida pela escuta ressignifica, portanto, o texto, conforme demonstra o retorno a Freud de Lacan. Porém, o que propomos aqui não é reler os dois autores a ponto de estabelecer uma

noção unívoca de verdade em psicanálise. Nosso trajeto será repleto de impasses. E, quanto à técnica, talvez seja o caso de juntar referências em Lacan que permitam algumas diretrizes para a construção do que poderíamos chamar, com várias reticências, de “técnica lacaniana” (o que veremos que pode ser mais bem chamado de uma *prática de verdade*).

Teremos tais orientações metodológicas na medida em que buscarmos esclarecer os fundamentos dos conceitos psicanalíticos e explicitar suas possíveis consequências no campo da técnica. Com isso pretendemos também analisar os conceitos lacanianos sem nos limitarmos apenas à sua forma aforística, mas considerando a sua elaboração subjacente, uma vez que supomos que nesse movimento aparecerão dados relevantes para formulações técnicas. Buscamos evitar um uso dogmático e encerrado de uma obra bastante caracterizada pelo diálogo aberto com outras áreas da ciência, que avançou através de reformulações e acréscimos.

## 2. O CONTEXTO DA TÉCNICA

Se anteriormente poderia ser percebido – até mesmo no volume de seus títulos – que os trabalhos psicanalíticos tratavam do tema *técnica*, percebe-se atualmente a predominância do emprego do termo e da abordagem do tema *clínica*. Essa mudança vai além do preterimento de um termo em preferência de outro, uma vez que *clínica* e *técnica* não são sinônimos. Houve, portanto, uma troca de tema, um desvio do interesse dos psicanalistas da técnica para a clínica e há de haver razões para tanto. Será uma consequência do ensino de Lacan? A técnica foi um tema central nos seus primeiros escritos e seminários e, mesmo assim, há um costume muito maior em abordar temas como arte, política, criação e clínica – também comentados por Lacan – do que propriamente a técnica. É fato também que Lacan nunca, ou melhor, muito raramente, abordou a técnica em termos de recomendações tal qual Freud chegou a fazê-lo<sup>1</sup>, tampouco tomou a técnica em si como objeto de seu estudo, tal qual o fez Ferenczi. Parece-nos que no início da obra lacaniana a técnica foi muito mais um meio do que um fim. Um meio para criticar muitos pós-freudianos, de colocar-se numa posição de destaque e diferença perante seus contemporâneos e, principalmente, de começar seu retorno a Freud relendo os conceitos fundamentais. Retomaremos o olhar lacaniano sobre a técnica dos pós-freudianos logo mais adiante.

Em que diferenciamos clínica de técnica, então? A clínica psicanalítica é uma modalidade específica que se diferencia de outras clínicas como a médica, a fisioterápica, a odontológica e etc. Muito embora dela não encontraremos uma definição em termos finais, há características que lhe são intrínsecas e fundamentais. Entre estas podemos situar sua ética, sua teoria e a técnica que lhe é própria. Veremos, porém, como na psicanálise a teoria, ética e técnica estão interligadas, como são campos que se atravessam e, por isso, nosso objeto de pesquisa *técnica* se mostrará mais complexo do que poderia inicialmente parecer. Será, no entanto, devido à determinação mútua entre técnica e teoria que o desvio de interesse comentando anteriormente se deu? A técnica psicanalítica tornou-se um tema redundante, dado que não pode ser abordado isoladamente?

Voltemos às questões que propomos sobre Lacan a fim de lançar alguma luz sobre isto. Se em sua obra a técnica não foi um fim em si, mas antes um dos muitos aspectos da psicanálise abordados para reler os conceitos freudianos, por que o tema técnica prolifera menos que os demais? Se comentá-la implica expor casos clínicos, podemos supor aí razões

---

<sup>1</sup> O que não evitará que consideremos os “Escritos Técnicos de Lacan” logo adiante.

de sigilo. Não haveria também dificuldades dos psicanalistas em debaterem com seus pares (nas comunicações científicas, mas não tanto nos cafés) aquilo que é mais íntimo de sua prática, como as intervenções realizadas com um determinado paciente, ou as invenções nada ortodoxas que certas situações clínicas exigem, por exemplo? Teríamos nós desenvolvido uma censura ou mesmo um pudor diante disso?

Freudianos como Ferenczi, que não pouparam esforços (e erros) em busca de elaborações técnicas, não foram econômicos na publicação de casos dos analisantes que mais inventividade lhes exigiam; é um exemplo deixado por Freud, que abordou frontalmente as questões que punham em cheque a sua teoria. Smirnoff junta várias perguntas que consideramos pertinentes no mesmo trecho, que dividimos em duas partes:

Pode-se perguntar por que os analistas sentem um mal-estar quando se trata de explicar sua prática interpretativa. Alguma incerteza seria percebida quanto ao uso que fazem de seus oráculos? Seriam incrédulos quanto aos efeitos de sua prática interpretativa ou realmente insatisfeitos com as formulações que eles proferem relacionadas ao que eles inspiram idealmente? (SMIRNOFF, 1977/1995, p. 65).

O termo interpretação, questão que tomaremos como central para relacionar técnica e verdade, parece ser utilizado para as mais diversas intervenções. Da mesma forma, sabemos que os analistas realizam várias intervenções que não consideram interpretações. Trata-se de uma questão técnica, de elementos íntimos da prática clínica, campo onde diferenças radicais se manifestam sem, contudo, ganharem muito espaço de discussão. Tal reserva seria, como diz Smirnoff, devida a um pudor diante da distância entre a prática e um suposto ideal de prática? Essa situação expressa uma grande diversidade de entendimentos dos fundamentos da técnica e, em alguns casos, certa incompreensão. Todavia, qual o limite para considerar determinada posição como um ponto de vista diferente, ao invés de uma incompreensão, permanecerá questão de bom senso, o que também acaba sendo uma questão relativa... Sigamos com a parte final da citação:

O que quer que seja, eles se julgam e temem ser julgados – acerca de suas aptidões ao interpretar. Ao ler e ao ouvir os analistas trazerem seus casos, tem-se sempre a impressão de que eles não se sentem nada seguros e que uma tonalidade justificadora nunca está ausente. E, aliás, poderia ser diferente? A menos que o analista não se mantenha na impostura de ser o depositário da verdade. Na sua relação com a verdade, o analista está sempre pisando em falso (SMIRNOFF, 1977/1995, p. 65).

Smirnoff situa assim o referido pudor dos analistas em expor sua técnica diante de outros que certamente terão posições e pensamentos diferentes. Tais singularidades podem ser tomadas pelos outros analistas como diferenças “de escola”, de estilo, ou simplesmente como erros. O que queremos destacar, porém, é que a referida reserva em expor as questões mais íntimas do trabalho do analista, que integram a técnica, priva a psicanálise da possibilidade de que eventos clínicos novos e ricos reformulem suas bases. É um movimento que abordaremos em nossa pesquisa.

Uma pesquisa de Edward Glover<sup>1</sup>, comentada por Lacan (1955/1998) e Fédida (1988), constata que numa mesma sociedade psicanalítica não havia nada próximo de uma suposta “identidade técnica”; muito pelo contrário, as respostas dos psicanalistas participantes foram quase tão variadas quanto o número destes. Nada nos faz pensar que alguma pesquisa semelhante realizada atualmente encontraria resultados diferentes da de Glover. Não consideramos, evidentemente, que isto seja mau. Mesmo assim é um acontecimento a ser analisado, visto que os psicanalistas cujas práticas técnicas tanto diferem têm como fundamento a mesma literatura psicanalítica. Não pensamos também que um extremo seja possível, isto é, que dado que a teoria psicanalítica está sujeita a diferentes interpretações, e que estas podem ser tão variadas quanto o número de psicanalistas, qualquer técnica é legítima, qualquer coisa é possível numa psicanálise. Isto seria dizer que as obras de Freud e Lacan se desdobram para qualquer sentido e servem para qualquer propósito que se queira. Nossa hipótese, porém, é a seguinte: *há uma ética que serve de cerne tanto ao campo da técnica quanto ao da teoria de modo a permitir que esses campos sejam modificados pela experiência psicanalítica e que sejam influenciados pelas diferentes singularidades.*

Por mais esquecidas que possam estar, as diferentes perspectivas técnicas devem estar calcadas em determinados axiomas que possuam certos pontos suficientemente estabelecidos como a associação livre, por exemplo. É o que parece propor Fédida (1988, p. 103) quando comenta que, segundo Fenichel, “Tudo é permitido com a única condição de que se saiba por que”. Fédida (1988, p. 101) também coloca que se é impossível uma uniformização objetiva da técnica e há liberdade para diferentes singularidades, deve haver entretanto o “corolário corretivo” de que “o analista pense metapsicologicamente o que faz e que a metapsicologia forme as bases ‘doutrinárias’ de um discurso consensual da comunidade analítica”. Isto é diferente de afirmar que qualquer coisa é possível, já que há bases metapsicológicas estabelecidas com rigor.

---

<sup>1</sup> *La Technique de la psychanalyse*, Paris, PUF, 1958.

Fédida (1988, p. 105 e 106) ainda questiona qual estatuto dar a diferenças como a duração das sessões (diretamente associadas em oposições entre Lacan, Klein e Winnicott, por exemplo) ou entre o analista “silencioso” e o mais “interpretativo”, por exemplo. No que estão fundamentadas tais divergências? Isto nos leva a fazer as seguintes distinções: (a) há diferenças técnicas que são resultados de diferentes entendimentos teóricos (existe apenas uma obra freudiana, mas não podemos dizer que exista uma teoria psicanalítica única, dado que outros psicanalistas elaboraram novos conceitos), (b) outras que são diferenças de “escola” (podendo agir de maneira muito complexa através da *tradição*, o que sempre corre o risco de ser a reprodução não criticada de um modelo vigente e já aceito) e (c) diferenças técnicas que são expressões das singularidades dos psicanalistas. Também são pontos sob os quais esperamos lançar alguma luz no decorrer do percurso.

Em nossa pesquisa estaremos orientados pelas seguintes questões: (a) existe uma técnica proposta por Lacan?; (b) quais consequências seu ensino tem sobre o campo da técnica?; e (c) por que o conceito lacaniano de *verdade* é central para o tema *técnica*?

Com todas as ressalvas que devemos considerar, a história da psicanálise é marcada por uma intenção de cura, de tratamento, terapia. Percebe-se, por exemplo, nos *Estudos Sobre Histeria* (1895d/1996), como a descoberta da dissociação da consciência levou Freud a pensar que todas as memórias podem ser acessadas, desde que se encontre a *técnica correta* para evocá-las e encadeá-las. Vemos nesse texto dialogarem com enorme intensidade as descobertas teóricas com as novas opções técnicas. Embora com muito menor volume, esse diálogo não cessou em nenhum momento na obra de Freud, pois não há a proposta de uma técnica que fosse a última, inteira, ideal. A partir dessa indeterminação há espaço para pensarmos em (novas) perspectivas técnicas desde Lacan.

Na ordem que anuncia o título, construímos nosso problema. Primeiro percorremos as noções de verdade que podemos encontrar em Freud e as comparamos com a de Lacan, não sem manter um olhar atento naquilo que desse percurso promove efeitos no campo da técnica psicanalítica. Mas por que verdade e técnica? O que uma tem a ver com a outra? Com as páginas a seguir, pretendemos ir além de responder a estas perguntas e justificar nossa questão. Utilizaremos a reformulação da técnica da interpretação como fio central para estabelecer as incidências do conceito lacaniano de verdade no campo da técnica.

Apresentados nosso tema de pesquisa, suas motivações e a metodologia empregada, começaremos a abordar diretamente as questões propostas. Teremos pela frente vários impasses que permanecerão irresolutos; tanto devido ao fato de que não poderemos abordá-

los suficientemente, quanto porque algumas questões são insolúveis por características intrínsecas. É o que mostrará o paradoxo de Russell, por exemplo, quando esboçaremos através dele uma determinação lógica do conceito de verdade. Quanto à técnica, ainda que tenha havido uma maior preocupação do primeiro acerca disso, nem em Freud, nem em Lacan, encontramos sua definição final. Chegaremos a mostrar como essa impotência decorre da própria estrutura do universo de discurso, o que impede o estabelecimento da técnica como um campo fechado, uma vez que sua estrutura dependerá das propriedades da verdade. Buscamos demonstrar de que forma isso opera, determinando o fundamento dessa insuficiência para compreender os fundamentos da técnica. Será, porém, que através desses impasses encontraremos somente características de incompletude e negativas do campo da técnica? Buscaremos através das propostas de Lacan estabelecer características de um campo que, mesmo aberto e reformulável, funda-se sobre determinados axiomas.

## 2.1. OS ESCRITOS TÉCNICOS DE LACAN?

Talvez a inquietude de Lacan tenha sido o traço mais marcante tanto de sua prática clínica quanto de seu ensino. Mesmo declarando-se freudiano e incumbindo a si mesmo a tarefa de resgatar o verdadeiro sentido dos conceitos fundamentais da psicanálise, suas manifestações jamais tiveram o objetivo de mantê-los em sua compreensão mais comum. Muito pelo contrário, seu retorno a Freud é caracterizado por um grande caráter crítico que propõe uma leitura inovadora dos conceitos, ruptura feita através de um movimento contrário a muitas organizações psicanalíticas que buscavam manter a “palavra freudiana” como algo sagrado e intocável; o que teria uma série de consequências indesejáveis para instituições e para formação de psicanalistas em geral.

A que dizem respeito as fórmulas da psicanálise? O que é que motiva e modula esse deslizamento do objeto? Existem conceitos analíticos de uma vez por todas formados? A manutenção quase religiosa dos termos dados por Freud para estruturar a experiência analítica, a que se remete ela? Tratar-se-á de um fato muito surpreendente na história das ciências – o de que Freud seria o primeiro, e permaneceria o único (...) a ter introduzido conceitos fundamentais? (LACAN, 1964/1998a, p. 17-18, S11-15/01/64).

Portanto, a proposta de Lacan é de ir além de fazer comentários ou acréscimos à teoria psicanalítica, mas trabalhar sobre suas bases fundamentais, dissipando sua crescente estagnação. Em seus primeiros escritos psicanalíticos (os que chamamos de “escritos técnicos”), talvez o principal objeto de sua crítica endereçada aos pós-freudianos da época

tenha sido a técnica psicanalítica. Lacan entendia que através desta estava se manifestando uma perigosa cristalização dos conceitos freudianos, resultando em práticas clínicas supostamente empobrecidas, incapazes de trabalhar verdadeiramente com o inconsciente. Encontramos aí o alerta de que, para evitar a degeneração da técnica psicanalítica, é necessário então resgatar o sentido da experiência psicanalítica (LACAN, 1953/1998, p. 268). Lacan (1958/1998, p. 618) ainda acrescentaria: “A verdade é que as flagrantes incertezas da leitura dos grandes conceitos freudianos são correlatas às fraquezas que oneram o labor prático”.

Essas incertezas eram notadas por Lacan nas diversas interpretações que os psicanalistas faziam da obra de Freud sem, contudo, fazê-lo com o rigor e competência que julgava necessários. De alguma forma, Lacan parece ter percebido e acusado uma grande carência da qual sofria a psicanálise desde a morte de Freud.

A teoria, ou melhor, o repeteco que leva esse nome, e que é tão variável em seus enunciados que às vezes parece que somente sua insipidez mantém neles um fator comum, não passa do preenchimento do lugar onde se demonstra uma carência, sem que sequer saibamos formulá-la (LACAN, 1966/1998b, p. 234).

Tal incoerência teórica, cujo resultado direto é a rigidez que empobrece a técnica, apresenta desde então uma relação com a *verdade*. Aqui o termo é tomado como o saber do inconsciente, cuja produção as sociedades psicanalíticas estariam estancando na medida em que a verdadeira descoberta freudiana encontrava-se desvirtuada, perdida de seu propósito. É uma opinião que Lacan manteve durante muitos anos, podendo ser encontrada em textos bastante posteriores aos escritos da década de 50, como *O Aturdido*:

Assim formulado, o dizer de Freud justifica-se desde logo por seus ditos, pelos quais ele se prova (coisa que eu disse), pelos quais se confirma, por ter se confessado pela estagnação da experiência analítica (coisa que denuncio), e se desenvolveria pela retomada do discurso analítico (coisa em que me empenho), já que, embora sem recursos, isso é da minha alçada (LACAN, 1972/2003, p. 456).

A referida estagnação, ou seja, a prática e a disseminação da doutrina freudiana não devidamente compreendida em seu rigor, tampouco submetida a uma visão crítica, criou instituições encarregadas de perpetuar certos conceitos de maneira dogmática. Segundo Lacan (1951/1998, p. 216), a verdade que Freud nos ensinou a escutar “inspira um temor crescente” nesses psicanalistas, na medida em que ela abala os dogmas destas instituições. Assim, noções vigentes como “contratransferência” foram altamente repudiadas, uma vez que identificadas

como signos de inconsistências através das quais o psicanalista “furta-se de considerar a ação que lhe compete na produção da verdade” (LACAN, 1955/1998, p. 334).

Abordando criticamente as técnicas difundidas da época, Lacan se fez ouvir logo no início de seu ensino. Além de alguns de seus escritos mais antigos, o primeiro seminário – sobre os escritos técnicos de Freud – demonstra igualmente a preocupação em reler ou, melhor dizendo, reconstruir o sentido da técnica de Freud. Na verdade, é um traço da obra lacaniana que se manteve até suas últimas manifestações. Assim, o autor propõe uma retomada do “poder do símbolo” a fim de promover “a via de um retorno ao uso dos efeitos simbólicos numa técnica renovada da interpretação” (LACAN, 1953/1998, p. 295), que será o principal aspecto da técnica do qual nos ocuparemos.

## 2.2. AS REGRAS TÉCNICAS

A já comentada inquietude de Lacan incide sobre o campo da técnica de maneira direta e bastante particular. Uma vez que disseminada enquanto um conjunto de regras e preceitos em determinadas instituições, tal concepção de técnica foi amplamente atacada por Lacan.

Em *Função e Campo*, encontramos que “(...) as regras técnicas, ao se reduzirem a receitas, suprimem da experiência qualquer alcance de conhecimento e mesmo qualquer critério de realidade” (LACAN, 1953/1998, p. 241). Mais adiante (p. 245), no mesmo texto, ainda há o alerta sobre o perigo da técnica sofrer uma aplicação obsessiva que se compararia ao cerimonial dos ritos religiosos, o que não permitiria qualquer arejo crítico. Assim, é afastada a possibilidade da existência de uma formalização da técnica, qualquer espécie de protocolo ou “catálogo de intervenções”. De alguma maneira ela deve sustentar-se em relação a uma referência ética:

Trata-se, sim, de um rigor de alguma forma ético, fora do qual qualquer tratamento, mesmo recheado de conhecimentos psicanalíticos, não pode ser senão psicoterapia. Esse rigor exigiria uma formalização, a nosso entender teórica, que não conseguiu satisfazer-se até hoje senão ao ser confundida com um formalismo prático, ou seja, com aquilo que se faz ou que não se faz. Eis por que não é mau partir da *teoria dos critérios terapêuticos* para esclarecer essa situação (LACAN, 1955/1998, p. 326).

Mais do que acusar a caracterização da técnica como uma distinção entre intervenções “corretas” ou “erradas”, Lacan remete à ética psicanalítica, questão que teremos oportunidade de retomar no decorrer do nosso trabalho. Por enquanto, destacamos a questão dos critérios

terapêuticos evocada no final da citação anterior, onde são considerados como os efeitos de uma análise que questionam o formalismo da prática e da teoria, o que não quer dizer que sejam uma finalidade última. Isso é esclarecido na sequência quando Lacan (1955/1998, p. 327) alerta: “Que esses critérios se desvançam na medida mesma em que se invoca uma referência teórica é grave, quando é a teoria que se alega para conferir ao tratamento seu status”. Ou seja, é preferível avaliar uma intervenção pelos seus efeitos do que pela sua correspondência à teoria. Essa posição dá lugar ao referido arejo crítico e a uma constante renovação da técnica, abertura que igualmente permite que a teoria seja questionada e atualizada<sup>1</sup>.

É interessante, porém, que Lacan não esvazia completamente de diretrizes a situação do tratamento psicanalítico, mas antes as põe em questão. Em *A Direção do Tratamento*, encontramos o seguinte trecho, o qual dividiremos em três partes, que evoca justamente no que consistiria a direção do tratamento:

Consiste, em primeiro lugar, em fazer com que o sujeito aplique a regra analítica, isto é, as diretrizes cuja presença não se pode desconhecer como princípio do que é chamado “a situação psicanalítica”, sob pretexto de que o sujeito as aplicaria melhor sem pensar nelas (LACAN, 1958/1998, p. 592).

Se seriam mais bem aplicadas as regras caso o paciente, e mesmo o psicanalista, não estivessem pensando nelas, é uma questão secundária. Preferimos colocar em primeiro plano o seguinte: terá mais sucesso o tratamento no qual as ditas regras forem mais “corretamente” aplicadas? É na direção da adaptação do discurso do paciente às ditas regras fundamentais que o analista deve dirigir seus esforços? Entendemos que Lacan diz que, considerados como regras ou não, há princípios que regem um tratamento e eles vão além de um conjunto de medidas. *Esses princípios fundamentais, mostraremos que orbitam em torno do conceito de verdade*. Seguimos a segunda parte da citação.

Essas diretrizes, numa comunicação inicial, revestem-se da forma de instruções, as quais, por menos que o analista as comente, podemos considerar que, até nas inflexões de seu enunciado, veicularão a doutrina com as quais o analista se constitui, no ponto de consequência que ela atingiu para ele (LACAN, 1958/1998, p. 592).

---

<sup>1</sup> Lacan sustenta nesse texto, *Variantes do Tratamento Padrão*, uma grande crítica à “rotina” característica da psicanálise da época. É interessante comparar com os relatos daqueles que trabalharam com Lacan e nos contam de sua completa aversão pela rotina, sua personalidade espantosa, espontânea, sempre surpreendente, nunca comum.

Eis uma passagem que demonstra a importância da maneira como o próprio analista se relaciona com a psicanálise, o que deriva dos traços de sua subjetividade. Aqui encontramos também uma referência ao chamado *desejo do analista*, ou seja, a posição subjetiva do psicanalista que de alguma maneira permitirá que alguém se analise<sup>1</sup> (retomaremos essa questão a partir do discurso do analista mais adiante no nosso recorrido). Isto é dizer que não há um ponto de neutralidade analítica, uma suposta posição onde a subjetividade e o desejo do analista não influenciam o tratamento. Pelo contrário, mostraremos como *a própria técnica exige o estilo e o desejo do psicanalista*. Outra questão que subjaz aí é: deve o analista sempre instruir o paciente acerca da(s) regra(s) fundamental(ais)? A parte final da citação:

O que não o torna menos solidário da profusão de preconceitos que, no paciente, esperam nesse mesmo lugar, conforme a idéia que a difusão cultural lhe tenha permitido formar acerca do procedimento e da finalidade da empreitada (LACAN, 1958/1998, p. 592).

Os ideais que tanto o paciente quanto o analista podem formar acerca de um tratamento, questão que se manifesta nas expectativas de ambos em relação ao trabalho de análise, são capazes de criar uma certa pré-formatação dos lugares em jogo. Nada garante que um analisante comprometido em trazer sonhos e associar o mais livremente possível, ou seja, que se submeta fielmente ao que supõe que deva fazer, à regra, se analise “mais” ou “melhor”. Daí a preocupação de Lacan em questionar a adaptação à regra como um indício de análise bem conduzida. Abordaremos mais adiante a maneira como o analista deve furtar-se de corresponder aos ideais de tratamento a ele demandados e que, embora sejam traços importantes que fomentarão o amor de transferência e a suposição de saber, caberá ao analista dissolver.

Em *Intervenção sobre a Transferência* há uma posição mais clara acerca do problema das regras, que também analisaremos em três passos.

Numa psicanálise, com efeito, o sujeito propriamente dito constitui-se por um discurso em que a simples presença do psicanalista introduz, antes de qualquer intervenção, a dimensão do diálogo (LACAN, 1951/1998, p. 215).

Isto é, a situação psicanalítica é estabelecida pelo diálogo, pela direção da fala ao outro, não pela obediência a regras. Basta pensarmos que a transferência, por exemplo, foi um fenômeno que dispensava sua teorização para acontecer, assim como os pacientes de Freud já

---

<sup>1</sup> “O desejo do psicanalista, enquanto pesquisador psicanalítico, será sempre o desejo de que o paciente (analisante) se analise” (Caon, 1997).

livre associavam antes mesmo dessa regra ter se estabelecido como fundamental na técnica psicanalítica. O mesmo vale para os sonhos, pois, ora, Freud só descobriu sua importância porque os pacientes relatavam sonhos antes mesmo de que a psicanálise formulasse algo sobre eles, isto é, as regras fundamentais não antecederam a psicanálise. Eis um trecho de Freud (1912e/1996, p. 132) onde a questão é abordada:

É errado determinar tarefas ao paciente, tais como coligir suas lembranças ou pensar sobre um período específico de sua vida. Pelo contrário, ele tem de aprender, acima de tudo (...), que atividades mentais, tais como refletir sobre algo ou concentrar a atenção, não solucionam nenhuma dos enigmas de uma neurose; isto só pode ser efetuado ao se obedecer pacientemente à regra psicanalítica, que impõe a exclusão de toda crítica do inconsciente ou de seus derivados.

E até esse ponto Freud nos passa a impressão de que a obediência à regra é intransponível. O texto continua assim:

Deve-se ser especialmente inflexível a respeito da obediência a essa regra com pacientes que praticam a arte de desviar-se para o debate intelectual durante o tratamento, que teorizam muito (...), evitam fazer algo para superá-lo (FREUD, 1912e/1996, p. 132).

Embora Freud exija uma certa aplicação da regra, vemos que em parte isso se flexibiliza pela recomendação de que ela seja usada “especialmente” com maior rigor em pacientes cuja fala desvia-se para o debate, ou seja, convoca a relação a dois, especular. A partir disto, não podemos afirmar que Freud propôs que, em um momento de resistência na fala do paciente, seria possível socorrer-se da regra fundamental? Retomemos a citação de Lacan de *Intervenção sobre a Transferência*, em sua segunda parte.

Não importa que irresponsabilidade, ou mesmo que incoerência as convenções da regra venham instaurar no princípio desse discurso, está claro que esses são apenas artifícios de bombeiro hidráulico (...), com a finalidade de assegurar a transposição de certas barreiras, e que o curso deve ser seguido segundo as leis de uma gravitação que lhe é própria e que se chama verdade (LACAN, 1951/1998, p. 215).

Novamente: *a técnica só adquire sentido se tomada em referência à verdade*, sendo as convenções da regra opcionais, secundárias, como artifícios aos quais podemos ou não recorrer de acordo com a contingência. A citação termina assim, referindo-se à verdade:

É esse, com efeito, o nome do movimento ideal que o discurso introduz na realidade. Em síntese, a *psicanálise é uma experiência dialética*, e essa noção deve prevalecer quando se formula a questão da natureza da transferência (LACAN, 1951/1998, p. 215).

Entendemos que aqui Lacan acentua o caráter espontâneo da transferência que se instaura a partir da fala que é endereçada a um lugar, e não da fala que se adapta a certas convenções técnicas. Passemos agora à função da fala, acento principal que Lacan resgata na técnica de Freud, função essencial em sua articulação com a verdade.

### 2.3. A FUNÇÃO DA FALA

Segundo Lacan (1953/1998, p. 255), a fala estava sendo um objeto de crescente desvalorização tanto na teoria quanto na técnica psicanalíticas, o que o levou a resgatar fortemente a sua função a partir da premissa de que “a psicanálise dispõe de apenas um meio: a fala do paciente” (1953/1998, p. 248). Essa crítica dirigiu-se à tendência dos pós-freudianos em centrar suas intervenções num além da fala dos pacientes, em certo critério ambíguo de realidade que compreenderia também o comportamento do analisante.

(...) não há fala sem resposta, mesmo que depare apenas com o silêncio, desde que ela tenha um ouvinte, e que é esse o cerne de sua função na análise. Mas se o psicanalista ignorar que é isso que se dá na função da fala, só fará experimentar mais fortemente seu apelo, e, se é o vazio que nela se faz ouvir inicialmente, é em si mesmo que ele o experimentará, e é para-além da fala que irá buscar uma realidade que preencha esse vazio. Assim, ele passa a analisar o comportamento do sujeito para ali encontrar o que ele não diz. Mas, para obter a confissão, é preciso que fale disso. Então, ele recupera a palavra, mas tornada suspeita por só haver respondido à derrota de seu silêncio, ante o eco percebido de seu próprio nada (LACAN, 1953/1998, p. 249).

Assim, a fala não possui um caráter de descrição ou confissão da verdade, mas é ela mesma uma comunicação que evoca, que produz a verdade. Isso coloca o acento na função de *enunciação* da fala, no sentido de que não é a mesma que o *enunciado*, isto é, de comunicar um conteúdo. Vemos como Lacan já caminha na direção de uma concepção de verdade diferente da adequação do enunciado à coisa, ou seja, constrói uma concepção mais próxima da ficção que, por estar apoiada na fala, não pode exprimir-se como objetivação da realidade.

A fala, portanto, afigura-se tão mais verdadeiramente uma fala quanto menos sua verdade se fundamenta na chamada adequação à coisa: assim, a fala verdadeira opõe-se, paradoxalmente, ao discurso verdadeiro, distinguindo-se a verdade dos dois pelo fato de a primeira constituir o reconhecimento de seus seres pelos sujeitos, no que eles estão inter-essados nela, ao passo que o segundo constitui-se pelo conhecimento do real, tal como visado pelo sujeito nos objetos. Mas, cada uma das verdades aqui distinguidas altera-se ao cruzar com a outra em seu caminho. (LACAN, 1955/1998, p. 353).

Lacan alega a não existência de metalinguagem, uma vez que ela não apreende a si mesma sem ser ela própria linguagem, assim como a fala não fala de si mesma por outra via que a própria fala; lógica que veremos alicerçar a divisão do sujeito e a verdade sempre semi-dita. Em *O Mito Individual do Neurótico* encontramos uma passagem preciosa acerca dessa questão, a qual teremos oportunidade retomar novamente quando abordarmos a concepção de verdade a partir dos mitos: “A fala não pode apreender a si própria, nem apreender o movimento de acesso à verdade como uma verdade objetiva. Pode apenas exprimi-la – e isso de forma mítica” (LACAN, 2008, p. 13).

Resumimos que: (a) mais do que comunicar alguma coisa, a fala servirá para evidenciar a existência da comunicação, uma vez que sempre operará dirigida a um lugar de ouvinte; (b) aquilo a que a fala se remete enquanto enunciado será menos importante do que aquilo que ela mesma exprime em termos de revelação de verdade, o que dependerá de sua enunciação, contradições e de seu não-sentido. Tais são premissas fundamentais que Lacan reencontra em Freud, resgatando sua descoberta a partir dos equívocos produzidos na fala, produções alheias ao sentido. O que se propõe, portanto, é que para contemplar o “valor de evocação” da fala “essa técnica exigiria, tanto para ser ensinada quanto para ser apreendida, uma profunda assimilação dos recursos de uma língua (...)” (LACAN, 1953/1998, p. 296), o que justificaria o intenso diálogo entre a psicanálise e a linguística estruturalista, caracterizando o primeiro momento do ensino de Lacan.

Em *A Direção do tratamento e os princípios de seu poder* (LACAN, 1958/1998, p. 647) ainda encontramos a seguinte lista:

1. Que a fala tem aqui todos os poderes, os poderes especiais do tratamento.
2. Que estamos muito longe, pela regra, de dirigir o sujeito para a fala plena ou para o discurso coerente, mas que o deixamos livre para se experimentar nisso;
3. Que essa liberdade é o que ele tem mais dificuldade de tolerar;
4. Que a demanda é propriamente aquilo que se coloca entre parênteses na análise, estando excluída a hipótese de que o analista satisfaça a qualquer uma;
5. Que, não sendo colocado nenhum obstáculo à declaração do desejo, é para lá que o sujeito é dirigido e até canalizado;
6. Que a resistência a essa declaração, em última instância, não pode ater-se aqui a nada além da incompatibilidade do desejo com a fala.

Com tais idéias, faz-se a técnica orbitar em torno da função da fala e sua relação com a verdade, o que terá várias consequências importantes, como a modalidade de interpretação e a suspensão da sessão, por exemplo. Essas consequências, embora originais, são extraídas do próprio fundamento da doutrina freudiana. Perfila-se aí um objetivo que buscaremos em nosso

trabalho: conhecer os conceitos lacanianos a partir dos quais uma nova noção de técnica é desenvolvida.

(...) a técnica não pode ser compreendida nem corretamente aplicada, portanto, quando se desconhecem os conceitos que a fundamentam. Nossa tarefa será demonstrar que esses conceitos só adquirem pleno sentido ao se orientarem num campo de linguagem, ao se ordenarem na função da fala (LACAN, 1953/1998, p. 247).

O resgate da função da fala refunda a técnica psicanalítica, acentuando nela uma faceta nunca antes tão explorada. A partir daí, apresentar-se-ão a nós uma série de intervenções como *pontuação*, *citação*, *escansão*, assim como a suspensão da sessão, que permitem uma comparação com as ferramentas freudianas, como *construção* e *interpretação*, ampliando e ressignificando a técnica.

### 3. A VERDADE EM FREUD E LACAN

#### 3.1. DA CLÍNICA À PERGUNTA DE FREUD

É falso ou verdadeiro? É verdade ou mentira? É realidade ou fantasia? E, principalmente, onde se situa a verdade? Foi a partir dessas interrogações que Freud passou a formular as primeiras hipóteses e premissas sobre o inconsciente, ou seja, a partir da escuta do discurso dos pacientes e dos demais trabalhos de pesquisa (como os relacionados a religiões e mitos) se colocou diversas perguntas cujos ecos notamos nos seus desenvolvimentos subseqüentes. Já em *A Interpretação dos Sonhos* (1900a/1996) aparece a dúvida de como interpretar o material composto por elementos oníricos:

(a) se ele deve ser tomado num sentido positivo ou negativo (como numa relação antitética), (b) se deve ser interpretado historicamente (como uma lembrança), (c) se deve ser interpretado simbolicamente, ou (d) se sua interpretação deve depender de seu enunciado (FREUD, 1900a/1996, p. 373).

A questão se estende como uma dúvida de Freud sobre as propriedades do discurso, ou seja, de que forma se deve trabalhar o material que uma análise provoca. São lembranças ou fantasias? A questão da relação entre fato real e invenção (ou entre verdade e fantasia) encontra-se na obra freudiana de forma privilegiada. Percebe-se uma busca por critérios de verdade a respeito do que Freud escutava em sua clínica. Embora não tenha utilizado o termo verdade enquanto um conceito, o tema gerava interrogação e isso se faz notar nos casos clínicos – no cuidado ao registrar pormenorizadamente o material trazido pelos pacientes – e na elaboração teórica. Sobre isso, Lacan aponta:

Se sabe bastante por toda a continuação de sua obra, a inquietude, o verdadeiro cuidado que ele tinha por esta dimensão que é a verdade, porque desde o ponto de vista da realidade estamos comodíssimos, ainda sabendo talvez que o traumatismo não é senão o fantasma de certa maneira, é inclusive mais que um fantasma; como vou lhes mostrar, é estrutural, mais isso não deixa Freud, que era tão capaz de o inventar como eu, isso não o deixa mais tranquilo. “Onde está o critério de verdade?”, pergunta ele. Não teria escrito *O Homem dos Lobos* se não estivesse sobre esta pista, sobre esta exigência: isso é verdadeiro ou não? (LACAN, 1966-67/2002, p.4, S14-07/12/66).

No artigo *O Inconsciente*, Freud (1915e/1996, p. 191) estabelece algumas características do *sistema Ics*, dentre as quais se destaca a não existência de contradição entre diferentes investimentos libidinais, tratando-se por isso de um sistema onde não há

possibilidade de negação, dúvida ou certeza. Levando em consideração essa característica do inconsciente, pode-se assumir que as diversas conjunções alternativas “ou” que se articulavam nas dúvidas sobre o material do discurso em livre associação dos analisantes (verdadeiro *ou* falso, por exemplo) podem ser substituídas por conjunções aditivas (verdadeiro *e* falso, realidade *e* fantasia, e etc.), o que promove um avanço para a escuta clínica, mas não uma resolução ou simplificação do problema teórico.

Assim sendo, antes de chegar ao problema da verdade – e para melhor situá-lo –, faz-se necessário retomar e esclarecer alguns termos enquanto conceitos, considerando seu emprego na concepção de sujeito de Freud a Lacan.

### 3.2. REALIDADE E VERDADE DE FREUD A LACAN

Em *Escritores Criativos e Devaneios*, Freud (1908e/1996) opõe o brincar não ao que é *sério*, mas ao que é *real* (*Wirklichkeit*<sup>1</sup>). Essa diferenciação rigorosa supõe um outro campo, oposto à realidade material, a saber, o da fantasia que compõe a realidade psíquica (*psychische Realität*). Portanto, para Freud, podemos afirmar que existiria um “externo” (*Wirklichkeit*, realidade efetiva) e um “interno” (*Realität*, relacionado ao psíquico). Laplanche e Pontalis (2001) observam que o conceito freudiano de realidade psíquica remete ao que, para um indivíduo, assume no seu psiquismo valor de verdade. Não tomaremos, porém, essa afirmação como correta sem antes percorrer algumas idéias. Todavia, destacamos que, para Freud (1916-17/1996, p. 370) a realidade psíquica é no campo das neuroses a “realidade decisiva”.

Lacan (1966-67/2002), no que diz respeito à realidade, afirma que esta é relacionada ao significante, ou seja, é entendida antes como construída pela linguagem do que como algo externo ao sujeito. A realidade, para Lacan, não seria a realidade material, efetiva, de Freud, tampouco um conjunto das coisas e objetos apreensíveis pela palavra. A realidade em Lacan é sempre psíquica, possuindo um caráter de construção singular do sujeito. Ela é considerada no seminário *A Lógica do Fantasma* (1966-67/2002) através da estrutura topológica da banda de Moebius: embora aparentemente seja uma forma com duas bordas e duas faces (uma interna e outra externa), ela possui apenas uma. Assim, no campo lacaniano, desejo e realidade são duas faces de uma mesma superfície, o que afasta qualquer noção de materialidade e ainda reforça uma concepção subjetiva da realidade.

---

<sup>1</sup> Algumas de suas possíveis traduções são realidade efetiva, efetividade e realidade material.

(...) a realidade, não é outra coisa que montagem do simbólico e o imaginário. Que o desejo no centro deste aparato, deste marco que chamamos realidade, é também, falando propriamente, o que cobre, como eu o articulei, o que importa distinguir da realidade humana e que é, falando propriamente, o real que não é mais que entrevisto, entrevisto como a máscara fácil que é a do fantasma, ou seja, (...) o desejo é a essência da realidade (LACAN, 1966-67/2002, p. 7, S14-16/11/66).

Em Lacan também o termo “real” é empregado de forma distinta, ele caracteriza (entre muitas outras definições possíveis) o que *ex-siste* ao sentido<sup>1</sup> (LACAN, 1974-75/2002) e em nada serve como sinônimo de realidade. Para Lacan, nem o real nem a realidade podem ser entendidos como externos ao psíquico, conforme ocorre em Freud. Essa noção freudiana de exterioridade não segue na obra lacaniana e por isso os termos em questão não se referem a um mesmo conceito.

Mas se pode situar uma noção de verdade em Freud em algum desses dois planos, a saber, externo e interno? Alguns empregos do termo sempre demonstram relação mais estreita à noção de realidade (externa), como *verdade histórica* ou *individual e pré-histórica* (FREUD, 1916-17/1996), ou seja, quando Freud fala em verdade, fala sobre algum fato ter acontecido ou não, historicamente, no âmbito do que chama de realidade material. Em *Moisés e o Monoteísmo*, o material esquecido, considerado inconsciente, é aproximado do conceito de verdade histórica (FREUD, 1939a/1996, p. 99). Ela seria composta a partir daquilo que aconteceu e não está mais acessível à memória, sendo o germe, o trauma primitivo na origem das neuroses, sejam elas individuais ou coletivas (as religiões). Esse desenvolvimento é esquematizado da seguinte forma:

Trauma primitivo – defesa – latência – desencadeamento da doença neurótica – retorno parcial reprimido: tal é a fórmula que estabelecemos para o desenvolvimento de uma neurose (FREUD, 1939a/1996, p. 95).

A cena original é considerada aqui como um evento acontecido num determinado momento da história. Embora Freud defina a realidade psíquica como decisiva para a neurose (ou valor de verdade, segundo Laplanche e Pontalis) o trauma primitivo é situado no campo da realidade material. A articulação dessa dicotomia externo-interno um dos pontos mais complicados da obra freudiana, talvez insolúvel.

Vimos que, na busca por critérios de verdade, Freud elabora uma diferença radical entre as idéias de realidade e fantasia e, portanto, pode-se considerar que o material produzido

---

<sup>1</sup> O “ex” destacado enfatiza a noção de exterioridade.

numa análise seja composto de lembranças – verdade histórica e ficção. As ficções seriam justamente distorções e construções sobre as hiências da verdade histórica, isto é, sobre o material esquecido. Desta forma se pode relativizar o problema da verdade enquanto saber registrado na história, ou pré-história. A forma como o trabalho *Moisés e o Monoteísmo* foi escrito é um bom modelo de como isso se dá – através de informações fragmentadas e não necessariamente confirmadas, Freud (1939a/1996) construiu uma história hipotética sobre a origem e desenvolvimento da religião judaica e do homem Moisés, como uma ficção. Este é o sentido do que Freud chama de *construção*, em *Construções em Análise* (1937d/1996). Coloca-se assim o material produzido pelo trabalho de análise tanto como uma recordação do material recalçado quanto como a construção de algo que não estava dado, como um passado hipotético. Destacamos, por equanto, que se trata de produzir ou lembrar, isto é, trazer um saber à consciência. Se por um lado vemos uma prevalência na técnica freudiana da proposta de promover o material recalçado à consciência<sup>1</sup>, Lacan toma o idéia de consciência de um ângulo que nos obriga a questionar Freud:

Ele [o imaginário] é enganoso, mas é dele que se levanta isso que chamamos a consciência. A consciência está bem longe de ser o saber, uma vez que isto a que ela serve é muito precisamente à falsidade. “Eu sei” nunca quer dizer nada e podemos facilmente apostar que isso que sabemos é falso, mas é sustentado pela consciência cuja característica é precisamente de sustentar de sua consistência esse falso (LACAN, 1976-77, S24-15/02/77)<sup>2</sup>.

Destacamos aqui um impasse que movimenta nossa pesquisa e que conjuga as distintas perspectivas de consciente e inconsciente em Freud e Lacan no fundamento da técnica psicanalítica, questão da qual nos ocuparemos agora.

### 3.3. O(S) INCONSCIENTE(S)

Há aí uma diferença fundamental, decorrente do próprio estatuto que cada um deles atribui ao inconsciente. Calligaris (1991) afirma que, em Freud, estando a verdade relacionada ao desejo inconsciente, ela toda poderia ser apreendida como saber, um saber sobre esse desejo, como se todo material que compõe o recalçado pudesse ser recordado<sup>3</sup>. No entanto, em Lacan, não se pode saber toda a verdade, de forma que verdade e saber podem ser

---

<sup>1</sup> “Chamamos de psicanálise o processo pelo qual trazemos o material mental reprimido para a consciência do paciente” (FREUD, 1919a/1996, p. 173).

<sup>2</sup> Tradução nossa, do site [www.gaogo.fr](http://www.gaogo.fr).

<sup>3</sup> Entendemos que a obra freudiana não é unívoca a esse respeito, uma vez que nela existem passagens que tratam da impossibilidade da recordação total da história do sujeito, ou de acesso ao material inconsciente.

descolados e assim desencontram-se nos limites do universo de discurso. Em *O Aturdido*, por exemplo, Lacan (1972/2003, p. 440) diz que não sabemos o que a verdade é, e é justamente nisso que consiste o inconsciente – na falta de saber. Em *Radiofonia*, este ponto é enfatizado numa aproximação entre verdade e inconsciente:

Foi Freud quem nos revelou a incidência de um saber tal que, ao se subtrair à consciência, nem por isso deixa de se denotar estruturado, digo eu, como uma linguagem; mas, articulado a partir de onde? Talvez de parte alguma em que seja articulável, já que é apenas um ponto de falta (...).

[...]

O inconsciente, como se vê, é apenas um termo metafórico para designar o saber que só se sustenta ao se apresentar como impossível, para que, a partir disso, confirme-se ser real (entenda-se, discurso real) (LACAN, 1970/2003, p. 423).

Em *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, encontramos a lição “O inconsciente freudiano e o nosso”, título aprovado ainda em vida por Lacan. Muito além de uma hipotética comparação entre os conceitos de inconsciente de ambos autores, coisa que não acontece na lição, realiza-se ali uma retomada da *concepção* freudiana, mais além do *conceito* freudiano. Com isso queremos dizer que Lacan não faz uma interpretação correta ou mesmo mais rigorosa do conceito, mas antes destaca uma nova perspectiva produzida a partir da manifestação fenomenológica do inconsciente enquanto descontinuidade, surpresa, tropeço ou mesmo corte, o que justificará o interesse de Lacan na topologia das superfícies, onde as linhas por onde ocorrem os cortes serão os significantes que promovem descontinuidade nas superfícies.

(...) a lingüística, cujo modelo é o jogo combinatório operando em sua espontaneidade, sozinho, de maneira pré-subjetiva – é esta estrutura que dá seu estatuto ao inconsciente. É ela, em cada caso, que nos garante que há sob o termo de inconsciente algo de qualificável, de acessível, de objetivável. Quando incito aos psicanalistas a não mais ignorarem este terreno, (...) quer isto dizer que eu penso manter os conceitos introduzidos historicamente por Freud sob o termo de inconsciente? Muito bem, não!, eu não penso assim. O inconsciente, conceito freudiano, é outra coisa (...) (LACAN, 1964/1998a, p. 26, S11-22/01/64).

O que Lacan expõe como o inconsciente freudiano, o resgate que faz de sua concepção, é o próprio inconsciente lacaniano. Assim, este rompe com a idéia de muitos pós-freudianos, a de um inconsciente representado por uma totalidade, ôntico, um ser. A hiância na qual o inconsciente lacaniano se apóia revela a dimensão da falta, da *falta-a-ser*, pelo contrário, é ético. As formações do inconsciente não são mais tomadas como a abertura de um lugar, onde há algo a ser acessado, mas como uma produção:

O que se produz nessa hiância, no sentido pleno do termo *produzir-se*, se apresenta como *um achado*.

[...]

Ora, esse achado, uma vez que ele se apresenta, é um reachado, e mais ainda, sempre está prestes a escapar de novo, instaurando a dimensão da perda.

[...]

A descontinuidade, esta então a forma essencial com que nos aparece de saída o inconsciente como fenômeno – a descontinuidade, na qual alguma coisa se manifesta como vacilação (LACAN, 1964/1998a, p. 30, S11-22/01/64).

Mais adiante, Lacan (1964/1998a, p. 146, S11-29/04/64) é ainda mais preciso ao dizer que “(...) o inconsciente não é ambigüidade de condutas, futuro saber que já se sabe por não se saber, mas lacuna, corte, ruptura que se inscreve em certa falta”. Então, se o inconsciente lacaniano não é mera recapitulação do conceito freudiano, mas antes um resgate de seu fundamento, nem por isso ele deixa de ser freudiano. Se muitos pós-freudianos consagram ao inconsciente a idéia de um lugar onde reside aquilo que ficou oculto, censurado, Lacan (1964/1998a, p. 122, S11-15/04/64) o concebe como “a soma dos efeitos da fala [*parole*], sobre um sujeito, nesse nível em que o sujeito se constitui pelos efeitos do significante”.

Freud deixa em aberto a possibilidade de recordar o material esquecido em sua completude, problema que motiva o trabalho *Análise Terminável e Interminável* (1937c/1996). A questão demonstra grande importância teórica e técnica, pois pensar o que seria o final de uma psicanálise implica que se questione o propósito da técnica freudiana – tornar consciente o inconsciente? que o Eu controle o Isso? – e as características de seu objeto, a fala. Lacan, por sua vez, indica uma impossibilidade estrutural através do falta-a-ser. O inconsciente deixará de ser um lugar ou sistema para ser uma falta intrínseca ao ser falante. Lacan chegará a caracterizá-lo como uma eterna “fala inédita” (1971/2009, p. 158, S18-16/06/71), concepção que embora seja mais próxima do final do seu ensino, está de acordo com a de *Função e Campo*, bastante anterior, que afirma: “O inconsciente é a parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente” (1953/1998, p. 260). Teremos oportunidade de retomar e desenvolver tais questões nos capítulos subseqüentes. Por enquanto, voltemos ao problema da verdade e à pesquisa de *O Avesso da Psicanálise* (1969-70/1992), onde é relacionada por Lacan à concepção estrutural dos mitos de Lévi-Strauss (1958/1985).

### 3.4. MITO E ESTRUTURA

A pergunta de Freud acerca da verdade está presente em escritos clínicos e também em outros trabalhos, dentre os quais destacamos *Moisés e o Monoteísmo*. Freud observou que há

algo de comum em ambos os casos: que o desenvolvimento da religião estaria relacionado ao coletivo assim como a neurose ao individual, ou seja, a religião seria algo como uma neurose de grupo. Ele o compara ao convidar o leitor

a dar o passo de supor que ocorreu na vida da espécie humana algo semelhante ao que ocorre na vida dos indivíduos, de supor, isto é, que também aqui ocorreram eventos de natureza sexualmente agressiva, que deixaram atrás de si conseqüências permanentes, mas que foram, em sua maioria, desviados e esquecidos, e que após uma longa latência entraram em vigor e criaram fenômenos semelhantes a sintomas, em sua estrutura e propósito (FREUD, 1939a/1996, p.95).

Assim, da mesma forma que uma parte esquecida da verdade histórica é o trauma primitivo que desencadeará uma estruturação neurótica, a estrutura mítica (ou, como Freud chama, “o que ocorre na espécie humana”, referindo-se também aos mitos religiosos) não será diferente, pois o mito é uma construção que carrega a marca oculta dessa verdade histórica esquecida. Lévi-Strauss, por sua vez, realizou uma análise estruturalista dos mitos, considerando-os estruturados tal qual a linguagem o é:

Em nada ajuda cotejar o mito e a linguagem: o mito faz parte integrante da língua; é pela palavra que ele se nos dá a parte a conhecer, ele provém do discurso (LÉVI-STRAUSS, 1958/1985, p. 240).

O antropólogo comparou vários mitos em suas diferentes versões, sem adotar a suposição de que uma fosse a verdadeira ou original de cada um deles. Considerou que todas as versões de um mito pertenciam ao próprio mito (LÉVI-STRAUSS, 1958/1985, p. 262), assinalando as diferenças e contradições dos enunciados do eixo diacrônico e, principalmente – e esse é o foco de sua análise – as repetições do eixo sincrônico. Esse método permitiu a formulação do importante postulado sobre a função da repetição nas diferentes versões dos mitos: tornar manifesta a estrutura do mito (LÉVI-STRAUSS, 1958/1985, p. 264). Nota-se que o método de Lévi-Strauss não parece diferente do que se costuma chamar de “escansão” na técnica psicanalítica, uma modalidade de leitura que assinala a estrutura localizada do significante, a saber, a letra. Vê-se, então, que Lévi-Strauss, mesmo privilegiando a estrutura dos mitos como objeto de seu estudo, não descarta as diferentes versões e as possíveis contradições entre elas, afinal, elas também são produto e parte integrante da mesma linguagem. As diferenças seriam como variações de uma mesma coisa que necessariamente se repetirá e assim trará à observação a “substância do mito” (LÉVI-STRAUSS, 1958/1985, p. 242), que é a sua estrutura.

Ora, se Freud postula que há um germe de verdade histórica – esquecida e, portanto, inconsciente – na construção dos mitos, algo que se repete no desenvolvimento das neuroses e lhes é comum, sejam elas individuais ou coletivas, podemos aproximar essa idéia à repetição que Lévi-Strauss encontrou no mito, a saber, a da estrutura. Isso nos leva precisamente ao aforismo de Lacan que atribui ao inconsciente o caráter de uma estrutura (*o inconsciente é estruturado como uma linguagem*).

Lembrando que não existiria contradição ou negação no sistema Ics freudiano, trazemos um trecho de Lévi-Strauss citado por Lacan (1969-70/1992) em *O Avesso da Psicanálise*:

A impossibilidade de pôr em conexão grupos de relações é superada (ou mais exatamente, substituída) pela afirmação de que duas relações contraditórias entre si são idênticas, na medida em que cada uma é, como a outra, contraditória consigo mesma (LÉVI-STRAUSS, 1958/1985, p. 249).

O próprio Lacan (1969-70/1992, p. 103) complementa na sequência: “o semi-dizer é a lei interna de toda espécie de enunciação de verdade, e o que melhor a encarna é o mito”. Então, os pontos estruturantes seriam os semi-dizeres escandidos que explicitam o eixo sincrônico, a estrutura Real; nessa direção que Lacan propõe compreender a verdade: sempre além de qualquer contradição, uma vez que sua enunciação permanece aquém da produção de sentido, como a estrutura mítica. A sobredeterminação de Freud é então resgatada, uma vez que há pontos nodais da estrutura que podemos comparar com o semi-dizer, condensando num só ponto o compromisso com elementos opostos:

Pois se, para admitir um sintoma na psicopatologia psicanalítica, seja ele neurótico ou não, Freud exige o mínimo de sobredeterminação constituído por um duplo sentido, símbolo de um conflito defunto, para-além de sua função, num conflito presente *não menos simbólico*, e se ele nos ensinou a acompanhar, no texto das associações livres, a ramificação ascendente dessa linhagem simbólica, para nela detectar, nos pontos em que as formas verbais se cruzam novamente, os nós de sua estrutura, já está perfeitamente claro que o sintoma se resolve por inteiro numa análise linguageira, por ser ele mesmo estruturado como uma linguagem, por ser a linguagem cuja fala deve ser liberada (LACAN, 1953/1998, p. 270).

A contribuição de Lacan nos propõe que uma recordação completa dos fatos, uma apreensão da verdade histórica ou uma narrativa cronológica não são o que orienta a escuta psicanalítica. Qual idade tinha paciente ou se ele viveu ou não alguma coisa, ou seja, eliminar as contradições para chegar a pontos sem equívocos, não é a isso que se reduz a verdade, muito pelo contrário. Trata-se antes de dar lugar à forma como isso é articulado em termos de

significante e aos equívocos, contradições as quais a fala se presta (LACAN, 1966-67/2002, p. 5, S17-07/12/66).

O mito é o que dá uma formulação discursiva a algo que não pode ser transmitido na definição da verdade, porque a definição de verdade só pode se apoiar sobre si mesma, e é na medida em que a fala progride que ela a constitui. A fala não pode apreender a si própria, nem apreender o movimento de acesso à verdade como uma verdade objetiva. Pode apenas exprimi-la – e isso de forma mítica (LACAN, 2008, p. 13).

Na seguinte passagem, encontramos uma fortuita relação entre a estrutura mítica e a questão do critério de verdade sobre o material gerado em análise.

Mesmo que as recordações da repressão familiar não fossem verdadeiras, seria preciso inventá-las, e não se deixa de fazê-lo. O mito é isso, a tentativa de dar forma épica ao que se opera no nível da estrutura. O impasse sexual secreta as ficções que racionalizam o impossível de onde ele provém (LACAN, 1973/1993, p. 55).

Interroguemos a afirmação de Lacan *a verdade tem estrutura de ficção*, presente em diversos momentos de seu ensino, a partir de questões de *De um discurso que não fosse semblante* (1971/2009). Como exemplo são usados personagens como o Rei e a Rainha do conto *A Carta Roubada*, existentes num universo de ficção onde há relação sexual<sup>1</sup>, onde podem ser plenamente e correspondentemente complementares como dois elementos que juntos formam uma unidade. O mesmo é expresso através de figuras de linguagem como “as duas metades da laranja”, “feitos um para o outro” e etc, isto é, trata-se de manifestações linguageiras estruturalmente comparáveis aos mitos. Se em termos lógicos, isto é, no Real, a relação sexual é uma impossibilidade em falantes, nem por isso as formas ficcionais racionalizadas deixam de produzir tal conjunção. Lacan aborda tal impasse sexual pelo que chama de “escrita”, que é manipulação lógica das letras, dito de outra maneira – formalização. Letra é o elemento da estrutura inconsciente que compõe esta escrita<sup>2</sup>. A proposta lacaniana é de produzir matemas que sejam uma escrita homóloga à estrutura inconsciente, Real. Tal método impõe à ficção uma verificação lógica, pondo-a a prova, de forma que a escrita depura a ficção da relação sexual e assim explicita o impossível de sua estrutura<sup>1</sup>. Ora, se a ficção tem uma estrutura logicamente apreensível tal qual o mito, seus pontos nodais também serão

---

<sup>1</sup> Lacan afirma que não há relação (*rappor*t) sexual no sentido de que seres de linguagem, os falta-a-ser, por tal condição intrínseca, não fazem *um*, isto é, dois sujeitos não encontram complementaridade de gozo, pois goza-se apenas no próprio corpo.

<sup>2</sup> No capítulo seguinte teremos oportunidade de analisar bem mais amplamente a via de formalização lacaniana e sua modalidade de escrita.

semi-dizeres que, lembramos, é a forma privilegiada de enunciação da verdade. Tal raciocínio nos leva a pensar que seria mais preciso dizer que a verdade *é* a estrutura da ficção, ao invés de *tem* estrutura de ficção.

Além dos já conhecidos níveis lingüísticos da palavra e da língua, Lévi-Strauss (1958/1985, p. 241) propõe um terceiro nível, distinto dos outros dois, ao qual o mito pertenceria de forma simultânea aos anteriores. O autor não define de forma precisa esse terceiro nível, mas comenta que o mito está ao mesmo tempo *na* e *além da* linguagem (1958/1985, p. 240) e que nela ocupa um nível elevado onde o sentido decola do fundamento lingüístico (1958/1985, p. 242). Esse terceiro nível ao qual pertenceria o mito abre espaço para que se interrogue esse “além da” linguagem, a decolagem que o sentido realiza sobre o fundamento lingüístico, questão que buscaremos responder através da concepção de universo de discurso de Lacan.

### 3.5. A VERDADE E O UM A MAIS

Relacionar a verdade ao que se articula como fala implica uma série de questões para a teoria lacaniana, pois é aí que se coloca o sujeito propriamente dito – o do inconsciente, da enunciação. Lacan aborda o problema:

A relação da verdade ao significante, o desvio pelo qual a experiência analítica se juntou com o processo mais moderno da lógica, consiste justamente nisso: que essa relação do significante à verdade pode curto-circuitar todo pensamento que o suporte. E o mesmo que uma espécie de objetivo se perfila no horizonte da lógica moderna, que é o que reduz a lógica a um manejo correto do que é apenas escritura: o mesmo para nós a noção de verificação, concernente a isso com que temos que ver, passa por esse fio direto do jogo do significante, em tanto que a ele apenas permanece suspendida a questão da verdade (LACAN, 1966-67/2002, p. 5, S14-07/12/66).

Articulada a verdade ao significante, necessariamente entra em jogo a questão do universo de discurso, situado por Lacan em mais de um momento de seus seminários como faltante. Vemos perfilar-se aí o conceito de verdade: “Digo sempre a verdade: não toda, porque dizê-la toda não se consegue. Dizê-la toda é impossível, materialmente: faltam as palavras. É justamente por esse impossível que a verdade provém do real” (LACAN, 1973/1993, p. 11).

---

<sup>1</sup> Daí deriva a conhecida “fórmula da sexuação” lacaniana.

Recordando a afirmação de Calligaris citada anteriormente, vê-se que, ao contrário de Freud, Lacan descola a verdade do saber, ou seja, a verdade atesta uma impossibilidade, uma limitação do universo de discurso. Aí devemos analisar a função do *um a mais* (ou em excesso) que é ao mesmo tempo o elemento *a menos*, que falta à cadeia significante, essencial para que se compreenda a noção de estrutura em Lacan.

Em *A Lógica do Fantasma* (1966-67/2002) é demonstrado que a falta no universo de discurso é consequência do enunciado axiomático de que um significante não pode significar a si mesmo. Inspirado no paradoxo de Russell, Lacan demonstra a tentativa de fazer com que haja um número de elementos que não contêm a si mesmos (A, B, C, D e E), mas que podem conter uns aos outros, da seguinte forma: A contém B, C, D e E; B contém A, C, D e E; C contém A, B, D e E, e assim por diante, ou seja, cada um contém os outros quatro. Porém, isso promove uma cadeia circular sem fim, por exemplo: sendo que A contém todos os elementos, a não ser a si próprio, podemos pegar o elemento B, como exemplo, e constatar que B contém A, o que resultaria que A contém A, que, por sua vez, contém B e assim por diante. Ao invés de reforçar a visão de que isso é paradoxal, Lacan diz que essa cadeia faria surgir um significante novo, a própria cadeia, que é o *um a mais*, elemento que o próprio discurso produziria como necessidade lógica. É o mesmo elemento *a mais* que aparece na repetição das voltas plenas sobre a superfície do toro que produz a volta no círculo vazio (questão de *A Identificação* que será abordada mais a seguir). A estrutura do Outro furado, ou a escrita do significante que lhe falta, já era representada por Lacan em sua álgebra como  $S(A[\text{barrado}])$ .

(...) a indicação significante do um em excesso é possível e não somente possível senão que é o que vai se manifestar como possibilidade de uma intervenção direta da função do sujeito porque, enquanto significante, é o que representa um sujeito para outro significante. Tudo o que fazemos que se pareça ao  $S(A[\text{barrado}])$  responde nada menos que à função da interpretação (LACAN, 1966-67/2002, p. 9, S14-14/12/66).

O efeito da interpretação é tido como um *efeito de verdade*, não que seja o índice de falso ou verdadeiro da interpretação, mas no sentido de que ela desencadeia a verdade como tal, pois convoca a falta do Outro.

Concluimos que, estruturado tal qual uma linguagem, ou simplesmente *estruturado*, o inconsciente se torna manifesto através da repetição, conforme Lévi-Strauss afirma com seu método de análise estrutural dos mitos, semelhante à técnica da escansão psicanalítica já comentada. O valor que Lacan atribui aos mitos para que se trabalhe a questão da verdade

refere-se ao que Lévi-Strauss define como terceiro nível de linguagem, aquele que ultrapassa as características histórica e não-histórica dos outros dois níveis. Por ser estruturado, o mito permite que várias versões, diferentes ficções sejam construídas. Se o inconsciente é estruturado tal qual o mito o é, a ele também pode ser atribuído esse terceiro nível que ultrapassa os níveis histórico e não-histórico, ou seja, ele funcionaria também como algo que permite que novas versões surjam, que saberes *a mais* se articulem, como uma estrutura aberta. Ele possuiria um caráter atemporal, sendo uma espécie de motor de discurso daquilo que ainda está para ser dito, seja como recordação, seja como invenção; se é que não se trata sempre de uma recordação nova, algo como um novo dizer sobre o antigo. O inconsciente não é um lugar a ser acessado que contenha saber, mas uma falta que se manifesta como interrupção na função da fala. Ele atesta a impotência, o limite de tudo saber sobre a verdade, pois dela, verdade, sempre restará algo *a mais* e inédito para ser dito. Para uma compreensão mais rigorosa do conceito de verdade, abordaremos a seguir a formalização realizada por Lacan.

#### 4. A TOPOLÓGICA DA VERDADE

Lacan, em *De um Outro ao outro* (1968-1969/2008), utiliza o método lógico-matemático para explicitar a inconsistência do universo do discurso, isto é, o ponto onde o saber não se sabe de si. Considerando essa questão já presente na hipótese freudiana do recalque originário (*Urverdrängung*), Lacan trata de dar a tal termo aquilo que compreende como sua função. Para tanto, utiliza uma noção de *escrita* que coloca em questão uma clivagem discursiva. Portanto, a noção de clivagem (*Spaltung*) é tomada aqui sob novo enfoque. Se Freud (1927e/2007) a utilizou para dar conta de uma divisão entre diferentes “correntes mentais” no eu, agora ela será tratada como processo que divide fala (*parole*) e discurso. Essa clivagem pode ser considerada um processo que dá origem à ciência moderna com Descartes, mas, se a ciência não se ocupa dessa questão, a teoria psicanalítica do sujeito vem justamente fundamentá-la.

Nessa formalização, que podemos dizer que é inspirada em Russell, a ferramenta lógica busca ser inequívoca ao abordar o campo da linguagem. Este, por sua vez, enquanto discurso, é fundamentalmente equívoco. Assim, para ser inequívoco acerca daquilo que é equívoco em essência, Lacan recorre ao formalismo, isto é, elabora uma escritura. Um discurso, enquanto formalizado como escrita, estará destacado da função da fala. Isso não é afirmar que a psicanálise prescinde da fala, afinal, o sujeito do inconsciente só se coloca em cena pela enunciação. Porém, o que Lacan propõe como discurso psicanalítico, isto é, seu corpo teórico, deve prescindir da fala e, portanto, de sujeito. É por isso que, no processo de formalização dos conceitos freudianos, a escrita operará como clivagem entre fala e discurso, eliminando a possibilidade do erro subjetivo. Lacan parte daí para estabelecer que a essência da teoria psicanalítica é um discurso sem fala, isto é, um discurso que possa ser sustentado enquanto pura escrita tal qual o da lógica matemática, ou seja, sem sujeito.

Outro ponto que abordamos trata das conseqüências dessa utilização da lógica para o estudo das propriedades da linguagem. Para tanto, destacamos as noções de *falha* e *falta*. A primeira se refere ao campo da Lógica, a segunda, à estrutura. Aqui podemos considerar que o projeto lacaniano de fazer da psicanálise uma ciência não significa que o discurso psicanalítico possa encerrar a si mesmo, mas antes acolher a falha fundamental na Lógica que revela a inconsistência do universo do discurso. A ciência de que Lacan se ocupa, isto é, aquela que virá a caracterizar a psicanálise como ciência, só poderá, então, ser considerada *não-toda*.

Através dessas questões principais procuramos perfilar as idéias de saber e verdade, secretadas diretamente da noção topológica e lógica do Outro.

#### 4.1. LACAN ESTRUTURALISTA?

Não podemos falar sem ressalvas que Lacan seja estruturalista, uma vez que ele mesmo deixa em suspenso a adesão a esse rótulo. Contudo, é possível falar no *estruturalismo de Lacan*, e é isto que nos interessa aqui. Em *De um Outro ao outro*, quando Lacan (1968-69/2008, p. 12, S16-13/11/68) identifica o estruturalismo ao que chama de “seriedade”, podemos entender, primeiramente, um certo rigor científico buscado através da lógica matemática. Lacan (1968-69/2008, p.73, S16-04/12/68) é absolutamente inequívoco a esse respeito: “O estruturalismo é lógica por toda parte, até no nível do desejo”. Há a proposta de uma homologia entre a falha da lógica e a da estrutura do desejo, ponto que retomaremos a seguir. Se há uma estrutura logicamente apreensível desencadeada pelo fato de cada significante identificar-se pela diferença em relação a todos outros, é dizer, que a linguagem em sua essência não significa nada (LACAN, 1968-69/2008, p. 87, S16-11/12/68), então não é senão através da própria lógica que a estrutura linguageira deve ser manipulada. Trata-se, portanto, de um retorno a Freud; retorno que, através da lógica, descobre conexões e idéias latentes de sua obra. É necessário, contudo, compreender de que maneira Lacan está utilizando a lógica em tal contexto.

Será que a lógica matemática existia, na compreensão divina, antes de vocês serem afetados por ela em sua existência de sujeito? Uma existência que já seria desde sempre condicionada por ela. Esse problema tem grande importância, porque é aí que surte efeito o avanço que consiste em perceber que um discurso tem consequências. Foi preciso que já houvesse alguma coisa atinente aos efeitos do discurso para que nascesse o discurso da lógica matemática. De qualquer modo, mesmo que já possamos identificar numa existência de sujeito algo que possamos ligar retroativamente a um efeito de discurso da lógica nessa existência, fica claro, e deve ser firmemente sustentado, que não se trata das mesmas consequências que as manifestadas desde que foi proferido o discurso da lógica matemática (LACAN, 1968-69/2008, p. 36, S16-20/11/68).

Do trecho acima escandimos “já seria desde sempre” como aquilo que expressa fundamentalmente a estrutura desse *avanço retroativo*. No caso, Lacan mostra como um discurso tem consequências, por vezes latentes, que, se devidamente reconhecidas, podem ser formalizadas, como se assim desde sempre o fossem, gerando elas mesmas outras novas consequências. Eis o que caracteriza o método psicanalítico de pesquisa, isto é, o método que segue o modelo da clínica psicanalítica, onde a irrupção de saber inconsciente produz um

efeito de descoberta, desvelamento, para o analisante ou, nesse caso, para o pesquisador. Sobre esse efeito que o saber provoca, é pertinente a interrogação:

Saber algo não é sempre algo que se produz como um clarão? Ter alguma coisa a fazer com as mãos, saber montar a cavalo ou esquiar, tudo o que se diz da suposta aprendizagem não tem nada a ver com o que é um saber. O saber é isto: alguém lhes apresenta coisas que são significantes e, da maneira como estas lhes são apresentadas, isso não quer dizer nada, e então vem um momento em que vocês se libertam, e de repente aquilo quer dizer alguma coisa, e é assim desde a origem (LACAN, 1968-69/2008, p. 196, S16-26/02/69).

O que resulta desse retorno a Freud a partir de um estruturalismo manipulado através da lógica é a psicanálise enquanto um discurso sem fala (LACAN, 1968-69/2008, p. 11, S16-13/11/68). Se Lacan buscava um discurso que prescindisse da retórica – muito embora expusesse suas descobertas mergulhado nesta –, isso não tornava seu discurso menos rigoroso, uma vez que fundamentado pelo rigor lógico. Isso significa que se trata de um discurso que se sustenta sozinho tal qual o da matemática, ou seja, sem sujeito ou *erro subjetivo*.

O formalismo na matemática é a tentativa de submeter esse discurso a uma prova que poderíamos definir nestes termos: assegurar o que ele parece ser, isto é, um discurso sem o sujeito. (...) Não há, na matemática, nenhum vestígio concebível do chamado *erro subjetivo*. Mesmo que seja na matemática que se montem aparelhos que permitem, em outros lugares, dar a esse erro subjetivo um sentido mensurável, ele nada tem a ver com o discurso matemático em si. Mesmo quando este discorre sobre o erro subjetivo, não há meio-termo – ou os termos do discurso são exatos, irrefutáveis, ou não o são. (...) formalizar esse discurso consiste em certificar-se de que ele se sustente sozinho, mesmo que o matemático evapore por completo. Isso implica a construção de uma linguagem que é (...) aquela que chamamos de lógica matemática (Lacan, 1968-69/2008, p. 94, S16-08/01/69).

Se o discurso enquanto fala está sujeito a erros, Lacan o transformará em escrita, o que reconhecemos na elaboração dos seus matemas. Ora, mas quando o objeto mesmo que se aborda é a linguagem, por que não chamar esse discurso de metalinguagem, uma linguagem sobre a linguagem? Ela existe, claro, a metalinguagem, embora seja um termo que Lacan rechaça por se prestar a certos mal entendidos. Não há linguagem que fale sobre a linguagem sem ser ela mesma a própria linguagem, não existe Outro do Outro ou o verdadeiro sobre a verdade. É por isso que Lacan constrói um discurso através do que chama de *redução de material*, que é sim uma clivagem discursiva, mas não uma segunda linguagem.

Redução do material quer dizer que a lógica começa na data precisa da história em que alguns elementos da linguagem, tidos como funcionando em sua sintaxe natural, são substituídos por uma simples letra por alguém que entende do riscado.

E isso inaugura a lógica. É a partir do momento em que vocês introduzem um A e um B no *se isto, logo aquilo* que a lógica começa. É somente a partir daí que vocês podem formular, sobre o uso desse A e desse B, um certo número de axiomas e de leis dedutivas que merecerão o título de articulações metalingüísticas, ou, se preferirem, paralingüísticas (LACAN, 1968-69/2008, p. 34, S16-20/11/68).

Vimos como se dá o processo de construção de um discurso científico cujas condições é que possa ser escrito e também que esteja livre de erros subjetivos, ou seja, possa se sustentar sozinho. Eis a noção de escrita que Lacan propõe como discurso, isto é, que prescindia de um sujeito para se articular. Uma fórmula física como, por exemplo, “ $v=d/t$ ”, atesta que a velocidade (v) é o resultado da divisão da distância (d) pelo tempo (t). Na fórmula, a redução às letras é pura escrita, não necessita de um sujeito falante que a enuncie para que ela funcione e se transmita e, por isso, tampouco há lugar para um erro subjetivo.

Ora, se o que Lacan reivindica é dar aos termos freudianos sua função, a obra freudiana é tratada como um discurso do qual ele capta e formaliza consequências, tornando a essência da psicanálise um discurso sem fala. Porém, mais do que isso, demonstra que a própria noção de inconsciente e de sujeito, se captáveis pela lógica, é porque, em algum nível, já seriam sensíveis a mesma. Tal é o argumento metodológico de Lacan.

É de se esperar que cause certo espanto o rechaço pelo erro, pelo subjetivo, pela fala, uma vez que é exatamente aquilo sobre o que Freud colocou um acento para que se conceba uma clínica do inconsciente. Contudo, devemos não confundir a formalização do corpo teórico da psicanálise com a sua prática, pois é aí que acontece a cisão oriunda da clivagem discursiva vista anteriormente. Colocamos, sim, o lugar do pesquisador como homólogo ao do analisante, ambos sujeitos, uma vez que é a produção pelo saber inconsciente que orienta suas aprendizagens. Há equiparação nas pesquisas que ambos realizam, experiências que não acontecem senão de maneira singular. O que mantém o analisante como o sujeito de um discurso é a escuta que se mantém aberta para tornar da fala uma demanda, isto é, que sustenta a falta causa do desejo. Por outro lado, o que apaga o lugar de sujeito numa pesquisa é o momento da clivagem discursiva, redução do material de sua descoberta.

De acordo com o rigor lógico, trata-se, portanto, de uma produção de saber que é, ao mesmo tempo, causa de um discurso e que, principalmente, torna-se uma escrita (tal qual a compreendemos neste contexto). Não carecemos das presenças de Freud e Lacan para que seus discursos continuem a nos transmitir e provocar aprendizagens, e isso só se dá quando tomamos suas obras como discursos capazes de produzir efeitos.

Mesmo que se trate de um discurso sem sujeito, a logicização do discurso da psicanálise nem por isso deixa de abordar aquilo que é o propriamente fundamental para a

noção de sujeito: a falha. O que Lacan nos convoca a buscar não é um discurso que não trate da falha, mas antes um discurso capaz de ser preciso acerca da falha, que a sustente e garanta seu lugar a todo momento. Para isso, é imprescindível compreender que um discurso que sustente a si mesmo não é o mesmo que um discurso que apreenda a si mesmo, pois, como veremos logo a seguir, é na tentativa de totalizar o universo de discurso que a *falha da Lógica* acusa uma *falta no Outro*.

#### 4.2. A FALHA LÓGICA E A FALTA NO OUTRO

Há uma falta no universo de discurso que pode ser captada no nível da estrutura. Seguiremos Lacan no uso da teoria dos conjuntos para demonstrá-la.

Desde o exercício de par ou ímpar em *O seminário sobre “A carta roubada”*, Lacan (1966/1998a) persegue o estabelecimento dos efeitos da função da fala no campo da linguagem. O que acontece quando falamos? Que efeito produz a sequência encadeada de significantes? O que é secretado da disposição ao acaso dos sinais de par ou ímpar é uma estrutura que lance a lance se edifica e, pelo *après-coup*, demonstra ter determinado simbolicamente as leis internas do “acaso” do Real. Essa demonstração, porém, é insuficiente na medida em que não denota a falta do universo de discurso, ou seja, não representa a perda de gozo ou a insuficiência de saber que Lacan reúne sob o conceito de objeto *a*.

No seminário *O Ato Psicanalítico* (1967-68), em 13/03/68, Lacan já havia exposto o esquema seguinte, inspirado em Frege, ilustrando que entre os dois significantes que engendram a repetição primordial que funda o sujeito encontra-se uma perda necessária. Afirmação que parece em completo acordo o esquema da repetição das voltas no círculo pleno do toro, que se repetem em torno de seu vazio central – o objeto *a*.



Em *A Identificação* (1961-62/2003) a série de Fibonacci serve de formalização à divisão inaugural do sujeito; sem tampouco incluir um termo que representasse a falta. Será apenas alguns anos mais tarde, porém, que Lacan o fará. Sigamos então o *trouvaillé* lacaniano sobre a série de Fibonacci em *De um Outro ao outro*, de onde obtemos uma série que formaliza a relação entre o 1 inaugural (traço unário) e o pequeno *a*.

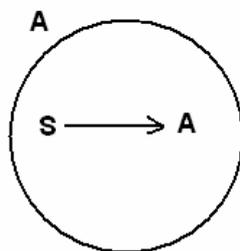
Usa-se o 1 como primeiro termo e o  $1 + a$  como segundo para dar início a seguinte série:  $1, 1 + a, 2 + a, 3 + 2a, 5 + 3a, 8 + 5a, 13 + 8a, 21 + 13a$  e assim por diante. Sabemos que utilizando quaisquer elementos que sejam somados com o elemento anterior para obter o seguinte, obter-se-á uma proporção, de forma que a divisão de um termo pelo seu anterior resultará em aproximadamente 1,618. Já a divisão de um termo pelo seu seguinte produzirá 0,618. Fazendo uma proporção onde, por exemplo,  $21 + 13a$  dividido pelo seu termo anterior esteja em igualdade com este mesmo termo anterior dividido pelo seu termo anterior, chega-se a uma equação de segundo grau. Daí se pode determinar que o  $a$  assume dois valores possíveis: 0,618 ou -1,618. Constatamos então que Lacan forjou a série com o  $a$  de forma que o termo assumisse o valor da harmonia que há na razão entre todos os termos contíguos de qualquer tipo de série de Fibonacci.

De que isso nos servirá enquanto representação do que se passa no campo da linguagem quando falamos? Ora, sempre que um termo for multiplicado por 0,618 obteremos o termo que lhe é anterior na série. Porém, se o qualquer outro termo for multiplicado por 1,618, obteremos o termo seguinte. Há um valor que intermedia os termos de qualquer série de Fibonacci, que os remete uns aos outros. Diremos que o mesmo opera entre significantes e o  $a$ . A falta no universo de discurso funciona como uma harmonia entre todos os significantes e determina seu encadeamento. O objeto  $a$  não é apenas uma falta no Outro, mas aquilo que determina a harmonia estrutural de seus elementos. Podemos pensar numa perda originada a partir do aparecimento do primeiro traço, mas presentificada em qualquer articulação significativa.

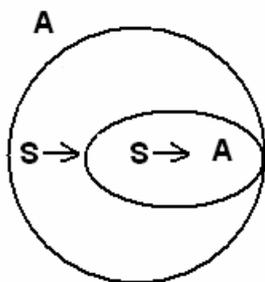
(...) a partir do momento em que nos afastamos do ponto de partida da série de Fibonacci, esse  $a$  se inscreve como relação de um dos termos da série com o termo seguinte. Que acontece com a escolha do  $a$ ? Nós os escolhemos porque estávamos colocados diante do problema preciso de saber como calcular o que se perde no fato de postular arbitrariamente o 1 inaugural, reduzido a sua função de marca. Em contrapartida, o que acabo de lhes dizer demonstra que a escolha do  $a$ , por sua vez, nada tem de arbitrária, porquanto ele é a relação-limite de um termo da série de Fibonacci com o que se segue. Dá-se com ele o mesmo que com a perda que visamos, que está no horizonte do nosso discurso, aquela que constitui o mais-degozar – ele é apenas um efeito da postulação do traço unário (LACAN, 1968-69/2008, p. 137, S16-29/01/69).

Vamos seguir agora os passos do pensamento de Lacan em sua construção do Outro enquanto universo de discurso, para que possamos estabelecer com rigor seu conceito de verdade. Colocando em relação os termos S, sujeito, e A, o Outro, veremos algo de interessante ao tentar incluí-los ambos em A. A questão é apreender o que acontece quando

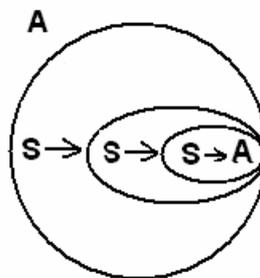
fazemos a tentativa de que o Outro seja totalizado, é dizer, contenha a si mesmo. Podemos demonstrar graficamente como o processo se dá.



**Figura 1:** A contém os elementos S e A, o que escrevemos  $A = \{S,A\}$



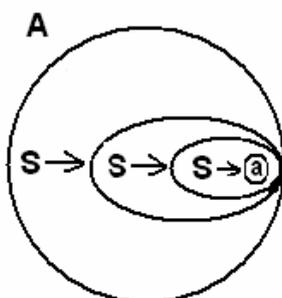
**Figura 2:**  $A = \{S, [S,A]\}$



**Figura 3:**  $A = \{S, [S, [S,A]]\}$

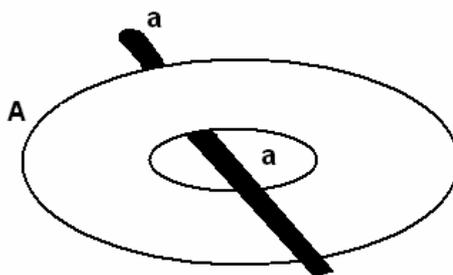
Nas figuras 2 e 3 colocamos S e A, que são os elementos de A, dentro de A, fazendo notar que é um processo infinito, uma vez que poderemos sempre substituir A pelo par S - A. Podemos incluí-lo nele mesmo infinitas vezes na tentativa de que contenha a si, porém esse exercício mostrará que não é possível dar termo final a essas repetições. É isso que Lacan toma para demonstrar posteriormente o que considera uma falha lógica decorrente do paradoxo que o exemplo acima apresenta, a saber, o próprio paradoxo de Russell. Quer pensemos no catálogo que contém todos catálogos que não contêm a si mesmos, ou mesmo no barbeiro que barbeia todos homens que não se barbeiam, a insuficiência é a mesma, isto é, esses paradoxos demonstram a mesma falha no tecido lógico. Se colocado dentro dele mesmo, A deverá estar dentro e fora de si, conter e estar contido em si mesmo simultaneamente. Ou melhor, o que se divide aparentemente em duas faces teria que ser apenas uma, como numa fita de Moebius, assim como o dentro e o fora estarão em continuidade, como numa garrafa de Klein. Adiante, recorreremos à topologia das superfícies para apreender esse tipo de estrutura onde dentro e fora são noções que devem ser descartadas, uma vez que se encontram em continuidade.

Ao deparar-se com a impossibilidade que lhe oferece o paradoxo de Russell, Lacan infere que, se a Lógica falha, é porque, em algum lugar, o próprio universo de discurso é insuficiente. A Lógica ao falhar atesta uma falta no Outro. Há um lugar inapreensível para o saber. É para operar com o lugar dessa falta que Lacan (1968-69/2008, p. 45, S16-27/11/68) inventa o conceito de objeto *a*:



**Figura 4:** *a*, o furo que surge em *A* na tentativa de incluir-se.

O ponto vazio da estrutura, o objeto *a*, é um lugar *êxtime* – ao mesmo tempo íntimo e radicalmente exterior. Segundo Lacan (1968-69/2008, p. 241, S16-26/03/69), isso demonstra que o Outro tem uma estrutura apreensível pela topologia das superfícies. Usaremos o toro para expressar a topologia dessa estrutura. No toro, o espaço do seu vazio central é o mesmo que o circunda, conforme acusa posição da barra da figura adiante. O que está em seu centro interior está o mesmo espaço que lhe é absolutamente externo.



Veremos, a seguir, como a falta que serve de cerne à estrutura do Outro fundamenta a própria noção de sujeito. Invariavelmente, a cadeia significante onde ele, sujeito, se articula é um processo que desencadeia a queda do objeto que sustenta essa falta, lugar inocupável a qualquer significante.

Essas escalas, não de incerteza, mas de falhas na textura lógica, podem permitir-nos apreender o estatuto do sujeito como tal, encontrar um apoio para ele e, numa palavra, conceber que ele possa se satisfazer com sua adesão à própria falha situada no nível da enunciação. Ao abordar do exterior da lógica o campo do Outro, nada jamais nos impediu, ao que parece, de forjar o significante pelo qual se conota o

que falta na própria articulação significante (LACAN, 1968-69/2008, p. 82-83, S16-11/12/68).

Destacamos do trecho acima a questão da identificação da falha ao nível da enunciação. É pela inconsistência do Outro que há a produção de uma perda em toda enunciação, o que faz com que toda fala possa vir a ser uma demanda. Lacan inclusive propõe no ano seguinte de seu seminário (1969-70/1992), ao posicionar o objeto *a* no lugar de agente do discurso do analista, que a função dele, analista, é a de sustentar o lugar da inconsistência do universo de discurso.

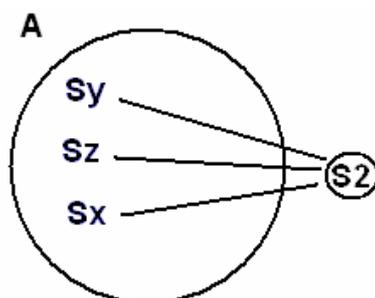
Que o grande A como tal tenha em si essa falha, decorrente de não podermos saber o que ele contém, a não ser seu próprio significante, é a questão decisiva na qual desponta o que ocorre com a falha do saber. Na medida em que é do lugar do Outro que depende a possibilidade do sujeito, no que ele se formula, é das coisas mais importantes saber que o que o garantiria, ou seja, o lugar da verdade, é, em si mesmo um lugar vazado<sup>1</sup> (LACAN, 1968-69/2008, p. 58, S16-27/11/68).

Ainda no seminário *De um Outro ao outro*, Lacan afirma que não se pode situar o significante com o qual o sujeito se identificaria em último termo, pois tal significante é idêntico ao próprio lugar onde o discurso falha. Há, então, comparação entre o significante onde o sujeito se significaria (S2) e a falha do discurso. É especialmente importante tal ponto, pois, se o sujeito está representando entre os significantes S1 e S2 (o que lhe representa e o que lhe afanisa, respectivamente), como poderia sê-lo pela falta no Outro, uma vez que ela articula a falta de significantes? À guisa de esclarecer a questão, veremos como o significante do saber, S2, se situa logicamente em relação ao Outro.

Consideremos que cada elemento em si já é um subconjunto capaz de conter outros elementos-conjuntos. Consideremos igualmente que S2 é o conjunto que contém todos os conjuntos que (a) não contém a si mesmos e (b) que estão incluídos em A; no caso, os significantes Sx, Sy e Sz são os elementos que satisfazem essas duas condições. Temos assim dois pontos: (a) se S2 não está incluído nele mesmo, ele necessariamente deveria conter-se, porém (b) se ele contém a si mesmo, isso não está de acordo com a função de que contenha apenas elementos que não contém a si mesmos, e, logo, ele deverá estar fora, o que implicaria que ele contivesse novamente a si mesmo e assim por diante. Ora, se para estar contido em S2 um elemento deve também estar incluído em A, a conclusão a qual chega Lacan (1968-69/2008, p. 74, S16-04/12/68) é a de que S2 não está contido em A, muito embora seus elementos estejam. É o que ilustra com a figura seguinte.

---

<sup>1</sup> Troué, no francês.



O que se articula como significante deve, então, deixar um conjunto obrigatoriamente fora do Outro, ainda que relacionado com a conjunção (o um a mais). Tal conjunto é S2, o saber enquanto elemento que reuniria todos os outros, desde que não pertencentes a si mesmos e representáveis no Outro.

Muito precisamente, diremos que, em última instância, o sujeito, como quer que tencione subsumir-se – seja por uma primeira afirmação do grande Outro como incluindo a si mesmo, seja, no grande Outro, limitando-se aos elementos que não são elementos deles mesmos –, não pode ser universalizado. Não há definição englobante em relação ao sujeito, nem mesmo sob a forma de uma proposição que diga que o significante não é um elemento dele mesmo. Isso demonstra, igualmente, não que o sujeito não está incluído no campo do Outro, mas que o ponto em que ele se significa como sujeito é externo, entre aspas, ao Outro, ou seja, ao universo do discurso (LACAN, 1968-69/2008, p. 74, S16-04/12/68).

O sujeito do inconsciente resiste a significar-se, uma vez que o ponto que o sustentaria é “exterior” ao Outro. Diríamos que, na verdade, se trata de um ponto antes êtimo do que exterior. Concluímos que, se o sujeito é representado por um significante para outro, sendo que o segundo é exterior ao universo de discurso, ou melhor, corresponde a sua própria falta (como o demonstra o ponto êtimo do toro), o próprio sujeito não atinge uma significação ou identificação simbólica plena, será sempre uma falta-a-ser. Ora, como compreender uma análise que busque tornar o *eu* senhor das funções do *isso*, ou que o inconsciente deva vir a ser consciente, conforme algumas possíveis leituras de Freud, se há um lugar na estrutura inconsciente que resiste ao saber, à totalização de seu campo? Vemos aí como o conceito de verdade fundamenta diretamente a idéia de final de análise em Lacan.

Como consequência da constatação simples de que a diferença do significante reside em todos os outros, é possível, então, demonstrar através da Lógica a insuficiência de saber no Outro. O saber não pode saber a si mesmo, assim como não existe saber absoluto que o Outro possa portar. O elemento que representa essa impossibilidade, S2, é identificado por Lacan ao *Urverdrängung* freudiano. O recalque primordial, momento hipotético postulado por Freud como o primeiro de todos os recalques, é apresentado logicamente por Lacan como

um saber tão primeiro e fundamental quanto inacessível em sua essência. Lacan (1968-69/2008, p. 197, S16-26/02/69) coloca que o saber perdido está na origem do que aparece de desejo na articulação de qualquer discurso e, dessa forma, identifica essa perda à função do objeto *a*.

Vimos que o Outro adquire características logicamente determináveis que se combinam com uma compreensão topológica do mesmo, ou seja, há uma noção de falha lógica que se conjuga com a de furo (*trou*) na topologia das superfícies. É um limite que resulta da própria estrutura do significante, uma falta que Lacan nos permite operar com o conceito de objeto *a*. Vimos também que o elemento saber encontra uma impossibilidade de colocar-se satisfatoriamente em relação ao Outro, denotando o ponto faltante do universo do discurso como um saber perdido, o *Urverdrängung*. A partir dessas conexões, abordaremos agora as noções de desejo e verdade, lembrando que essa última é relacionada a um lugar “vazado” (*troué*), furado.

#### 4.3. DESEJO E VERDADE

A perda de saber promovida por toda articulação significativa é apresentada como homóloga à mais-valia de Marx, o mais-gozar. Se a linguagem é um meio de gozo, e nela há um saber que não se sabe, ausente do campo do discurso, mas que se supõe existir – eis aqui o fundamento do *sujeito suposto saber* –, há igualmente um gozo impossível, hipotético e perdido em sua origem. O desejo é uma condição do sujeito dividido, ou seja, é a sua própria divisão causada por *a* enquanto perda (LACAN, 1968-69/2008, p. 332, S16-04/06/69). É a reposição da perda fundamental ao Outro que Lacan propõe como o que caracteriza a estrutura da perversão. É, então, o saber que permite montar a cena que promove, no Outro, o gozo perdido; uma restituição. A *Verleugnung*, portanto, ao desmentir (ou recusar) a castração, trata de negar a falta de saber no universo de discurso.

A perda de saber pode ser identificada ao recalque primário de Freud, mas, além disso, Lacan também propõe buscar aí o desejo. Para tanto, ele nos convoca a pensar na falha do dito, ou seja, o desejo aparece nos tropeços da fala. A interpretação freudiana dos sonhos pode ser relida. Ela revelaria o desejo na medida em que se reduzisse a uma frase cujo efeito está antes no que falha do que no que produz de sentido. Se, para Freud, a interpretação revela uma orientação, sentido ou significado oculto do sonho, o mesmo não se dará necessariamente

para Lacan<sup>1</sup>. Para que o desejo esteja em questão, coloca-se o acento no que se articula como queda de saber através do sonho, não naquilo que ele pode produzir de sentido ou em seu suposto significado oculto. Essa frase onde o sentido claudica teria a característica de uma enunciação que seria dizer puro (ou semi-dizer). Se o desejo é causado pela falta, ele só será desencadeado por um dizer que dê lugar à mesma, e é o fato de que o Outro é inconsistente que permite esta modalidade de dizer. “Do dizer, o desejo é apenas sua desinência, e é por isso que primeiro essa desinência deve ser estreitamente situada no puro dizer, ali onde somente o aparato lógico pode demonstrar sua falha” (LACAN, 1968-69/2008, p. 73, S16-04/12/68). No ano de seminário seguinte, em *O Avesso da Psicanálise* (1969-70/1992, p. 49, S17-14/01/70), já o expusemos anteriormente, é proposta a função do semi-dizer como única forma acessível da verdade, isto é, a verdade seria apenas meio-dita porque além da metade não haveria mais nada a dizer. Novamente, Lacan (1968-69/2008, p. 65, S16-04/12/68) afirma: “O que não se pode dizer do fato é designado, porém no dizer, por sua falta, e é isso que constitui a verdade”. O dizer que dá lugar a esse vazio, ou seja, que faz o saber funcionar como verdade, é igualmente o que coloca o desejo em questão. O trabalho do analista seria, portanto, confinar-se à enunciação em semi-dizer, enigmática, de forma que faça o saber funcionar como verdade, não como sentido (LACAN, 1969-70/1992, p. 50, S17-14/01/70).

A incitação ao saber que caracteriza o ato psicanalítico conduz o analisante à suposição de saber ao Outro, isto é, a obediência à regra de falar tudo o que lhe ocorre faz com que o analisante fomente a suposição de que, seja o que for dito, o Outro saberá do que se trata. Cabe ao analista sustentar esse lugar a partir da falta (e aqui está em jogo o desejo do analista), para assim fazer com que essa incitação ao saber conduza, através do semi-dizer, à verdade (LACAN, 1968-69/2008, p. 333, S16-04/06/69)<sup>2</sup>.

No intuito de compreender os fundamentos da teorização lacaniana e de questionar uma possível concepção de técnica, faremos agora uma incursão na topologia das superfícies, imprescindível para Lacan, a fim de relançar as questões que já trabalhamos.

---

<sup>1</sup> Analisaremos pormenorizadamente este ponto no capítulo sobre a interpretação.

<sup>2</sup> Questionamos se esse é um modelo apenas referente à neurose, ficando em aberto a questão do saber e da verdade no tratamento de outras estruturas. Teremos oportunidade de retomar esse problema no último capítulo.

## 5. O SUJEITO SUPERFICIAL

Deixaremos inteiramente de lado a linha *material* de abordagem, mas não a *espacial* (...). (FREUD, 1926e/1996, p. 189).

### 5.1. A TOPOLOGIA E SEUS FUNDAMENTOS EM LACAN

Limitaremos nossa introdução aos fundamentos da topologia das superfícies de acordo com o que for estritamente necessário para compreender o uso lacaniano da mesma. Assim, focaremos desde o princípio nas características dimensionais das superfícies e na idéia de corte que sobre elas poderão ser realizados, questões que devem estar claras para seguirmos as elaborações topológicas de Lacan.

Segundo a definição de Sampaio (s/d, p. 1), “superfícies são objetos geométricos bi-dimensionais que não existem no mundo real, mas apenas em nossa imaginação geométrica platônica”; uma vez que as superfícies são estruturas, devemos considerá-las imateriais. Para transpô-las a seu espaço próprio (com o número de dimensões nas quais a estrutura existe imaterialmente) fazemos uma abstração que chamamos de *imersão*, assim como dizemos que para representá-las no espaço tri-dimensional elas devem ser *submersas*. Isso será importante na medida em que Lacan utiliza em alguns momentos as características das figuras submersas (onde tendemos a percebê-las de certa maneira intuitiva) para compará-las com seu estado de imersão; exercício interessante para treinar nossa capacidade de abstração. O *cross-cap*, por exemplo, não é o objeto de papel, borracha ou tecido que podemos construir e que tem um dentro e um fora. Esse objeto que podemos tocar, que tem peso e medidas, não passa de um suporte material que utilizamos para ajudar na tarefa da abstração mental, a imersão. A estrutura é aquilo que é concebido no estado abstrato de imersão, não no suporte material submerso.

Para melhor conceber a característica bi-dimensional, costuma-se sugerir que, sobre essas superfícies, imaginemos seres fictícios (as dedicadas formigas) que só se movem em contato com as mesmas, ou seja, “para frente”, “para trás”, “à direita” e “à esquerda”, sem nunca ir “para cima” ou “para baixo”, pois isso só seria possível num ambiente com três dimensões (SAMPAIO, s/d, p. 2). Nesse ambiente bi-dimensional é possível traçar entre quaisquer dois pontos uma linha de menor comprimento possível, é o que se chama de linha geodésica (SAMPAIO, s/d, p. 1). Há deformações que alteram a topologia de uma superfície e outras que não alteram. As primeiras podem ser chamadas de deformações legais, e são elas:

1. Esticar ou inchar a superfície ou partes dela.
2. Encolher a superfície ou partes dela.
3. Entortar a superfície ou partes dela.
4. Cortar a superfície segundo uma linha suave nela demarcada e, posteriormente, colar novamente, uma na outra, as bordas geradas por esse recorte, resgatando a superfície original com a linha demarcada. A este procedimento é dado o nome de **recorte e colagem**. (SAMPAIO, s/d, p. 2, grifo do autor).

O conjunto de características geométricas de uma superfície que não se alteram ao sofrer quaisquer das quatro deformações descritas caracteriza a *topologia de uma superfície* (SAMPAIO, s/d, p. 3). As deformações de segundo tipo, as ilegais, que alteram a topologia de uma superfície, são:

- (i) cortar a superfície, segundo uma curva nela demarcada, e não tornar a colar, um no outro, os bordos gerados pelo recorte;
- (ii) realizar colagens de modo arbitrário fazendo com que dois ou mais pontos, originalmente separados, tornem-se um só ponto da superfície;
- (iii) encolher a superfície, ou algumas de suas regiões, de modo que pontos originalmente separados se aglutinem num só ponto (SAMPAIO, s/d, p. 3).

Dentre as propriedades topológicas atribuídas às superfícies, para que se as compreenda em termos de estrutura e assim interesse à pesquisa psicanalítica, Carlos Ruiz (1994) destaca o fato de que sobre elas podemos traçar linhas, ou seja, fazer cortes que podem modificar sua topologia. É o que Lacan destaca em *A Identificação* (1961-62/2003), ao propor o significante enquanto corte, como descontinuidade no contínuo da estrutura superficial. Então, é o corte, a primeira das modificações ilegais conforme definidas por Sampaio, que interessa ao trabalho psicanalítico. A superfície nos interessa como estrutura, portanto, na medida em que é o suporte da operação de corte. Ainda segundo Ruiz (1994, p. 90, tradução nossa), os elementos fundamentais são: “a superfície, uma linha sobre a superfície, que às vezes chamamos de marca, a operação de corte, a superfície resultante do corte, que não é de partida, e na qual a marca foi reposicionada por uma linha, que em algum sentido a duplica”. Topologicamente falando, não há etapas no corte, tampouco cortes parciais, ou seja, as linhas que o orientam não cessam antes de reencontrar seu ponto de partida. São linhas sem ponto. As características topológicas de uma superfície se definem de acordo com as linhas que nela podemos traçar, possibilidade que demonstra as propriedades de cada superfície, diferenciando-as.

Articulemos agora essa breve referência topológica com sua respectiva função no pensamento lacaniano. Tarefa que se coloca desde o princípio complicada, afinal, Lacan jamais esclareceu completamente os fundamentos epistemológicos antes de começar sua

elaboração topológica, sequer cita a bibliografia que usa. Talvez a epistemologia da articulação topologia-psicanálise tenha se desenvolvido durante sua própria apresentação ao longo dos seminários. Um momento interessante tem lugar no final de um seminário, quando F. Wahl questiona Lacan (1964/1998a, p. 89, S11-26/02/64): “A topologia, para o senhor, é um método de descoberta ou de exposição?”. A resposta: “É o referenciamento da topologia própria à nossa experiência de analista que pode ser retomada depois na perspectiva metafísica”. Sem maiores explicações, Lacan ainda indica na sequência a segunda parte do livro *O Visível e o Invisível* de Maurice Merleau-Ponty.

Lamenta-se que Lacan tenha respondido de maneira tão sucinta e algo nebulosa. Se nós tivéssemos, porém, que responder tal pergunta, diríamos que se trata de ambos, mas mais de um método de descoberta do que de exposição. Sobre isso, Granon-Lafont (1987, p.40) escreve:

Amiúde, por exemplo, um conceito se assenta sobre uma definição da banda de Moebius, e depois, servindo-se de outra, transtorna nossa compreensão deste conceito. Deste modo, faz dar às noções um salto lógico idêntico ao salto topológico que consiste em ver em um desenho o traçado do oito interior, o aplanamento de uma superfície moebiana ou uma ilusão de perspectiva.

O manejo da topologia (cortar, desenhar, colar) pode ser um método de exposição, mas, para Lacan tal abstração serve principalmente de método de pesquisa, de exploração do Real do psiquismo. Lidar com a topologia das superfícies, segundo as convenções estabelecidas pela mesma, é um contato com o próprio Real; não uma teoria sobre o Real, mas seu próprio tecido estrutural. Lacan (1972/2003, p. 479) nos conduz a conceber que sua “topologia não é de uma substância que situe além do real aquilo que motiva uma prática. Não é teoria”.

A referência topológica não será compreendida como metafórica. Isso pode ser entendido se concordarmos que a topologia de Lacan não serve para significar uma outra coisa, não é analogia para os conceitos que através dela se expressam, mas possui antes o caráter de *homologia*<sup>1</sup>; assim como o mais-gozar não é análogo à mais-valia de Marx, mas sim homólogo. Não devemos considerar as superfícies apenas pelo seu caráter de modelo expositor de conceitos ou aquilo que elas significam, pois aí estaríamos no campo da

---

<sup>1</sup> Segundo Lalande (1999), na matemática são consideradas homólogas as partes correspondentes de duas figuras correlativas. Em anatomia, homólogos são os órgãos cuja situação em relação ao corpo e origem embriogênica são correspondentes (por exemplo, as duas asas de um pássaro e os membros anteriores de um mamífero). Os órgãos análogos, por sua vez, são aqueles que cumprem a mesma função e possuem a mesma aparência sem, contudo, a mesma origem e as mesmas conexões.

metáfora, do modelo. Lacan (1972/2003, p. 485) define com clareza que “A topologia não foi ‘feita para nos guiar’ na estrutura. Ela é a estrutura (...)”. A partir disso, concluímos que, se tomamos as figuras topológicas como suportes metafóricos da estrutura, estamos rejeitando a propriedade que justifica o uso lacaniano das mesmas, a saber, a homologia estrutural. Sobre isso, afirma categoricamente Granon-Lafont (1987, p. 23): “Em última instância, assim como um ‘esquema’ possui um valor explicativo e até didático, a topologia intervém como fundamento epistemológico dos conhecimentos trazidos por dito esquema”<sup>1</sup>.

Em *De um Outro ao outro*, Lacan já havia exposto a busca por um discurso sem fala (*parole*), o que se cristalizou no seminário seguinte com a proposta dos quatro discursos redutíveis a matemas, percurso que culminou no seminário cujo título já anuncia *De um discurso que não fosse semblante*. Em *O Aturdido*, a busca pela redução a um discurso matemático-topológico cuja função não seja explicativa, aparece de maneira ainda mais manifesta na medida em que Lacan emprega essa modalidade de discurso matemático impossível, em que o sentido e a metáfora são rechaçados, uma vez que é o Real que é abordado. O Real lacaniano é topológico, assim como a estrutura topológica é o Real lacaniano.

Tomando a topologia como “guia”, “modelo” ou “exposição”, estaríamos nos servindo da intuição espacial euclidiana, o que produziria equívocos. Eidelsztein assinala essa questão da seguinte forma, em três citações que destacamos:

Pensamos que certo modo de compreender os conceitos fundamentais da psicanálise – modo que poderíamos qualificar, sem temor de nos equivocar, de “intuitivo” – torna impossível (no forte sentido matemático do termo) a articulação com o *órganon* topológico (EIDELSZTEIN, 2006, p. 7).

Há uma tendência a conceber intuitivamente o conceito de recalque, por exemplo, como aquilo que está “embaixo”, “submerso”, “escondido” ou outras noções de interno. É uma “herança freudiana”, mas não corresponde de maneira nenhuma à proposta de Lacan.

Nossa surpresa diante da topologia e a sensação de estranheza que nos produz estão motivadas pela incapacidade de nossa intuição espacial para captar as propriedades do espaço (...) (EIDELSZTEIN, 2006, p. 19).

Por que a topologia? Porque é a única via da qual dispomos para aceder à estrutura real do espaço. A intuição não nos serve por muitíssimos motivos (EIDELSZTEIN, 2006, p. 22).

---

<sup>1</sup> A tradução é nossa, tanto de Eidelsztein quanto de Granon-Lafont.

Eis uma das razões pelas quais os autores sugerem que se pratique a topologia, que se tenha à mão papel, tesoura e fita adesiva quando nos propomos a ler um livro sobre o assunto (incluídos os seminários de Lacan!). Para reconhecer as propriedades topológicas é necessário o exercício de deixar de perceber apenas intuitivamente as superfícies, abandonando o peso e medidas dos objetos que construímos para representá-las. É necessário realizar a imersão. Ora, não é o mesmo princípio da escuta psicanalítica, ou seja, deixar de tomar a fala como produção de sentido na comunicação social para destacar a sua função sincrônica, sua ex-sistência ao sentido? Nasio, em *Os olhos de Laura* (1991, p. 115), faz uma interessante proposta:

A segunda razão que me faz insistir na topologia concerne ao imaginário dos psicanalistas. Em que a prática com os objetos topológicos pode transformar, nos psicanalistas que a ela se dedicam, as condições de seu imaginário? E em que medida modificando esse imaginário, adaptado às exigências da topologia, pode levar o psicanalista a escutar diferentemente seus analisantes e a sua própria experiência? Parto da suposição de que, no analista que manipula frequentemente esses artifícios, a familiaridade que chega a adquirir com eles pode habituá-lo pouco a pouco a, senão a perceber, pelo menos a imaginar até um certo ponto um espaço diferente, mais próximo da representação topológica do real psíquico. Não se trataria mais de pretender eliminar a intuição em proveito de um suposto formalismo topológico, mas de transformá-la. Talvez então o exercício da topologia permitisse a abertura do campo de um novo imaginário ligado à experiência do inconsciente.

Há ainda outro ponto que devemos esclarecer que trata da relação entre a estrutura tomada topologicamente e a estrutura de acordo com a lingüística. Propositamente, anteriormente ocultamos um pedaço de uma citação. Quando Lacan (1972/2003, p. 485) escreve que “A topologia não foi ‘feita para nos guiar’ na estrutura. Ela é a estrutura”, ele assim completa a última frase “– como retroação da ordem de cadeia em que consiste a linguagem”. Essa ligação é especialmente importante, afinal, num primeiro momento de seu ensino Lacan apresenta a estrutura a partir da lingüística, para depois o fazer a partir da matemática, o que inclui a topologia. Retomemos então a afirmação de que a topologia é a estrutura como retroação da ordem de cadeia em que consiste a linguagem. Em *O seminário sobre “A carta roubada”* (1966/1998a) é demonstrado esse funcionamento de retroação no qual a estrutura se apresenta. A cada lance novo de – ou + a cadeia é reestruturada desde seu início, ou melhor, sua estrutura se torna mais manifesta. Chega-se a um ponto onde, enfim – e é o que Lacan demonstra no subcapítulo *Parêntese dos Parênteses* –, pode-se apreender

graficamente, no plano bi-dimensional, a estrutura à qual o acaso dos lances está submetido<sup>1</sup>; apreensão que só se dá retroativamente.

Cada lance é diferença pura em relação ao outro, o que já demonstra que Lacan trabalhava na sua perspectiva de significante enquanto diferença radical a todos outros. Um autor que realiza o particular esforço de aproximar a topologia da lingüística, ou melhor, de explicitar a topologia do significante é Marc Darmon:

O fato de se endereçar à lingüística parece tanto mais justificado na medida em que Saussure demonstrou que a língua se suporta tão somente a partir de um jogo de puras diferenças e de lugares; de diferenças que não assumem seu valor senão a partir dos locais que ocupam. É então o próprio simbólico que introduz uma topologia (DARMON, 1994, p. 11).

A estrutura é Real, claro, porém ela não se revela sem a incidência do Simbólico. Seria a estrutura a soma dos efeitos do Simbólico no Real? Seguimos com Darmon (1994, p. 24):

No plano topológico, ser-nos-ia então preciso conceber um espaço topológico munido de relações de vizinhança, cujos pontos não seriam então separados, mas intimamente ligados uns aos outros. Eles teriam, por outro lado, a propriedade curiosa de serem diferentes de si mesmos.

O autor sustenta, portanto, as propriedades topológicas de uma cadeia significante, reconhecendo na mesma as características das superfícies. A distância entre dois pontos não existe, pois, uma vez que são vizinhos, são infinitamente próximos, apesar de qualquer deformação sobre a superfície.

É preciso então levar-se em conta a estrutura topológica muito paradoxal do significante. Efetivamente, cada significante está intimamente ligado a todos os outros, e ele próprio não é senão um puro corte. Ou seja, é preciso conceber uma conexidade sem substância, uma conexidade feita de puras diferenças<sup>2</sup> (DARMON, 1994, p. 132).

No uso que faz da topologia, o interesse de Lacan (1972/2003, p. 479) na operação de corte é claro quando afirma que “ela deve dar conta de que haja cortes do discurso tais que modifiquem a estrutura que ele acolhe originalmente”. Para fazer aquilo a que nos propomos aqui – uma comparação da noção de corte com os referenciais técnicos, tais como a

---

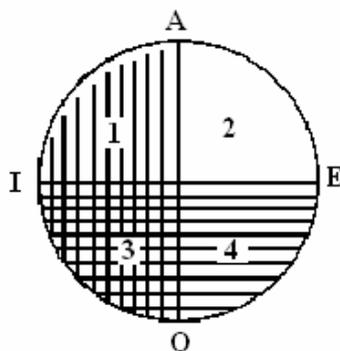
<sup>1</sup> Indicamos o muito competente trabalho de Philippe Matherat, intitulado *Des Doubles parenthèses de Jacques Lacan et des triples d'Alain Didier-Weill*, disponível no site <http://perso.enst.fr/~matherat>.

<sup>2</sup> Veremos mais adiante de que forma Lacan utiliza o *oito-interior* para articular sua concepção de significante à topologia superficial.

*interpretação, a escansão e o ato* –, investigaremos a impressionante elaboração de Lacan no seminário *A Identificação*.

“Insisti, nesse sistema [o sistema  $\Psi$ , inconsciente], sobre sua característica extra-plana, na sua característica de superfície sobre a qual Freud insiste com toda força, o tempo todo” e, na mesma sequência, Lacan (1961-62/2003, p. 134, S09-24/01/62) ainda cita Freud numa passagem de *O Ego e o Id*: “o eu é antes de tudo uma entidade corporal, não somente uma entidade toda em superfície, mas uma identidade correspondente à projeção de uma superfície”. Aqui a leitura lacaniana de Freud acentua a existência de uma subjetividade que possui características de superfície, caminho que é percorrido durante todo seminário sobre a identificação através do estudo da topologia e do conceito de traço. O sujeito é apresentado como a estrutura de uma superfície topologicamente definida, determinada pelo corte, ou seja, a estrutura é uma superfície e o significante é o corte que a revela (LACAN, 1961-62/2003, p. 347, S09-30/05/62). Percorreremos algumas elaborações do seminário para compreender essa lógica e dela tirar algumas lições essenciais para a compreensão do fundamento de corte, palavra que, assim como ato, costuma ser amplamente empregada pelos analistas lacanianos para nomear as mais diversas intervenções. Conhecemos, porém, a gênese desse conceito? Muito embora o desconhecimento dos fundamentos da técnica tenha sido um problema amplamente abordado por Lacan em diversos de seus Escritos, não é por sermos nós aqueles que se servem de seu ensino na prática clínica que estaríamos vacinados contra a exata deficiência que ele denuncia.

## 5.2. A IDENTIFICAÇÃO PELO TRAÇO UNÁRIO



Considera-se A e E as afirmações universais positiva e negativa, respectivamente, e I e O as particulares positiva e negativa, também respectivamente. Teríamos então nos quadrantes 1 e 2 que *todo traço é vertical*, assim como que em 2 e 4 que *todo traço é não vertical*; são as afirmações universais. Já nas particulares teríamos nos quadrantes 1 e 3 que

*existe traço vertical* e em 3 e 4 que *existe traço não vertical*. Para pensar no traço unário como o traço fundador da classe, Lacan aponta para a função do quadrante 2 onde, embora não haja nenhum traço, a universal afirmativa impõe que todo traço seja vertical. Da mesma maneira, a universal negativa impõe que todo traço que ali se encontre seja não vertical. Assim, A e E constituem afirmações contrárias, mas não contraditórias, uma vez que no quadrante 2, pela ausência de traço vertical, ambas são contempladas. Lacan aponta que o traço ausente (-1) no quadrante 2 é a exceção que exige a regra. Se há, por exemplo, a afirmação de que existe a ausência do traço *mama*, há que existir, da mesma forma, aquela que se identifique pela presença do traço *mama*, a classe dos mamíferos, no caso. O traço unário, mesmo que ausente, exige logicamente a identificação de uma classe onde ele esteja presente. Essa marca apagada, não contada, porém fundadora, será para Lacan o estatuto do traço unário e o fundamento da função do inconsciente. Quando comentarmos a privação, veremos de que forma o -1 é constitutivo.

Lacan (1961-62/2003, p. 94, S09-20/12/1961) também aborda a questão a partir da função do nome próprio enquanto escrita: “(...) a característica do nome próprio é sempre mais ou menos ligada a este traço de sua ligação, não ao som, mas à escrita”. Isto porque o nome próprio carrega uma marca única, como se o seu próprio significante fosse objetalizado a partir de sua característica sonora. O exemplo que Lacan utiliza é a decifração de escritas antigas através da identificação dos nomes próprios presentes no texto, pois mesmo sofrendo alterações na transposição sonora e escrita de uma língua para outra, há uma estrutura dos nomes que se mantém, isto é, há uma marca abstrata, uma escrita, que identifica – esse é o traço. Aqui a escrita não é necessariamente aquilo que se escreve materialmente, mas aquilo que tem um caráter estrutural distintivo.

O que Lacan (1961-62/2003, p. 170, S09-28/02/1962) propõe é “abandonar a unidade unificante, a *Einheit*, pela unidade distintiva, a *Einzigkeit*”. Seu objetivo é estabelecer o que entende como a identificação articulando o sujeito a esse traço que o nomeia e cuja função:

(...) faz aparecer a gênese da diferença numa operação que se pode dizer situar-se na linha de uma simplificação sempre crescente, que está num propósito que é o que leva à linha de bastões, isto é, à repetição do aparentemente idêntico, que é criado, destacado, o que chamo não de símbolo, mas de entrada no real como significante inscrito – e é isso que quer dizer o termo primazia da escrita, a entrada no real é a forma desse traço repetido pelo caçador primitivo, da diferença absoluta enquanto ela ali está (LACAN, 1961-62/2003, p. 170, S09-28/02/1962).

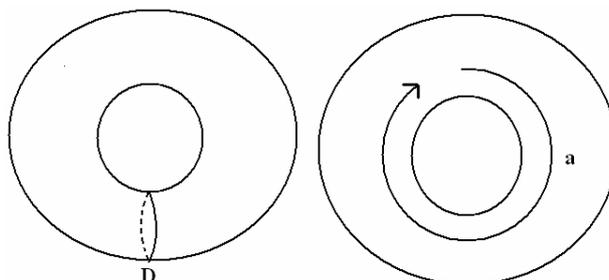
O traço, portanto, liga-se a uma função de escrita que é a própria articulação entre Real e o Simbólico, uma inscrição primeira que gera uma diferença radical e cuja repetição não

poderá senão sustentar a diferença do primeiro traço em relação a todos outros seguintes. Lacan propõe que há inicialmente algo que pode ser lido por um indivíduo, algo que funcione como um signo, mas que ainda não exerce a função de escrita. A leitura desse signo exige uma fonematização e a organização dessa fonematização num sistema de símbolos será, finalmente, a organização de uma língua e da sua escrita. Há, contudo, um efeito retroativo que permite reconhecer o signo primeiramente lido como uma escrita originária.

Além da questão da escrita, destacamos outra propriedade fundamental do traço, que é a que engendra a repetição inconsciente.

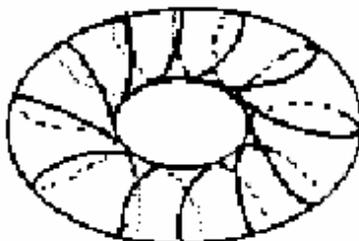
(...) a relação do inconsciente com o que ele busca em seu próprio modo de retorno é justamente aquilo que *uma vez* percebido é identicamente idêntico, se podemos dizer, é o percebido *daquela vez ali* (...). E é justamente isso o que faltará sempre: é que, em toda espécie de outra reaparição do que responde ao significante original, no ponto onde está a marca que o sujeito recebeu deste, seja o que for, que está na origem do *Urverdrängt*, faltará sempre ao que quer que seja que venha representá-lo, essa marca que é a marca única do surgimento original de um significante original que se apresentou uma vez no momento em que o ponto, o algo do *Urverdrängt* em questão passou à existência inconsciente, à insistência dessa ordem interna que é o inconsciente, entre, por um lado, o que ele recebe do exterior e onde ele tem coisas a ligar; e pelo fato de ligá-las sob uma forma significante, ele só a pode receber em sua diferença (LACAN, 1961-62/2003, p. 107, S09-10/01/1962).

Essa teorização está de acordo com a de *De um Outro ao outro*, conforme vimos no capítulo passado, porque coloca o recalque originário num lugar de falta no universo de discurso. A repetição inconsciente, portanto, ao buscar a marca original através do traço, repetindo-o, não gera senão diferença. A estrutura desse automatismo de repetição aparece na superfície do toro, onde Lacan define os círculos pleno e vazio, ligados às funções de demanda e objeto do desejo, respectivamente<sup>1</sup>.



<sup>1</sup> Em diferentes lições do seminário *A Identificação* encontraremos o círculo vazio representado tanto pelo *d* de desejo (28/03/1962) quanto pelo *a* de objeto do desejo (06/06/1962). Na lição de 07/03/1962, porém, Lacan diz “Eu não disse que é o desejo que está simbolizado por tais círculos, mas o objeto”. No desenvolvimento do seminário será outro círculo que será identificado pelo *d* para simbolizar o desejo. Por tal contexto, e também por pensarmos que assim estará mais bem expressada a elaboração de Lacan, optamos por manter o objeto *a* simbolizando o círculo vazio.

A repetição do 1 que é a volta plena tende a um movimento em bobina que ao se fechar no encontro com o ponto inicial gera uma volta não contada: a do círculo vazio. Isso mostra como a repetição da demanda (enquanto repetição do 1) está determinada pelo vazio central da estrutura tórica, local onde encontraremos o objeto metonímico subjacente a todas demandas, o objeto do desejo.



Isso está completamente de acordo com uma lógica que Lacan encontra no pensamento freudiano, exposta na citação anterior, de uma estrutura de repetição que, na busca da marca original de uma escrita, repete-se numa cadeia cujos elementos obterão sua significação através da diferença radical de cada um em relação a todos outros. Ora, mas logo notamos que há duas coisas diferentes aqui. Uma delas é o traço original na gênese da diferença que singulariza, outra é a diferença que a repetição do traço gera entre os próprios traços. E aqui temos novamente a necessidade de recorrer à topologia para ilustrar esse duplo corte onde a marca impõe a inauguração da diferença e, ao repetir-se, uma diferença em relação a si mesma. Para isso, Lacan utiliza o *oito-interior*, que pode ser obtido do traçado da borda ou da linha média da fita de Moebius. Trata-se de uma volta que se volta sobre si mesma, ou um corte que se recorta e, embora muito simples, pode ser considerado um divisor de águas no pensamento lacaniano:



Efeito de significante, o corte foi primeiro para nós, na análise fonemática da linguagem, essa linha temporal, mais precisamente sucessiva dos significantes que os habituei a chamar até agora de *cadeia significante*. Mas, o que vai acontecer, se agora lhes incito a considerar a própria linha como corte original? (LACAN, 1961-62/2003, p. 348, S09-30/05/62, grifo do editor)

O traço é a primeira linha, o primeiro corte. Quando essa linha se encontra, recortando-se (no ponto da figura onde a linha se sobrepõe), surge uma secção no primeiro corte, isto é, uma diferença que distingue mais de um ponto na cadeia. Eis a natureza do significante em sua diferença radical a todos os outros, pois, ao se repetir, voltando sobre si mesmo, ele já não é mais o mesmo. Por outro lado, o retorno do significante ao mesmo faz manifestar-se o Real, considerando que o Real é o que retorna para o mesmo lugar. Na situação analítica de tratamento, não vemos aí exatamente o que acontece no assinalamento da repetição de um elemento da fala, o encontro com o mesmo, isto é, o Real destacado? Notamos que esta elaboração de Lacan trata da subjetivação, do advento da linguagem e do sujeito. Porém, a estrutura do oito interior, cujo desenho Lacan também chama de volta dupla (*double boucle*) serve perfeitamente para pensarmos o momento em que o mesmo significante é encontrado em outro contexto, escandido (ou seja, seu Real, sua estrutura de letra, assinalada) e redirecionado a outros significantes e outros sentidos. Guardemos essa idéia, pois mais a seguir, no capítulo sobre o ato psicanalítico e o corte, veremos como esse traçado, o corte na fita de Moebius, fundamenta a interpretação em Lacan. Por enquanto, seguimos na entrada de Lacan na topologia.

### 5.3. A ESCRITA DA LEITURA DA ESCRITA

Em *A Identificação* encontramos a série de Fibonacci através de frações que utilizam apenas o número 1.

$$1 + \frac{1}{1} = 2 \quad , \quad 1 + \frac{1}{1+1} = \frac{3}{2} \quad , \quad 1 + \frac{1}{1 + \frac{1}{1+1}} = \frac{5}{3} \quad \text{e} \quad 1 + \frac{1}{1 + \frac{1}{1 + \frac{1}{1+1}}} = \frac{8}{5}.$$

Acima estão os 4 primeiros termos de uma série que podemos chamar de *convergente*, pois em sua continuidade sempre converge para um número aproximado de 1,618 ou  $(1 + \sqrt{5})/2$ . Após, Lacan (1961-62/2003, p. 110, S09-10/01/1962) afirma que “encontrar uma fórmula convergente na fórmula precedente nos interessaria tanto menos quanto o sujeito é uma função que tende a uma perfeita estabilidade”. Para que o caráter de instabilidade do sujeito seja representado é necessária uma fórmula não convergente, portanto, *divergente*. Para isso, Lacan encontra na matemática algo de numericamente indeterminável – a raiz

quadrada de um número negativo ( $\sqrt{-1}$ ). A seguir, uma utilização da mesma fórmula é proposta para a construção de uma série divergente que possa representar a estruturação hipotética do sujeito. Para tanto, é empregado um número complexo que é por definição um número imaginário acrescido de um número real: ( $\sqrt{-1} + 1$ ). O emprego de um número complexo parece ser um artifício para operar a série, mantendo seu nível de irresolução. Construindo-a, tem-se a seqüência dos seus quatro primeiros termos

$$i + 1, \quad i + \frac{1}{i+1}, \quad i + \frac{1}{i + \frac{1}{i+1}} \text{ e } i + \frac{1}{i + \frac{1}{i + \frac{1}{i+1}}}$$

Resolvendo as frações percebemos que os termos primeiro e quarto são iguais, assim como o segundo e o quinto, o terceiro e o sexto e assim por diante. Trata-se, portanto, de uma série periódica que se repete a cada três termos. Ao invés de convergir num mesmo termo, como a série de Fibonacci, tal série produz infinitamente a seqüência de três termos. O segundo termo apresenta uma particularidade, pois é estritamente igual ao primeiro ( $i+1$ ) dividido por dois, ou seja,

$$i + \frac{1}{i+1} \text{ é igual a } \frac{i+1}{2}.$$

Resolvendo o terceiro termo encontramos 1. Obtemos então uma representação matemática da estruturação do sujeito em três termos:

1)  $i + 1 =$  Inscrição primordial do traço unário (1) sobre  $i$ . O  $i$  representa algo indeterminável tal qual um número imaginário (não confundamos esse “imaginário” com o Imaginário lacaniano, pois o impossível que o número imaginário representa só pode ser associado ao Real lacaniano). Ele seria suposto como uma superfície indiferenciada, contínua, somente revelada quando acrescida de um traço num momento logicamente suposto, ou seja, é o 1 enquanto corte inaugural que revela o Real.

2)  $(i + 1)/2 =$  Divisão (*Spaltung*) do sujeito, agora barrado, efeito imediato da adição primordial. Lacan (1961-62/2003, p. 113, S09-10/01/62, grifo do editor) enfatiza a importância do segundo termo e afirma

que a relação essencial desse algo que buscamos como sendo o sujeito, antes que ele se nomeie, no uso que ele pode fazer de seu nome simplesmente para ser o significante do que há a significar, isto é, da questão do significado justamente dessa adição dele mesmo com seu próprio nome, é imediatamente *splitter*, dividi-lo em dois, fazer que só reste uma metade (...) daquilo que havia em presença .

Em outro ponto do seminário, Lacan (1961-62/2003, p. 196, S09-14/03/62) complementa tal idéia: “(...) nesse momento aí ele próprio se encontrará irremediavelmente dividido entre seu desejo e o seu ideal”.

3)  $1 =$  o fechamento do ciclo em 1. Lacan questiona se é o mesmo 1 que é adicionado no primeiro termo, a saber, o traço unário, mas não aponta em definitivo sua propriedade.

É fundamental salientar que os três termos não devem compreendidos como etapas ou atribuídos de qualquer temporalidade que não seja hipotética. Sua função é demonstrar uma estruturação desencadeada pela inscrição do traço. Na medida que a linguagem é o corte inaugural, não podemos esperar encontrar o Real antes deste corte, porém.

Na lição de 24/01/1962, Lacan elabora uma representação breve, na forma da história de Robinson Crusoe e Sexta-feira, que parece homóloga à anterior, igualmente através de uma tríade de termos, acerca da origem do significante e como se articula aí o sujeito. Com essa tríade damos nome a cada um dos termos da série matemática. Há que se considerar que “se o signo representa algo para alguém, o significante é articulado de outra forma, representa o sujeito para outro significante” (LACAN, 1961-62/2003, p. 136, S09-24/01/1962). Eis os três termos propostos:

1) *Escrita*: sobre uma superfície indiferenciada é feito um traço, rastro, uma marca que por si só não é um significante. Trata-se de uma pegada.

2) *Apagamento*: Esse momento caracteriza o ato de apagamento do rastro anterior, onde há tentativa de fazer com que a própria passagem do sujeito desapareça, isto é, tentativa de borrar a pegada. Aqui se pode afirmar que o sujeito aparece no justo ato do seu apagamento, como Lacan (1961-62/2003, p. 136, S09-24/01/1962, grifo do editor) define, são “(...) momentos de *fading* propriamente ligados a essa batida em eclipse do que só aparece para desaparecer e reaparece para de novo desaparecer, que é a marca do sujeito como tal”. O *fading*, em português podendo ser lido como “afânise”, demonstra que o sujeito aparece onde já não pode mais ser apreendido, está, por isso, dividido.

### 3) *Leitura:*

Dito isto, se o rastro é apagado, o sujeito cerca o lugar por um cerne, algo que desde então lhe concerne, ele, a referência a partir do lugar onde ele encontrou o rastro, vocês têm aí o nascimento do significante. Isso implica todo esse processo que comporta o retorno do último tempo sobre o primeiro, que não poderia haver aí articulação de um significante sem esses três tempos. Uma vez constituído o significante, há forçosamente dois outros antes. (...). Três significantes é o retorno daquilo de que se trata, isto é, do primeiro (LACAN, 1961-62/2003, p. 136-137, S09-24/01/1962).

No terceiro termo, tanto a escrita primordial do traço quanto o ato de apagamento são ressignificados como significantes, retroativamente. É a presença do significante que exige a suposição de outros dois anteriores aos quais o último retorna ou, usando a figura do oito-interior, recorta. Sobre esse retorno onde a leitura dá retroativamente à escrita sua função, Lacan (1961-62/2003, p. 93, S09-20/12/61) aponta que “a escrita esperava para ser fonetizada, e é na medida em que ela é vocalizada, fonetizada como outros objetos, que a escrita aprende, se posso dizer assim, a funcionar como escrita”.

A partir disto podemos aproximar as duas representações trifásicas. No primeiro, o corte, há a escrita de um traço sobre o que é indiferenciado:  $i + 1$ . No segundo termo está representado o apagamento ou borramento dessa adição:  $(i + 1)/2$ . O sujeito, cuja característica fundamental é aparecer e desaparecer pelos significantes, encontra-se assim dividido por aquele significante que o produziu (S1) para o outro significante que o afânizou (S2), entre a verdade e saber. Isto é dizer que o sujeito jamais chega a uma identificação final, será uma falta-a-ser devido ao significante com o qual ele se significa estar identificado à falta no Outro. No terceiro e último termo, quando há o cercamento da marca e do apagamento que permitem uma leitura do primeiro, parece acontecer um retorno que completa o circuito, representada pelo Um enquanto significante.

Com esse esquema, elabora-se a lógica que relaciona o traço (1) (que faz corte) com o significante (Um). Destacamos a função inaugural que tem o corte enquanto um escrito original cuja significação só será apontada por uma leitura *a posteriori*, retroativamente. Para dar rigor a esse conceito de corte, Lacan promoverá, a partir da topologia das superfícies, uma releitura da tríade privação-frustração-castração. Veremos que isto tornará da idéia de corte algo mais apreensível, trazendo algumas noções imprescindíveis a respeito da articulação lógica entre o sujeito, o Outro e o objeto de seu desejo.

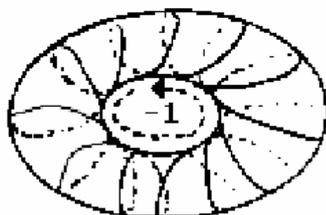
#### 5.4. PRIVAÇÃO (DO TRAÇO UNÁRIO): O SUJEITO COMO -1

Situada por Lacan (1961-62/2003, p. 199, S09-14/03/1962) como uma operação real que funda o Simbólico<sup>1</sup>, a privação é apresentada aqui como a privação do traço, ou seja, o -1 que caracteriza o sujeito.

O -1, que é o sujeito nesse nível em si mesmo, não é de forma alguma subjetivado, não se trata ainda, de forma alguma, de saber ou de não saber. Para que alguma coisa da ordem desse advento aconteça, é necessário que todo um ciclo seja fechado, ciclo do qual a privação é apenas (...) o primeiro passo. (...) somente depois de um longo desvio que pode advir, para o sujeito, esse saber de sua rejeição original. Mas, daqui até lá, (...), muitas coisas se passarão para que, quando vier à luz, o sujeito saiba não apenas que esse saber o rejeita, mas que esse saber, ele próprio, deve ser rejeitado, uma vez que ele se mostrará estar sempre ou além ou aquém do que é necessário atingir, para a realização do desejo (LACAN, 1961-62/2003, p. 196, S09-4/03/62).

Situado numa posição de rejeição original em relação ao saber, digamos, ao universo de discurso, o sujeito em sua função inconsciente está caracterizado como -1. Tal definição endossa a posição de Lacan de que o inconsciente é uma fala inédita, conforme já expusemos anteriormente. Para situar essa negatividade, Lacan (1961-62/2003, p. 180, S09-07/03/62) utiliza o conceito de *Verwerfung* (foraclusão), afirmando que “ela está lá antes” e que, portanto, é como *verworfen* (foracluído) que estará primeiramente o sujeito.

O fundamental da privação é justamente um erro de contagem, o 1 que escapa, cuja propriedade é a mesma do *um a mais*, visto anteriormente. Podemos demonstrá-lo no toro através da repetição das voltas plenas que se fecha e faz uma volta a mais, o -1 da figura abaixo que caracteriza a função constitutiva do inconsciente.



<sup>1</sup> Assim como pontuamos anteriormente que o Real não é anterior ao corte, é necessário esclarecer que dizer que a privação é uma operação real que funda o Simbólico não é a mesma coisa que dizer que o Real funda o Simbólico. Através da concepção de privação que encontramos no seminário 9, entendemos que o corte é a presença da linguagem que engendra a relação entre os três registros lacanianos e, assim sendo, ela (a linguagem) não é a mesma coisa que o Simbólico. Se assim fosse, esse raciocínio nos levaria a tomar o Real como a ausência de linguagem (ou até como oposto a ela), pensamento que seria incoerente ao que propõe Lacan.

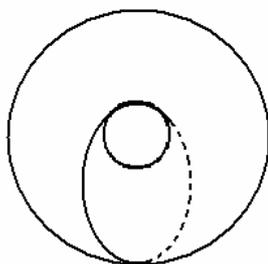
A posição do sujeito caracterizada negativamente (-1) como constitutiva da função do inconsciente, trata-se ao mesmo tempo de +1, ou *um a mais*, pois este lugar de rejeição ao saber, de verdade que se apóia na falta do universo de discurso, é também o lugar daquilo que será dito, lugar onde todo novo saber se inscreverá sem, contudo, totalizar seu campo. É tal lugar de insuficiência do Outro que permitirá que sempre haja um saber suposto, todavia não sabido. Destacaremos tal ponto como fundamento topo-lógico do conceito de sujeito-suposto-saber.

Com a privação Lacan não afirma que o sujeito está primeiramente foracluído do campo do Outro para que depois ele seja lá “inscrito” ou “simbolizado”. Pelo contrário, trata-se de uma característica estrutural que não será alterada. O sujeito será sim subjetivado em sua relação com Outro, mas continuará identificado ao significante que falta no universo de discurso.

Isso demonstra, igualmente, não que o sujeito não está incluído no campo do Outro, mas que o ponto em que ele se significa como sujeito é externo, entre aspas, ao Outro, ou seja, ao universo do discurso (LACAN, 1968-69/2008, p. 74, S16-04/12/68).

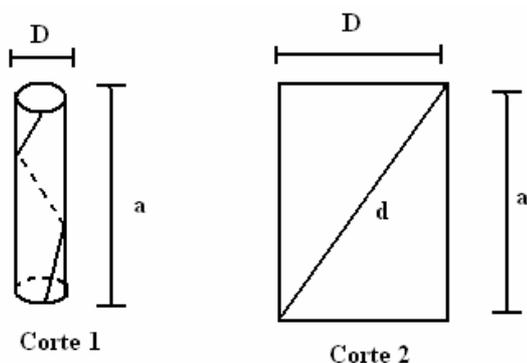
Visto que se trata de uma sequência lógica, e não temporal (a não ser que façamos o exercício de pensar hipoteticamente), o que é proposto é a releitura da tríade privação-frustração-castração através da topologia. Sigamos com o passo seguinte, a frustração.

## 5.5. FRUSTRAÇÃO: O DESVIO DO OUTRO



Para a entrada na etapa da frustração (*Versagung*), Lacan elabora um terceiro tipo de volta, diferente das que podem ser feitas nos círculos plenos ou nos vazios, conforme mostra a figura acima. Para melhor apreendê-la o toro deve sofrer dois cortes que revelarão com clareza as propriedades estruturais/topológicas da superfície. O primeiro incide sobre o círculo pleno e deve tornar o toro uma espécie de bastão oco (corte 1). Imaginando o bastão oco “em pé”, o segundo corte deve ser feito no eixo vertical (que seria volta do vazio) e o

transformará num objeto de quatro pontas como uma folha de papel, ficando assim sua atribuição de superfície completamente evidente (corte 2). Uma vez feita o terceiro tipo de volta e realizados os dois cortes sugeridos no toro, podemos observar um traço oblíquo que vai de uma diagonal até a oposta na superfície. É o que Lacan chama de *desvio (détour) do Outro*.



E esse traço oblíquo define o que podemos chamar de uma terceira espécie de círculo, mas que é justamente o círculo que nos interessa, no que diz respeito a esse tipo de propriedade possível que tento articular como estrutural do sujeito, que, ainda que ele tenha dado só uma volta, ele simplesmente deu duas, a saber: a volta do círculo pleno do toro e ao mesmo tempo a volta do círculo vazio; e que, assim, essa volta que falta na conta é justamente isso que o sujeito inclui nas necessidades de sua própria superfície de ser infinitamente plano, que a subjetividade não poderia apreender senão por meio de um desvio: o desvio do Outro (LACAN, 1961-62/2003, p. 188, S09-07/03/62).

Delineia-se na figura a demanda (o corte sobre o círculo pleno), o objeto de desejo (o corte sobre o círculo vazio) e um traçado oblíquo que simboliza, “como corte do sujeito, o próprio desejo” (LACAN, 1961-1962/2003, p. 263, S09-06/06/1962). Acontece algo como uma volta não contada na medida em que um único traçado sobre o toro, por sua posição oblíqua, é capaz de apreender as propriedades de ambos os outros traçados, a partir do que se conclui que a demanda mais o objeto é o desejo ( $D + a = d$ ). Desvio que vem do Outro, cuja existência já está dada antes do nascimento da criança, ele denota a entrada do sujeito numa segunda dimensão. Destaca-se aí uma propriedade fundamental da estrutura do sujeito, demonstrada no toro enquanto superfície bi-dimensional.

É no Outro que vem necessariamente se encarnar essa irreducibilidade de duas dimensões, porque, se ela é, em algum lugar, sensível, isso só pode ser (...) no domínio do simbólico. É na experiência do simbólico que o sujeito deve encontrar a limitação dos seus deslocamentos (...) (LACAN, 1961-62/2003, p. 198, S09-14/03/62,).

Assim, o desvio do Outro através do traço oblíquo inaugura uma propriedade da estrutura do sujeito, uma vez que este determina a sua bi-dimensionalidade. Outro também destacado na frustração é a função imaginária que se estabelece pelo encontro do sujeito com sua imagem onde vislumbrará o objeto de seu desejo.

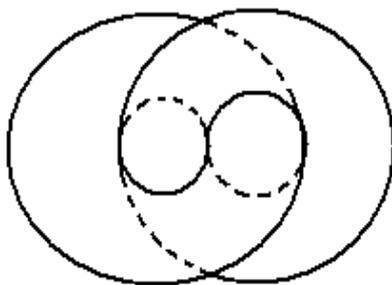
O sujeito pode empreender dizer o objeto de seu desejo. Ele só faz isso mesmo. É mais que um ato de enunciação; é um ato de imaginação. Isso suscita nele uma manobra da função imaginária, e, de um modo necessário, essa função se revela presente tão logo aparece a frustração (LACAN, 1961-62/2003, p. 198, S09-14/03/62).

O fato desencadeante da frustração é a percepção do objeto do desejo na posse de um outro que dele usufrui. O outro, nesse caso, é a própria imagem especular daquele que olha, mas não se reconhece ali.

Ele é a minha imagem, no sentido que a imagem em questão é a imagem fundadora de meu desejo. Essa é a revelação imaginária e é o sentido e a função da frustração. (...). Tudo o que faço é lembrá-lo, como segunda fonte de experiência, depois da privação real, a frustração imaginária. Mas, como para a privação real, tenho tentando (...) situar para vocês para que ela serve (...) na fundação do simbólico, assim como estamos aqui para ver como esta imagem fundadora, reveladora do desejo, vai situar-se no simbólico (Lacan, 1961-62/2003, p. 199, S09-14/03/62).

Na relação com a alteridade radical o objeto  $a$  aparece como uma falta, o vazio central do Outro tórico. Lacan o demonstra através de dois toros enlaçados de forma que o círculo pleno de um encontra o vazio do outro e vice-versa, ou seja, a demanda de um toro encontrará o objeto do desejo do outro.

(...) o que podemos exprimir da relação do neurótico com o Outro, na medida em que ele condiciona, ao último termo, sua estrutura, é precisamente essa equivalência cruzada da demanda do sujeito ao objeto do Outro, do objeto do sujeito à demanda do Outro (Lacan, 1961-62/2003, p. 365, S09-06/06/62).



A demanda é frustrada no encontro com o vazio do Outro, o objeto *a*. Aí está a necessidade estrutural de repetição da demanda, uma vez que essencialmente frustrada.

Colocamos duas questões que nos parecem ter ficado em aberto na elaboração de Lacan: (1) Como que o desvio do Outro se articula com a imagem especular, da rivalidade primeira, ou seja, aquilo que é definido como *i(a)* na álgebra lacaniana? (2) Se estamos lidando com o encontro do sujeito com sua imagem, como isso conduz o sujeito a deparar-se com o objeto faltante do Outro?

Começando pela segunda questão a partir de Lacan, (1961-62/2003, p. 198, S09-14/03/1962):

Vocês sabem a importância, o acento que tenho posto, (...) depois sobretudo de Santo Agostinho, sobre o momento de despertar da paixão ciumenta na constituição desse tipo de objeto que é o mesmo que construímos como subjacente a cada uma de nossas satisfações: a criancinha, presa da paixão ciumenta, diante de seu irmão que, para ela, em imagem, faz surgir a posse desse objeto, o seio principalmente, que até então foi apenas o objeto subjacente, elidido, mascarado para ele por trás desse retorno de uma presença ligada a cada uma de suas satisfações; que não foi – nesse ritmo em que se inscreveu, em que se sente a necessidade de sua primeira dependência – senão o objeto metonímico de cada um de seus retornos.

Retificando que não se trata de um irmão, mas de sua própria imagem, vemos nela operar o objeto do desejo como parte faltante, perdida na imagem. Mais além de entender a frustração como um ciúme primordial que se desencadearia pela visão do rival fraterno na posse do objeto que causaria satisfação, somos levados à compreensão de que tal objeto constitui-se por uma perda destacada na imagem do próprio sujeito, um encontro com o vazio. Parece-nos, até aqui, uma resposta satisfatória que encontramos em Lacan. Vamos à primeira pergunta, então.

Remetemo-nos ao texto sobre o estádio do espelho quando Lacan (1949/1998) situa a origem da função do eu (*je*) na imagem especular de completude e de antecipação de um controle corpóreo do qual a criança ainda não dispõe. O texto em questão data de mais de 10 anos antes do seminário sobre a identificação, precedendo inclusive o início dos seminários de Lacan, num momento em que pequena parte da teoria lacaniana estava desenvolvida. Essa distância cronológica exige cuidado e reticências no momento da aproximação conceitual dos termos utilizados tanto em 1949 quanto em 1962, principalmente “identificação”. Portanto, estamos respeitando o uso dos termos de acordo com o seu contexto conceitual – sem tomá-los apenas como significantes para associá-los –, mas também forjando uma construção através desta aproximação. “Basta compreender o estádio do espelho como uma

*identificação*, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem (...)” (LACAN, 1949/1998, p. 97, itálico do autor). Aqui a identificação acontece através de uma imagem, enquanto que o desvio do Outro é um traço. O título do artigo situa o espelho como formador da função do *je*, não do *moi*, ou seja, é a estruturação alienante do sujeito que está em jogo, não a do eu/ego da segunda tópica freudiana. Uma imagem não é um traço, mas no momento em que a criança é direcionada a reconhecer-se numa imagem, entendemos que dali ela captura um traço – que é a precipitação primordial do eu simbólico (*je*). Esse momento é suposto acontecer antes da “dialética da identificação com o outro” e também antes que a “linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito” (LACAN, 1949/1998, p. 97). A afirmação de Lacan nos permite articular o desvio do Outro com o estágio do espelho. É o estágio do espelho que permite, através da identificação imaginária, um contato com *i(a)*; promovendo o encontro onde o sujeito depara-se com o vazio do Outro (uma falta na imagem) e com o traço que ali pré-existia ao seu advento como sujeito propriamente dito. O sujeito absorverá o traço que chega do Outro como desvio, ou seja, a experiência imaginária do espelho é exatamente a passagem da privação para a frustração, pois é o que permite a última.

Podemos acompanhar essa afirmação de acordo com a série divergente anteriormente exposta, onde o estágio do espelho dará condições para que haja a adição primordial de *i* com *1*, conforme demonstrado, cujo efeito imediato é a *Spaltung*.

Uma vez estabelecida a função simbólica, pela privação, e a imaginária, pela frustração, Lacan tenta demonstrar como a aparição do objeto de desejo no campo do Outro estabelece a estrutura do desejo, a saber, o fantasma. É como o pequeno *a*, que primeiramente encontramos representando o outro/semelhante na álgebra lacaniana, passará a representar o objeto *a*. Assim, após a frustração passamos à castração e aos impasse do desejo que ela traz.

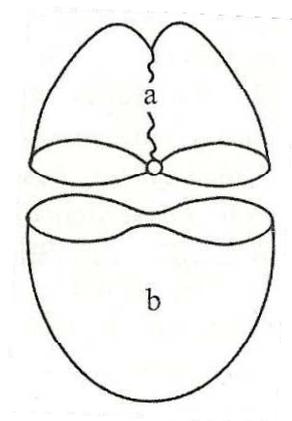
## 5.6. CASTRAÇÃO: CORTE SIGNIFICANTE E IMPOTÊNCIA DA VERDADE

Lacan relaciona a castração ao nível onde o sujeito se encontra desejante, utilizando os conceitos de corte e superfície para apresentar a estrutura do fantasma, chamando  $\$ \langle \rangle a$  de “estrutura do desejo”. De acordo com o que já operou na frustração, a função imaginária, narcísica, acarreta no nível do desejo uma espécie de engano, na medida em que está ligada de maneira estrutural com o objeto oculto, velado, do fantasma fundamental. Lacan afirma que  $\$$  e *a* estão ligados; ligados, porém, por um corte.

(...) é na medida em que a relação do sujeito, marcado pelo traço unário, encontra um certo apoio que é de engodo, que é de erro, na imagem do corpo como constitutiva da identificação especular, que ela tem sua relação indireta com o que se oculta atrás dela, a saber, a relação com o objeto, a relação com o fantasma fundamental (LACAN, 1961-62/2003, p. 397, S09-13/06/1962).

Ora, mas por que haveria algo da imagem que deve necessariamente estar oculto e que representaria uma falha especular? À guisa de responder essa pergunta mantendo o caráter topológico da elaboração lacaniana, passaremos agora para a demonstração mais expressiva da função do corte na obra de Lacan, na medida em que simbolizará a relação entre  $\$$  e  $a$ , determinando a estrutura de cada um dos conceitos.

O corte que define a relação entre sujeito e objeto é proposto por Lacan sobre a superfície do *cross-cap* ou *plano projetivo*. Embora por vezes encontremos um emprego indistinto dos dois nomes por Lacan, plano projetivo e *cross-cap* não são rigorosamente a mesma coisa. A transposição do plano projetivo para três dimensões, ou seja, sua submersão, apresenta impossibilidades interessantes, mas muito embora demonstrá-las produza um importante aprendizado sobre as propriedades da topologia das superfícies em geral, é um esforço que não precisamos realizar aqui<sup>1</sup>. A nós bastará definir que o que chamaremos de *cross-cap* aqui é, na verdade, um *cross-cap* (a) colado às bordas de uma meia esfera (b), conforme demonstra a figura abaixo.

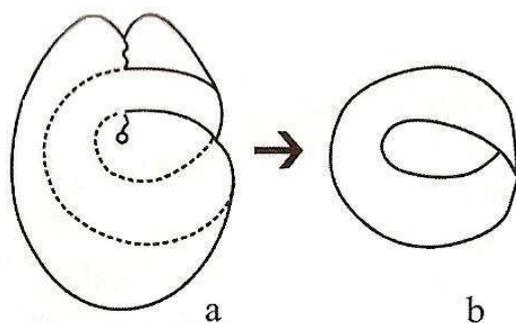


Há vários tipos de corte que se pode fazer nessa superfície, mas diferentes modalidades de corte determinam diferentes propriedades estruturais. O que nos interessa será a chamada volta dupla, ou anel duplo, que se trata de um corte feito sobre um traçado de oito-interior no *cross-cap*. Por que o oito-interior? Porque, conforme vimos anteriormente, é o

---

<sup>1</sup> Para tal questão indicamos a excelente demonstração que Nasio (1991) realiza no capítulo VII em *Os Olhos de Laura*.

traçado do significante que advém quando o traço se volta sobre si mesmo, seccionando-se como a borda da superfície moebiana. A partir daí poderemos apreender de que forma o significante opera como corte; operação que serve de fundamento para questões técnicas que serão centrais para nossa exposição.



Em (b) reconhecemos a superfície cujas propriedades incansáveis formigas já se dedicaram a nos demonstrar, a fita de Moebius, não-orientável e unilateral, características já presentes no cross-cap. Uma vez que no espelho se forma uma imagem para tal superfície, ou seja, a imagem gerada pelo espelho e a do objeto não são sobrepostas, podemos considerá-la especularizável (facilmente percebível se ambas forem desenhadas e comparadas). Em (a) temos um disco cujo ponto central (ponto fálico<sup>1</sup>), aquele que determina a estrutura do cross-cap, é mantido. Ao contrário da fita de Moebius, o disco que se destacou pelo corte é não-especular e orientável. Muito embora as duas peças tenham estruturas diferentes elas estavam em continuidade formando o cross-cap antes do corte, tal é a peculiaridade da estrutura dessa superfície. Dadas tais propriedades, em (b) reconhecemos o sujeito e em (a) o objeto. A separação pelo corte é bastante exemplar na medida em que simboliza como o significante (oito-interior) produz um corte que provoca a queda do objeto *a* através de uma separação. Não há, portanto, entrada no campo do desejo sem a incidência significativa. É o efeito que vimos na adição primordial ( $i + 1$ ) cuja consequência é a *Spaltung* do sujeito. Temos ainda que a não especularidade de *a* dá sentido à afirmação de que há uma falta na imagem especular do semelhante,  $i(a)$ , percebida no espelho, uma função que fica velada.

Sendo o pequeno *a* é o ponto de carência com o qual o sujeito depara-se no Outro, Lacan denota aí a falência do universo do discurso enquanto garantia de uma verdade última. A verdade é a sua própria impotência. Não havendo universo do todo, Lacan faz desse

<sup>1</sup> Lacan, em 06/06/62, dá atenção especial a esse ponto e o denomina como “centro da constituição do objeto do desejo”.

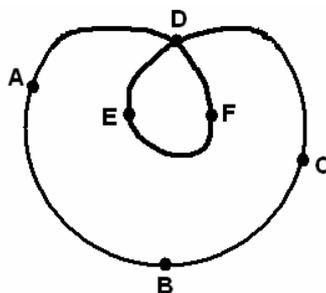
enunciado decorrer o seu conceito de verdade, ou seja, aquilo que não se pode dizer acaba sendo designado por uma falta, e aí está a verdade, aquilo que padece do significante. O sujeito só poderá identificar-se através de um significante ausente, permanecendo, devido à castração do Outro, sempre aquém de uma identificação plena. Eis o sentido da castração que encontramos na perspectiva estrutural lacaniana.

### 5.7. POR QUE A INTERPRETAÇÃO É UM CORTE?

Sigamos através de um recorte de diferentes pontos dos seminários e escritos a fim de dar forma à constituição de tal idéia no pensamento lacaniano. Em *A Lógica do Fantasma*, precedendo o seminário do *Ato Psicanalítico*, encontramos a pergunta “como definir o que é um ato?”. Separamos a resposta em duas partes:

É impossível defini-lo de outra maneira que sobre o fundamento da volta dupla [*double boucle*], é dizer, da repetição, e sobre o plano de uma falta. É precisamente nisto que o ato é fundador de um sujeito (LACAN, 1966-67/2002, p. 13, S14-15/02/67).

O círculo “interior” do oito interior cerca uma falta, falta de superfície (se concebemos seu traçado como a borda da banda de Moebius, percebemos claramente como a borda limita a superfície em relação ao espaço), circunscrevendo e presentificando o vazio do universo de discurso, o objeto *a*, conferindo à interpretação uma função desalojadora. Abaixo representamos tal traçado onde, ao seguir na ordem alfabética, acontece o reencontro com o ponto D (momento onde um significante é destacado e o Real se presentifica) após a passagem pelos pontos E e F, criando a referida borda.



Os elementos fundamentais são, portanto: (a) a repetição significante em forma de um retorno, efeito de *après-coup*, que acontece em D e (b) a presentificação da dimensão da falta. O trecho de Lacan termina evocando a banda de Moebius:

É, por si mesmo, o equivalente da repetição em um único traço, que recém designei por este corte que é possível fazer no centro da banda de Moebius, é em si mesmo a volta dupla do significante (LACAN, 1966-67/2002, p. 13, S14-15/02/67).

De forma bastante clara, a interpretação, equiparada ao ato, é aqui considerada como o corte sobre o traçado do oito-interior que pode ser riscado na linha média da banda, criando uma nova borda, tornando a superfície dividida. No ano seguinte de seminário, a identificação do ato ao corte interpretativo não é retomada diretamente. Mesmo assim, a ligação do ato com a falta e a divisão é bastante assinalada:

O sujeito depende desta causa que o faz dividido e que se chama o objeto *a*. Eis quem assina o que é importante de ser sublinhado: que o sujeito não é causa de si, que ele é consequência da perda, a que constitui o objeto *a*, para saber o que lhe falta (LACAN, 1967-68, p. 84, S15-10/01/68).

Por presentificar a falta, incidindo sobre a causa de desejo, o ato tem efeito desalojador. É o que assinala Lacan (1967-68, p. 33, S15- 22/11/67):

(...) esse ato vai colocar seu sentido precisamente no que se trata de atacar, de abalar, seu sentido ao abrigo da inabilidade, da falha. Eis aí o que é a intervenção psicanalítica: o ato (...).

Alguns anos mais tarde, em *Radiofonia*, o assunto é novamente abordado, ainda que de forma enigmática. É o que demonstra o trecho a seguir:

Mas não seria o próprio corte interpretativo que, para aquele que titubeia na borda, constitui um problema, por criar consciência? Ele revelaria então a topologia que o comanda num *cross-cap*, ou seja, numa banda de Moebius. Pois é só por esse corte que essa superfície (...) se vê, num depois, provida de uma frente e um verso. A dupla inscrição freudiana não seria, portanto, da alçada de nenhuma barreira saussuriana, mas da própria prática que formula a pergunta, isto é, do corte mediante o qual o inconsciente, ao se retirar, atesta que consistia apenas nele, ou seja, quanto mais o discurso é interpretado, mais confirma ser inconsciente. A tal ponto que somente a psicanálise descobriria que existe um avesso do discurso – sob a condição de interpretá-lo (LACAN, 1970/2003, p. 416- 417).

O trecho reforça mais ainda a característica superficial do inconsciente, não como um nível mais profundo da fala, mas como um produto do ato. O que a interpretação trata de fazer é o corte que transforma a estrutura contínua e não-orientável em descontínua e orientável, atualizando o consciente em relação inconsciente (DOR, 1995, p. 166), ou como escreveu Lacan, criando consciência. Marcamos, portanto, a descontinuidade, função desalojadora, como resultado da operação interpretativa.

Se uma das possíveis leituras da técnica freudiana faz com que ela consista em trazer o avesso do discurso à superfície da consciência, vemos que Lacan aponta justamente para a função divisora da interpretação. Por um lado, há uma corrente de leitores de Freud que considera a interpretação como uma “tomada de consciência”, ressaltando a passagem de um elemento inconsciente para o consciente, ou uma mudança qualitativa do mesmo elemento, que antes era inconsciente e passa a ser consciente; problemática da dupla inscrição abordada por Freud (1915e/1996). Ora, o conceito lacaniano de sujeito repudia qualquer idéia de todo, de um inteiro, ou da totalização do saber na consciência. É o resultado da troca da unidade unificante pela distintiva, conforme já comentamos acima. O que se obtém ao cortar a banda de Moebius pela linha média é uma superfície bilátera de duas bordas, dividida em dois conjuntos de pontos, um em cada face da estrutura. Se a interpretação em Lacan coincidissem com as leituras mais comuns de Freud, ela teria a estrutura de uma colagem que busca tornar uma superfície unilátera, unificando os pontos de uma superfície em um lado apenas. Pelo contrário, o que opera no corte proposto por Lacan é o estabelecimento de uma divisão radical entre dois conjuntos de pontos, o que revela a estrutura própria da divisão do sujeito.

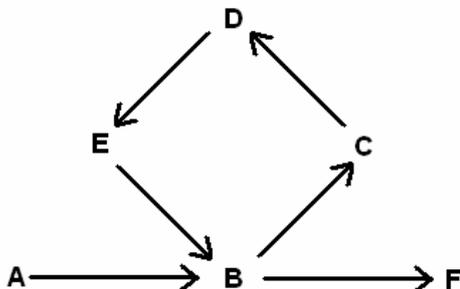
O ato psicanalítico consiste essencialmente nesse tipo de efeito de sujeito que opera ao distribuir, por assim dizer, o que constituirá seu suporte, a saber: o sujeito dividido, o \$, à medida que está aí a aquisição do efeito de sujeito ao final da tarefa psicanalisante (LACAN, 1967-68, p. 218, S15-20/03/1968).

Ou seja, se o ato é caracterizado pelo momento em que o significante e o sujeito são uma e mesma coisa, não por isso este fica menos dividido diante do objeto de seu desejo (LACAN, 1966-67/2002, p. 13, S15-15/02/67). Não percamos de vista a relação da verdade com essa questão, pois é dela que se trata sempre que fazemos referência ao sujeito que se divide por amparar-se na falha do Outro. A verdade desencadeada pelo ato sempre provocará, por isso, um efeito perturbador. Aqui Lacan sintetiza esse ponto:

(...) dimensão do sintoma, que se articula por representar o retorno da verdade como tal na falha de um saber. Não se trata do problema clássico do erro, mas de uma manifestação concreta a ser “clínicamente” apreciada, onde se revela, não uma falha de representação, mas uma verdade de uma referência diferente daquilo, representação ou não, pelo qual ela vem perturbar a boa ordem... (1966/1998b, p. 234-235).

Vemos com frequência o conceito de *borda*, tomado da topologia por Lacan, ser repetido pelos lacanianos nos sentidos mais diversos possíveis. Uma compreensão consistente, porém, é da maior importância para nosso problema. Quanto à sua estrutura

combinatória (LACAN, 1964/1998b, p. 852), podemos representá-la da seguinte forma, baseando-nos no modelo proposto por Eidelsztein (2006, p. 73):



Para criar o que consideramos uma borda, topologicamente falando, através de apenas um traçado, é necessário que se produza uma volta sobre si mesmo, o que acontece no ponto B (é o equivalente do ponto D que representamos na figura anterior do oito-interior). O corte do significante cria uma nova borda na estrutura moebiana, borda cujo traçado é também um oito interior, permitindo que a própria banda de Moebius possa ser considerada um corte. Novamente indo contra a noção intuitiva de que o inconsciente freudiano seja um lugar a ser acessado pelo lado de fora através de uma abertura (a queda das resistências), reparamos que Lacan propõe que o inconsciente seja revelado através de um fechamento, o que se delineia no traçado do corte em oito-interior que compõe borda.

Hiância, pulsação, uma alternância de sucção, para seguirmos certas indicações de Freud: é disso que precisamos dar conta, e foi isso que tratamos de fazer fundamentando-o numa topologia. A estrutura daquilo que se fecha inscreve-se, com efeito, numa geometria em que o espaço se reduz a uma combinatória: ela é, propriamente falando, o que ali se chama de uma *borda*. Ao estudá-la formalmente nas consequências da irreduzibilidade de seu corte, nela poderemos reordenar algumas funções, entre a estética e a lógica das mais interessantes. Nisso percebemos que é o fechamento do inconsciente que fornece a chave de seu espaço e, nomeadamente, a compreensão da impropriedade que há em fazer dele um interior (LACAN, 1964/1998b, p. 852).

Na sequência, também em *Posição do Inconsciente*, Lacan (1964/1998b, p. 853) vai adiante e afirma que o inconsciente, entre o sujeito e o Outro, é o corte em ato. Novamente, a noção de um lugar interior, assim como a perspectiva ôptica, são completamente suprimidas, dando lugar ao ato enquanto corte. No mesmo texto há outro trecho bastante preciso:

Pois é na escansão do discurso do paciente, à medida nele intervém o analista, que veremos ajustar-se a pulsação da borda pela qual deve surgir o ser que reside para aquém dela (LACAN, 1964/1998b, p. 858).

Destacamos o “surgir” empregado por Lacan, mostrando que a intervenção do analista enquanto corte, ou seja, o ato analítico, ele mesmo não é uma comunicação “verdadeira” ao paciente, mas o que revela, produz o sujeito do inconsciente. Não podemos deixar de ver aí uma questão de grande importância técnica, uma vez que em Freud uma construção pode ser correta ou errada. É um juízo do qual prescinde a modalidade de interpretação lacaniana, mas, em Freud, uma construção *correta* promove uma aproximação da *verdade* histórica (1937d/1996, p. 283), preenche uma lacuna de memória na forma de uma comunicação que reconstrói alguma parte da história do paciente através dos traços que o esquecimento deixou. O preenchimento das lacunas de memória foi um dos principais objetivos da técnica freudiana desde seu princípio até suas últimas formulações. Um aspecto interessante é o acolhimento ou não, por parte do paciente, da comunicação do analista; na medida que o paciente estará convencido do conteúdo da construção se houver alguma vivência transferencial que a reforce. Mesmo assim, existe a seguinte distinção entre interpretação e construção:

O analista completa um fragmento da construção e o comunica ao sujeito da análise, de maneira a que possa agir sobre ele; constrói então um outro fragmento a partir do novo material que sobre ele se derrama, lida com este da mesma maneira e prossegue, desse modo alternado, até o fim. (...) acho que ‘construção’ é de longe a descrição mais apropriada. “Interpretação” aplica-se a algo que se faz a algum elemento isolado do material, tal como uma associação ou uma parapraxia [*Fehlleistung*]. Trata-se de uma “construção”, porém, quando se põe perante o sujeito da análise um fragmento de sua história primitiva, que ele esqueceu, aproximadamente da seguinte maneira: [segue um exemplo de construção tipicamente edípica<sup>1</sup>] (FREUD, 1937d/1996, p. 279).

Ambas têm um caráter comum, que é o de trazer algo latente à consciência. Se a interpretação (*Deutung*) busca antes a significação (*Bedeutung*), sentido ou significado<sup>2</sup> latentes (Laplanche e Pontalis, 2001, p. 247), a construção remonta uma sequência histórica. Na interpretação há a suposição de que as formações do inconsciente possuem causas incompatíveis com as exigências da consciência, mas que alguma explicação permanece latente, enquanto que a construção procura uma rememoração do material esquecido. No

---

<sup>1</sup> “Até os onze anos de idade, você se considerava o único e ilimitado possuidor de sua mãe; apareceu então outro bebê e lhe trouxe uma séria desilusão. Sua mãe abandonou você por algum tempo e, mesmo após o reaparecimento dela, nunca mais se dedicou exclusivamente a você. Seus sentimentos para com ela se tornaram ambivalentes, seu pai adquiriu nova importância para você...”

<sup>2</sup> Parece-nos que Freud empregou tais expressões de forma indistinta, ao contrário de Lacan, devido ao seu contato com a linguística. *Deutung* (substantivo): interpretação, exegese. *Deuten* (verbo transitivo): interpretar; *Deuten* (verbo intransitivo), “*deuten auf*”: indicar. *Bedeutung* (verbo): significar, querer dizer. *Bedeutung* (substantivo): significado, significação e também sentido (*sinn*).

exemplo que Freud dá, o saber psicanalítico, isto é, sua teoria sobre o complexo de Édipo serve para preencher a lacuna de memória. Tratar-se-ia de uma intervenção intelectualizada?

Porém, à medida que a autenticidade da relação analítica mais se destaca do discurso em que ela se inscreve, aquilo que se continua a chamar de sua “interpretação” depende, cada vez mais exclusivamente, do saber do analista. Sem dúvida, esse saber foi muito ampliado nessa via, mas que não se pretenda haver assim tomado distância de uma análise intelectualista, a menos que se reconheça que a comunicação desse saber ao sujeito age apenas como uma sugestão à qual o critério da verdade permanece alheio (LACAN, 1955/1998, p. 339 -340).

Teria Freud (1937d/1996, p. 277) essa questão em vista quando afirma que a construção é apenas um trabalho preliminar? Há, sem dúvida, um possível comparação entre a construção e a sugestão, que Freud transparece no mesmo texto (*Construções em Análise*):

Com bastante frequência não conseguimos fazer o paciente recordar o que foi reprimido. Em vez disso, se a análise é corretamente efetuada, produzimos nele uma convicção segura da verdade da construção, a qual alcança o mesmo resultado terapêutico que uma lembrança recapturada (FREUD, 1937d/1996, p. 284).

O que atesta a verdade da construção é o resultado terapêutico? A resposta aparenta ser menos simples. Freud (1937d/1996, p. 280-281) afirma que o sim do paciente não possui valor a menos que seja seguido de novas lembranças que completem e ampliem a construção. O não, por sua vez, pode ser uma resistência ou a prova de que ainda é incompleta a rememoração. Uma boa confirmação seria o “nunca pensei nisso antes” ou, melhor ainda, associação análoga ao conteúdo da construção. O efeito ideal que comprova a justeza da construção é, logo, a descontinuidade cuja importância é tão destacada por Lacan; mesmo assim, um possível uso da construção para fins de sugestão continua presente.

Não podemos deixar de considerar que as intervenções de Freud tratam de trazer elementos novos e surpreendentes, provocando uma descontinuidade na consciência (característica do inconsciente lacaniano, lembremos), chegando inclusive a motivar sua não aceitação por parte do paciente (o que é sempre um caso de resistência?). Podemos comparar Lacan e Freud nesse ponto? Poderíamos dizer que as intervenções que Freud sistematizou sob os nomes de interpretação e construção operam em torno da noção de sentido (conforme utilizada por Lacan)?

Os casos clínicos de Freud demonstram uma impossibilidade de sistematização das intervenções, na medida em que estas não se resumem aos dois conceitos sistematizados. Que contribuição traz Lacan à compreensão da técnica psicanalítica, mais especificamente a interpretação? Em *Posição do Inconsciente*, o autor aborda a questão do sentido na

interpretação dizendo que “(...) não é o efeito de sentido que opera na interpretação, mas a articulação, no sintoma, dos significantes (sem nenhum sentido) aprisionados nele” (LACAN, 1964/1998b, p. 856). Ora, visto que para Lacan a falta de sentido é justamente aquilo que deve ser articulado pela interpretação, já que a divisão do sujeito é sustentada, podemos considerar uma mudança em relação ao pensamento freudiano?

## 6. A INTERPRETAÇÃO: UMA TENTATIVA DE FORMALIZAÇÃO

Segundo Lacan (1955/1998, p. 334), “A dificuldade de interpretar e de esclarecer o termo faz com que o vago termo ‘analisar’ seja empregado com freqüência”. Tomemos a afirmação como uma provocação para abordar o assunto. A fim de investigar o fundamento da interpretação em Lacan, propomos uma análise das formalizações nos seminários *Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise* (1964/1998a); *De um Outro ao outro* (1968-1969/2008) e *O Avesso da Psicanálise* (1969-1970/1992). No primeiro, destacamos a lógica da alienação e da separação, no segundo o elemento exterior ao campo do discurso e no terceiro, por fim, o discurso do analista. Esta comparação tem apoio no fato de que é o mesmo problema que está em questão: a relação da interpretação psicanalítica com saber, verdade e sentido.

### 6.1. O DISCURSO DO ANALISTA: VERDADE E SEMI-DIZER

$$\frac{a}{S_2} \rightarrow \frac{\$}{S_1}$$

Nas lições II e III de *O Avesso da Psicanálise* (17/12/69 e 14/01/70), Lacan apresenta a formalização do discurso do analista e aponta para a relação entre verdade, semi-dizer, enigma e interpretação. Entendemos que Lacan trabalha sobre o campo da técnica psicanalítica quando discute a interpretação através da formalização acima. O que é apresentado como discurso do analista coloca em questão uma posição ética e um laço social específico que serve de suporte para uma concepção de técnica, ampliando as noções deixadas por Freud. Seguindo a reorientação da técnica em torno da função da fala exposta em *Função e Campo*, questionamos se o discurso do analista não permite uma certa concepção de técnica que se manifesta sobre a fala do paciente. Ele demonstra uma relação que será amplamente destacada por Lacan, que será a do saber (S2) com o lugar da verdade (esquerda, abaixo): “O que se espera de um psicanalista é (...) que faça seu saber funcionar em termos de verdade. É por isto mesmo que ele se confina a um semi-dizer” (LACAN, 1969-70/1992, p. 50, S17-14/01/70).

De que forma devemos entender isso? A verdade em Lacan se situa numa impotência do saber, tendo por isso uma estrutura pela-metade, digamos. O semi-dizer deve, por sua vez, ser uma espécie de enunciação sem enunciado, o que corresponde à própria estrutura da interpretação (LACAN, 1969-70/1992, p. 49, S17-14/01/70). Do que se trata isto? Em que

Lacan se baseia para propor que a interpretação psicanalítica seja assim considerada? Como podemos compreender a proposta de que o psicanalista faça o saber operar como verdade, uma vez que a última está situada num lugar de impotência do Outro?

Tais questões são fundamentais para a prática da psicanálise na medida em que articulam teoria e técnica. Veremos a seguir de que forma a proposta de interpretação do seminário 17 possui raízes bem estabelecidas em desenvolvimentos apresentados em seminários anteriores.

## 6.2. ALIENAÇÃO

A lógica da alienação, presente em *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964/1998a), de suma importância no pensamento lacaniano, permitirá ir além de uma teorização de certas propriedades do sujeito, pois servirá também para conceber o funcionamento da fala sobre a qual incide a técnica.

A indeterminação do sujeito do inconsciente – no sentido de que é uma falta-a-ser e nunca atinge uma identificação plena – será trabalhada por Lacan a partir da contraposição entre o ser (o sujeito) e o sentido (o Outro). Para expressar logicamente essa questão, utiliza-se o operador lógico da disjunção exclusiva, o latino *vel*, “ou...ou...”<sup>1</sup>.

De acordo com Lacan, nessa operação há que existir “um elemento que comporta que, qualquer que seja a escolha que se opere, há por consequência um *nem um, nem outro*” (1964/1998a, p. 200, S11-27/05/64). Tal elemento será o conjunto bolsa, pois se escolhida, perde-se a vida e, logo, também a bolsa. Escolhendo-se a vida, perde-se a bolsa e fica-se com uma vida privada da bolsa. De fato, a escolha é resumida a manter ou não a vida.

---

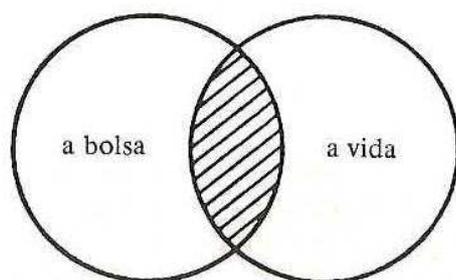
<sup>1</sup> O *vel* na alienação é trabalhado a partir do teorema de Morgan (1806-1871), segundo o qual a negação da disjunção (*vel*) de dois enunciados é logicamente equivalente à conjunção das negações dos dois enunciados (COPI, 1978, p. 253). Para tanto, Lacan utiliza o modelo da escolha forçada entre a bolsa ou a vida.

1. Dada a disjunção: A bolsa ou a vida.

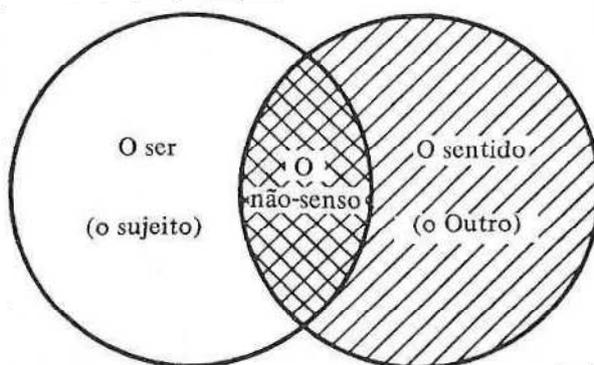
2. Dada a negação dessa disjunção: Não a bolsa ou a vida.

3. Obtém-se o equivalente lógico, a saber, a conjunção das negações: Nem a bolsa (e) nem a vida.

Lacan utiliza a operação de disjunção exclusiva para operar com uma escolha forçada entre dois elementos; sai do campo dos operadores lógicos e entra no dos conjuntos, utilizando a operação de reunião. Em uma reunião de dois conjuntos, há que se considerar que os elementos que pertencem a ambos os dois conjuntos iniciais não se duplicam no novo conjunto resultante da reunião. Além disso, haverá sempre um conjunto cuja escolha implica na perda dos dois conjuntos.



Os elementos em questão na alienação são os seguintes:



Escolhemos o ser, o sujeito desaparece, ele nos escapa, cai no não-senso – escolhemos o sentido, e o sentido só subsiste decepado dessa parte de não-senso que é, falando propriamente, o que constitui na realização do sujeito, o inconsciente (1964/1998a, p. 200, S11-27/05/64)

Há um problema – o mais recorrente de todos os problemas que temos quando estudamos Lacan – que é a falta de clareza nessa exposição. No modelo da bolsa e da vida há dois elementos, sem a definição do espaço de intersecção de ambos. No da alienação há três: ser, não-senso (*non-sens*)<sup>1</sup> e o sentido (*sens*)<sup>2</sup>. Tampouco é suficientemente elucidada de que maneira a forma lógica da reunião fundamenta a escolha forçada. Contudo, seguimos.

J.A. Miller, com o qual estão de acordo Colette Soler e Éric Laurent<sup>2</sup>, coloca a álgebra lacaniana no esquema. Notemos que aqui não há o lugar da falta, não há objeto *a*. O encontraremos apenas mais adiante.

<sup>1</sup> Seguimos a tradução de M.D. Magno, que adaptou a expressão *non-sens* para “não-senso”, mas que poderia igualmente ser o “sem-sentido” no português brasileiro.

<sup>2</sup> No livro *Para ler o Seminário 11 de Lacan* (1998), ambos autores fazem referência a uma conferência de Miller a qual não tivemos acesso.



Tal proposta é válida na medida em que associa com precisão o não-senso ao S1 e o sentido ao S2. Funcionam então o S1 como o significante unário e S2 como o binário, o *Vorstellungsrepräsentanz* que produz sentido. De acordo com a lógica da reunião, conforme proposta por Lacan, S1 é um elemento pertencente a ambos os conjuntos que os círculos representam. Do lado do ser (o sujeito) há \$ e S1 e do lado do Outro há S2 e S1. Não há, todavia, quatro elementos na reunião, mas sim três, pois S1 não se duplica. A escolha se resume ao seguinte: (a) se escolhermos o sujeito, perdemos o campo do Outro, decepando o sujeito tanto do S1 quanto do S2. Perdemos os significantes, a linguagem, e aí já não há mais sequer sujeito. (b) Se escolhermos o Outro, ficamos com o sentido produzido pelo S2, mas perdemos o sujeito e seu significante unário S1 é afanizado. Há um significante necessariamente apagado, perdido como a bolsa.

O sujeito, portanto, está alienado ao sentido (S2), ao discurso comum que afaniza sua causa (S1), pois o que Lacan parece dizer é que não há sujeito sem o Outro, ou, conforme o exemplo, bolsa sem a vida. A escolha forçada é pelo sentido no Outro, excluindo o não-senso no qual está apoiado o inconsciente.

A alienação consiste nesse *vel* que (...) condena o sujeito a só aparecer nessa divisão que venho, me parece, de articular suficientemente ao dizer que se ele aparece de um lado como sentido, produzido pelo significante, do outro ele aparece como afânise (LACAN, 1964/1998a, p. 199, S11-27/05/64).

Na fala o sujeito está sempre dividido entre um significante apagado e outro cuja função opera como sentido. Esse movimento pode ser identificado no processo comum da fala, quando, por exemplo, dizemos “dor” para completarmos com “mente” e formarmos “dormente”. “Mente” aqui funciona como o S2 do sentido, apagando o S1 “dor” que isoladamente funcionaria de outra forma. De forma simplificada, reconhecemos aqui a lógica da escansão. No caso de um lapso há alguma diferença. Por exemplo, um paciente diz “foi na época em que eu *morri* com meu pai... digo, *morei* com meu pai”, sendo que não apenas o

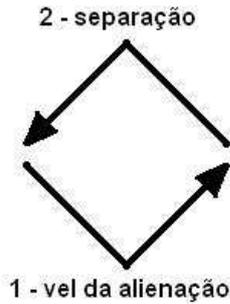
enunciado foi trocado, mas também houve uma vacilação na enunciação, uma mudança no tom da fala no momento do “morri”. Aqui não houve necessidade de que uma letra fosse lida através da escuta, nem que uma escansão posterior fosse executada, como em “dormente”, pois se trata de uma legítima aparição do inconsciente parasitando a função da fala. “Morei” não é apenas a tentativa de resgate do sentido original da frase planejada pelo paciente, mas o apagamento do S1. Se o próprio paciente ignora esse tropeço, basta uma intervenção simples para não deixar que a afânise do sujeito aconteça. Eis o que pode ser compreendido como uma orientação técnica em Lacan (1964/1998a, p. 208, S11-03/06/64): “O de que o sujeito tem que se libertar é do efeito afanísico do significante binário (...)”.

Em *Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise*, da mesma forma que pode ser observado em diversos pontos da obra, notamos que Freud dá singular importância ao estabelecimento do não-sentido nas associações do paciente, assim como da sua contrapartida por parte do analista, a saber, a atenção flutuante:

É errado determinar tarefas ao paciente, tais como coligir suas lembranças ou pensar sobre um período específico de sua vida. Pelo contrário, ele tem de aprender, acima de tudo (...), que atividades mentais, tais como refletir sobre algo ou concentrar a atenção, não solucionam nenhuma dos enigmas de uma neurose; isto só pode ser efetuado ao se obedecer pacientemente à regra psicanalítica, que impõe a exclusão de toda crítica do inconsciente ou de seus derivados. Deve-se ser especialmente inflexível a respeito da obediência a essa regra com pacientes que praticam a arte de desviar-se para o debate intelectual durante o tratamento, que teorizam muito (...), evitam fazer algo para superá-lo (FREUD, 1912e/1996, p. 132).

Reparamos como Freud apostava no não-senso, como viu nele o meio de trabalhar com o inconsciente. Nesse trecho que já comentamos anteriormente no capítulo sobre as regras técnicas, Freud faz uso da regra fundamental especialmente diante de um momento de resistência no tratamento. Percebemos uma questão teórica diretamente atrelada a uma questão técnica, visto que é a própria característica do inconsciente freudiano ser estranho a referências de sentido, como a temporalidade, por exemplo. Então o que Lacan faz é resgatar o não-sentido produzido na fala, lugar do sujeito do inconsciente, ao qual Freud já havia sido sensível, embora não o tivesse formalizado como o fez Lacan. Assim, a entrada na topologia justifica-se pela possibilidade que ela oferece de trabalhar em espaços sem orientação, alheios ao sentido comum. Examinemos agora a torção da alienação para continuar nossa discussão.

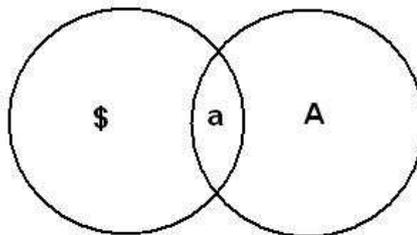
### 6.3. SEPARAÇÃO



Se na alienação apresenta-se a forma lógica da reunião, na separação será a intersecção; caracterizada como um processo de retorno em relação à alienação, um retorno onde o que estará em questão será a zona de intersecção entre sujeito e Outro. Interessante reparar que esse processo foi nomeado separação, uma vez que não é uma “separação do Outro”, mas justamente o contrário, pois se trata do reconhecimento no Outro dos significantes determinantes da estrutura subjetiva do sujeito. Lacan inclusive acentua a raiz latina da palavra separação, onde encontra engendrar e, no francês, *parer*<sup>1</sup>. Afastemos então a noção de separação enquanto desconexão ou afastamento do Outro, pois é uma separação do sentido o que está em questão.

Aquilo pelo quê o sujeito encontra a via de retorno do *vel* da alienação é essa operação que chamei, outro dia, separação. Pela separação o sujeito acha, se podemos dizer, o ponto fraco do casal primitivo da articulação significativa, no que ela é de essência alienante (LACAN, 1964/1998a, p. 207, S11-03/06/64).

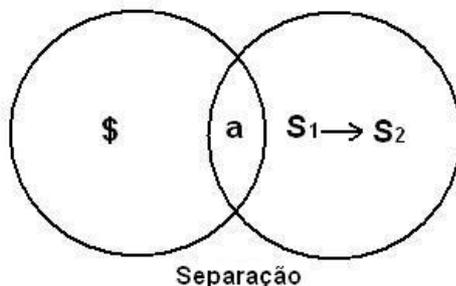
Qual seria o ponto fraco do par primitivo significativo S1 e S2? Ora, aquilo que toda articulação discursiva engendra, o objeto *a*. É isso que Lacan (1964/1998a, p. 243, S11-17/06/64) acentua na relação entre alienação e separação: “Pela função do objeto *a*, o sujeito se separa, deixa de estar ligado à vacilação do ser, ao sentido que constitui o essencial da alienação”. Aqui há uma mudança estrutural, a presença da falta, que representaremos com uma mudança na representação gráfica.



Essa representação não é utilizada no seminário 11 tal como a expomos aqui, ou pelo menos não consta nas diferentes versões consultadas do seminário que Lacan a tenha

<sup>1</sup> Em português pode ser traduzida de várias formas, como: aparar, evitar um golpe, realçar e embelezar.

desenhado assim. Encontramos, porém, construções semelhantes em outros seminários<sup>1</sup>. Miller propõe ainda outra maneira, que é completamente compatível, uma vez que troca A por S1 e S2:



Aqui se situam duas faltas, a do sujeito e a do Outro, que se recobrem no ponto de intersecção entre os dois campos. A falta do Outro são as lacunas no discurso, a própria falha no universo de discurso, que Lacan identifica aos “por quês?” das crianças que indagam os adultos, colocando a dimensão da dúvida e do limite em seu saber. De outro lado, a sua própria falta, enquanto perda, é o primeiro objeto que a criança oferece ao desejo enigmático dos pais (LACAN, 1964/1998a, p. 203, S11-25/05/64). O vazio como um campo de relação entre \$ e A já estava representado em *A Identificação* na figura dos dois toros abraçados, o que reforça a não arbitrariedade dos esquemas de Lacan, mas antes desenvolvimentos racionais de um pensamento contínuo.

É no intervalo entre esses dois significantes que vige o desejo oferecido ao balizamento do sujeito na experiência do discurso do Outro, do primeiro Outro com o qual ele tem que lidar (...), a mãe, no caso. É no que seu desejo está para além ou para alguém no que ela diz, do que ela intima, do que ela faz surgir como sentido, é no que seu desejo é desconhecido, é nesse ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito (LACAN, 1964/1998a, p. 207, S11-03/06/64).

Se na alienação o sujeito tem seu significante determinante afanizado, o S1, além de que o objeto causa de desejo não opera, a separação representa a suspensão do significante binário, ou seja, do sentido, e um encontro com esse lugar de intersecção, onde o sujeito não encontrará mais S1, mas o objeto *a*. Ao livrar-se do sentido, portanto, entra em cena a causa de desejo do sujeito. Lembramos aqui da oposição entre desejo e gozo. Abandonar o gozo do sintoma requer um encontro com a falta, numa passagem do gozo ao desejo causado pelo

<sup>1</sup> Em *A Identificação* Lacan já havia quase chegado a isso através do enlace entre dois toros e dos círculos de Euler. Em *A Lógica do Fantasma* trabalha a intersecção entre os campos não-\$ e não-A, onde situa o objeto *a*.

pequeno *a* que a queda de sentido presentifica. Então, é disso que se trata fazer o saber funcionar como verdade, a estrutura da interpretação enquanto semi-dizer?

Percebe-se também que através do processo de separação Lacan parece antecipar o que proporia de forma mais clara alguns anos depois em *O Ato Psicanalítico*, no que diz respeito ao final de análise como a passagem de analisante para analista. Assim, se a transferência tende a uma identificação idealizada do analista, ao amor, fomentando sua face de resistência, cabe à função do desejo do analista reorientar a demanda em relação ao lugar de falta no qual se apóia o desejo; experiência que o psicanalista poderá conduzir se ele também já a tiver vivido. Trata-se, portanto, de uma possível formalização da formação do analista. Além disso, está aqui a antecipação de outra formalização, a da função do objeto *a* como agente do discurso do analista, coisa que Lacan só propôs também posteriormente, em *O Avesso da Psicanálise*, conforme vimos mais acima.

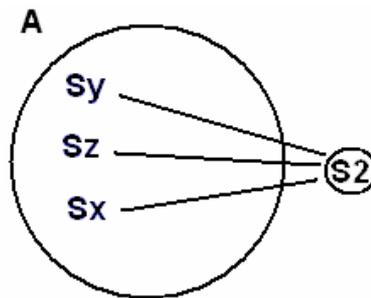
#### 6.4. FALTA (DE SENTIDO?) E INTERPRETAÇÃO

É importante justificar a pertinência de nossa comparação teórica como fundamento da interpretação. A questão do sentido e sem-sentido é central na concepção lacaniana da interpretação e sua função é “fazer surgir elementos significantes irreduzíveis, *non-sensical*, feitos de não-sentido” ou “isolar no sujeito um coração (...) de *non-sense*” (LACAN, 1964/1998a, p. 236, S11-17/06/64, grifo do editor). Caminho aberto por Freud, conforme vimos, quando, em seus textos sobre técnica, recomenda fortemente a regra fundamental para evitar que o paciente racionalize suas associações através de trabalho intelectual, mas também em seu consagrado interesse pelos lapsos, chistes, sonhos e etc.

A interpretação situa-se como uma operação do significante alheio ao sistema de produção de sentido e, dado que o Real ex-siste ao sentido, ela deve engendrá-lo. É o que está identificado, em *De um Outro ao outro*, ao recalque primário, um elemento que organiza uma estrutura enquanto ausente do campo discursivo, o primeiro saber não-sabido<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Notemos que no esquema alienação-separação (seminário 11) é S1 que está inacessível, identificado ao lugar da falta. No seminário 16, conforme mostra o esquema, é S2 que faz esta função. A álgebra pode operar de maneira diferente, mas a lógica é completamente homóloga.



Em outras palavras, o que se articula de uma configuração de significantes não significa, de maneira alguma, que se possa totalizar a configuração inteira, isto é, o universo assim constituído. Muito pelo contrário, esse universo deixa tal conjunto fora de seu campo, como não podendo ser situado como uma de suas partes, mas apenas articulado como elemento numa referência a outros conjuntos assim articulados. (LACAN, 1968-69/2008, p. 192, S16-26/02/69).

Resumamos que no processo de alienação há um significante unário que fica afanizado pelo binário, porém, quando há o retorno sobre o primeiro significante (separação), encontra-se ali uma falta sobre a qual se apóia a verdade. Para tanto, é necessário suspender o efeito de sentido ao qual serve o significante binário. Em outras palavras: através de um semi-dizer, fazer com que o saber opere como uma verdade, não como sentido. O que se dá no processo alienação-separação é a alternância entre queda (efeito de verdade enquanto presença da falta no Outro) e a produção de sentido. Há um significante que desencadeia o processo, mas que será afanizado. É necessariamente aquele que, fora de qualquer operação de sentido, remete à falha do universo de discurso.

Ora, de que tratamos: da falta de um significante ou da falta de sentido? Será a mesma coisa? Em *De um Outro ao outro* encontramos uma relação direta entre a falha no Outro e um significante com o qual o sujeito se identificaria em último termo (LACAN, 1968-69/2008, p. 83, S16-11/12/68). Do par significante que produz o sujeito, haverá sempre um elemento incluído e outro excluído do Outro, remetido ao seu vazio; por isso que fazer surgir o significante que remete à falta do Outro é operar no não-senso, ao mesmo tempo que o não-senso convoca o lugar de falta que sustenta o desejo do sujeito. É a idéia que ao longo da obra de Lacan fundamenta as numerosas referências à divisão do sujeito, como a figura de que está com “um pé fora e um pé dentro” do Outro (1968-69/2008, p. 292, S16-07/05/69) ou que ele “não persegue mais que uma metade de si mesmo” (1964/1998a, p. 178, S11-20/05/64). A partir disso, compreende-se por que a interpretação em análise é comparável ao enigma e deve ter a mesma estrutura de semi-dizer que a verdade.

A intervenção sobre a repetição de fonemas, por exemplo, identifica no eixo sincrônico da fala os significantes determinantes do sujeito no Outro. Tal tipo de intervenção

retira o sentido, reduz o significante simbólico à sua dimensão de letra real, faz com que o saber funcione como verdade. A escuta, devidamente marcada pelo analista, ao isolar um elemento fonético da fala, faz surgir um significante a mais, destacado do campo do sentido e remetido ao desejo.

A interpretação não visa tanto o sentido quanto reduzir os significantes a seu não-senso, para que possamos reencontrar os determinantes de toda a conduta do sujeito (LACAN, 1964/1998a, p. 200-201, S11-27/05/64).

Através dessa construção podemos afirmar que não caberia ao analista dar explicações sobre um possível significado da escansão realizada, trazendo de volta o sentido na comunicação, pois, pelo contrário, pode com esse ato terminar a sessão, deixando ao próprio analisante a tarefa inescapável de um novo retorno ao sentido através do movimento separação-alienação. É uma possível conclusão técnica que podemos extrair das formulações teóricas.

Em *A Lógica do Fantasma*, o significante da interpretação – que desencadeia o efeito de verdade – é considerado como um significante a mais, até mesmo “demais” (*en trop*), no universo de discurso. Isso é o que o identificaria falta do universo de discurso.

Entendam bem que digo: “efeito de verdade”, o que não poderia de nenhuma maneira ser prejulgado como verdade da interpretação, quero dizer, se o índice verdadeiro ou falso pode ser ou não a verdade do significante da interpretação ela mesma. Esse significante, até aqui, não era mais que um significante a mais, inclusive em excesso. Significante de alguma falta, como falta no universo de discurso. Digo que a interpretação é efeito de verdade (LACAN, 1966-67/2002, p. 9-10, S14-14/12/66).

Essa questão é abordada alguns anos adiante, em *De um Discurso que não fosse semblante*. É retomada a suspensão de S2 enquanto *Vorstellungsrepräsentanz*, representante da representação, e proposta a interpretação em termos de *efeito de verdade*:

Ela só é verdadeira por suas consequências, tal como o oráculo. A interpretação não é submetida à prova de uma verdade que se decida por sim ou por não, mas desencadeia a verdade como tal. Só é verdadeira na medida em que verdadeiramente seguida. (...) O momento em que a verdade se decide unicamente – de seu desencadeamento para aquele de uma lógica que vai tentar dar corpo a essa verdade – é, muito precisamente, o momento em que o discurso, como representante da representação, é dispensado, desqualificado. Mas, se ele pode sê-lo, é porque, em alguma parte, ele o é desde sempre. É a isso que chamamos recalque. Já não é uma representação que ele representa, é essa série de discurso que se caracteriza como efeito de verdade (LACAN, 1971/2009, p. 13-14, S18-13/01/71).

Juntamos aqui outra citação importante, de *Radiofonia*, onde Lacan (1970/2003, p. 443) afirma: “(...) o efeito de verdade decorre do que cai do saber, isto é, do que se produz dele, apesar de impotente para alimentar o dito efeito”.

Não é senão depois, num *après-coup*, que o efeito de verdade se dá; uma sequência de discurso alheia ao sentido, ou seja, libertada do efeito afanísico do *Vorstellungsrepräsentanz*, significante binário. Interessante notar que Lacan assinala que está aí o recalque, no efeito de verdade, e não num lugar submerso como um saber oculto. Tal ponto de vista é reforçado por alguns psicanalistas que utilizam a banda de Moebius como representação da relação consciente-inconsciente (concepção que contraria uma leitura clássica que se faz do pensamento freudiano), demonstrando uma continuidade sem barreiras que delimitem que uma zona está acessível e outra escondida, ou que há uma que está em cima e outra em baixo, ou seja, a superfície é uma só. Então, é num jogo de continuidade e descontinuidade, de sequência na série de significantes que está o sujeito do inconsciente, representado por um significante para outro significante. Vejamos como essa posição é sustentada:

Recalcado e sintoma são homogêneos, e redutíveis a funções de significantes. Sua estrutura, embora ela se edifique por sucessão como todo edifício, é contudo, no fim, inscritível em termos sincrônicos (LACAN, 1964/1998a, p. 167, S11-13/05/64).

Fica claro que o consciente e o inconsciente, ou retorno do recalcado e o recalcado, não estão em níveis diferentes do discurso, ou em lugares diferentes do psiquismo. Visto que são homogêneos, ambos mantém uma relação sincrônica na linearidade da fala. Anteriormente, vimos daí derivar a concepção de que a interpretação é o corte que, ao dividir consciente e inconsciente em direito e avesso, estabelece uma descontinuidade, mas também uma correspondência entre os pontos de cada lado da banda Moebius.

## 6.5. DEUTUNG, BEDEUTUNG

Retomemos agora, a partir de nosso recorrido, a comparação com a sistematização freudiana da interpretação que deixamos em suspenso ao final do último capítulo. Tanto Pommier (1990) quanto Dor (1996) abordam uma questão de grande pertinência para esclarecermos o problema da interpretação em sua relação com a significação (*Bedeutung*).

Pommier (1990, p. 39 e 40) deixa clara sua opção pela “leitura literal” (interpretações como cortes, segundo a modalidade que explicitamos em Lacan) e a difere da “montagem da

história” (mais próxima da construção freudiana, como um enunciado interpretativo), dizendo que a primeira tem a vantagem de uma economia cronológica e não corre o risco de estabelecer uma relação causal, ao contrário da segunda que opera mais no campo das significações. Ambas, porém, assinala Pommier, devem revelar o impasse do desejo neurótico. O autor não ressalta que tanto a técnica da leitura literal quanto a da montagem da história devem operar no não-sentido, ou causar surpresa, mas coloca antes o impasse como critério.

Dor (1996, p. 44) posiciona assim o problema: “Há uma isomorfia entre a verdade do desejo do sujeito articulada em seu discurso e a verdade da significação do enunciado interpretativo do analista?”, ou seja, pode o psicanalista produzir um enunciado que expresse o impasse do desejo do psicanalisante? A dissolução do sintoma como prova da verdade da interpretação é uma hipótese imediatamente afastada pelo autor, uma vez que o efeito terapêutico pode ser também alcançado, por exemplo, pela sugestão, o que leva à conclusão de que o sintoma foi apenas deslocado. A reflexão de Dor conduz ao tema da hermenêutica, pois, se a interpretação carrega uma significação que pode ser isomorfa à verdade do desejo inconsciente, ela funcionaria como uma tradução. Aí o autor coloca um problema:

Sem contestação possível, tal método chega a uma solução inconsistente, habitualmente designada pelo termo *círculo hermenêutico*. Uma linguagem hermenêutica remete sempre à questão de uma auto-compreensão radical, a qual por seu lado, remete à jurisdição das metalinguagens, ou seja, ao processo do sentido e à regressão indefinida do verdadeiro sobre o verdadeiro (DOR, 1996, p. 46).

E aqui a construção que Lacan realiza sobre o paradoxo de Russell demonstra toda sua importância. Ora, se algum conteúdo X pode significar Y e, necessariamente, Y deve significar Z, entramos numa cadeia circular e logicamente inconsistente, tal como o universo de discurso o é. Assim, somos levados a reencontrar como necessário o apoio no objeto *a*, falta no Outro, no qual Lacan escora sua modalidade de interpretação, afastando-a do campo da hermenêutica. Caracterizada pela função desalojadora e pela surpresa que o ato analítico provoca, a interpretação lacaniana não encontra outro campo comum com Freud senão o da descontinuidade. Se por um lado a técnica freudiana possui um caráter um tanto hermenêutico no que diz respeito à interpretação, por outro lado ela trata de produzir uma descontinuidade no consciente, trazendo o material atemporal e contraditório que habita o inconsciente freudiano, o quê, de determinada maneira, foi justamente a característica pinçada por Lacan em sua elaboração.

Uma ressalva que fazemos é em relação à sistematização através da qual Dor e Pommier entram em acordo, afirmando que a escansão seria uma *intervenção*, enquanto que a citação seria uma *interpretação*. A primeira sublinha um dizer e o abre a diferentes e novas significações que lhe ultrapassam, enquanto que a segunda põe em correspondência duas sequências discursivas até então distintas (DOR, 1996, p. 47). Não vemos vantagem nenhuma em adotar a distinção intervenção de interpretação, mas sim em fundamentar consistentemente a interpretação em Lacan, tomando citação, pontuação e escansão como possíveis modalidades de interpretação cuja importância está na possibilidade de que promovam atos psicanalíticos. Ora, pode um psicanalista prever se sua pontuação, escansão ou citação produzirá um ato, já que este escapa ao sentido? Estaria o ato analítico reduzido a estas três categorias de intervenção? Se assim fosse, cairíamos novamente no problema que encontrou Freud acerca das construções corretas ou falsas, no sentido de que poderíamos criar o juízo de que uma intervenção “correta” produziria ato, a “falsa” não. Convém, portanto, não sistematizar as diferentes intervenções que Lacan nos ensina tal como Freud fez com construções e interpretações, mas antes compreender sua base, que uma vez esclarecida pelo psicanalista, fará com que prescindamos de saber se o que faz quando intervém é uma escansão ou citação, por exemplo. Ainda há o risco de transformar em um conjunto de regras aquilo que se entende por técnica, como muitos pós-freudianos fizeram, problema amplamente abordado por Lacan, o que não evita que muitos lacanianos repitam justamente o erro que seu mestre acusa.

A noção mais ampla de interpretação, enquanto ato que ao operar no não-sentido produz um efeito de verdade, é de longe mais importante que classificações diversas. O que Lacan nos traz é muito mais do que uma possível sistematização de uma melhor e mais moderna técnica, mas nos permite repensar o próprio fundamento da mesma e sua relação com a teoria, tensão que caracteriza a pesquisa psicanalítica. Sobre isso, novamente Dor, em outra obra (1995, p. 169), coloca que talvez não haja uma “técnica lacaniana”, como tampouco há uma técnica universal proposta por Freud, no sentido de que ele não chegou a defini-la em último termo<sup>1</sup>, mas para Lacan se trataria antes de uma “prática de verdade”. Com tal proposta estamos completamente de acordo, pois assim vemos cristalizada a íntima relação que propomos entre técnica e o conceito lacaniano de verdade.

---

<sup>1</sup> “Devo, contudo, tornar claro que o que estou asseverando é que esta técnica é a única apropriada à minha individualidade; não me arrisco a negar que um médico constituído de modo inteiramente diferente possa ver-se

## 6.6. PONTUAÇÃO, ESCANSÃO, CITAÇÃO E ENIGMA

A fim de esclarecer alguns pontos que já debatemos sobre as formas de intervenção que Lacan nos apresenta, analisemos citação, pontuação, enigma e escansão através de algumas passagens significativas. Em *Função e Campo*, encontramos a seguinte passagem, sobre como opera o psicanalista, que dividiremos em duas partes:

(...) tomando o relato de uma história cotidiana por um apólogo que a bom entender dirige suas meias-palavras, uma longa prosopopéia por uma interjeição direta, ou, ao contrário, um simples lapso por uma declaração muito complexa, ou até o suspiro de um silêncio por todo o desenvolvimento lírico que ele vem suprir. Assim, é uma pontuação oportuna que dá sentido ao discurso do sujeito (LACAN, 1953/1998, p. 253).

A pontuação parece ser considerada tal qual a que se faz numa escrita, marcando as pausas que determinam o sentido da oração. Tal intervenção tem a propriedade de alterar e lançar uma oração para diferentes sentidos. Um exemplo: *não quero ser pobre como meu pai*. Uma determinada pontuação que destacasse “pobre”, como em *não quero ser (pobre) como meu pai*, relança o sentido da frase para *não quero ser como meu pai* e para outras associações sobre a nova sequência significativa. Mesmo muitos anos antes de formalizar a lógica da alienação-separação, vemos como Lacan já propunha intervenções em torno da suspensão do sentido e do seu relançamento a outras possibilidades. Encontramos também na obra freudiana tipos afins de intervenção. A passagem continua:

É por isso que a suspensão da sessão, que a técnica atual transforma numa pausa puramente cronométrica e, como tal, indiferente à trama do discurso, desempenha aí o papel de uma escansão que tem todo o valor de uma intervenção, precipitando os momentos conclusivos. E isso indica libertar esse termo de seu contexto rotineiro, para submetê-lo a todos os fins úteis da técnica (LACAN, 1953/1998, p. 253).

Lacan atenta para o fato de que não há como o término da sessão não ter efeito de corte e, tendo isso em vista, propõe que a técnica considere a suspensão da sessão como uma de suas ferramentas. Tal suspensão pode ter tanto o papel de escansão quanto de pontuação, conforme for realizada.

Primeiramente, podemos afirmar que a escansão em Lacan operava como corte sobre uma sucessão temporal, na perspectiva de uma desmontagem fonética que produz um

---

levado a adotar atitude diferente em relação a seus pacientes e à tarefa que se lhe apresenta” (FREUD, 1912e/1996, p. 125).

significante a mais, que ultrapassa o enunciado. O advérbio “entrementes”, para usar um exemplo simples, carrega em si “entre” e “mentes” que, separados, porém em sequência, formam um novo elemento que relança a outro sentido. Em *A Identificação* encontramos algumas viradas importantes do pensamento lacaniano, entre as quais uma nova perspectiva da escansão, relacionada à repetição, decorrência direta da perspectiva topológica.

Por que o significante, em sua encarnação corporal, isto é, vocal, sempre se tem apresentado a nós como de essência descontínua? Não tínhamos, então, necessidade da superfície; a descontinuidade o constitui. A interrupção no sucessivo faz parte de sua estrutura. Essa dimensão temporal do funcionamento da cadeia significante que articulei primeiramente para vocês como sucessão, tem como consequência que a escansão introduz um elemento a mais além da divisão da interrupção modulatória, ela introduz a pressa que eu inseri enquanto pressa lógica (LACAN, 1961-62/2003, p. 325, S09-16/05/62).

Sendo o significante de caráter descontínuo, o discurso interrompido em sua sucessão temporal, escandido, faz surgir um novo elemento. Uma segunda visão da escansão estará calcada na repetição como geradora de diferença, o que introduzirá a função do corte em oito-interior, conforme já apresentada.

Onde está a interpolação de uma diferença? Residirá ela somente no corte – é aqui que a introdução da dimensão topológica, para além da escansão temporal, nos interessa – ou nesse algo de outro que chamaremos de simples possibilidade de ser diferente, a existência da bateria diferencial que constitui o significante e pela qual não podemos confundir sincronia com simultaneidade na raiz do fenômeno, sincronia que faz com que, reaparecendo o mesmo, é como distinto do que ele repete que o significante reaparece (...) (1961-62/2003, p. 326, S09-16/05/62).

Nesse contexto Lacan já está remetido ao traçado do oito-interior onde a repetição, enquanto encontro com o mesmo (Real), gera diferença e, ao cercar uma falta, produz o corte que não é necessariamente o mesmo que opera na sucessão temporal. Este estabelece descontinuidade como interrupção na linha temporal, enquanto que o caráter de descontinuidade daquele se dá a partir do encontro que, ao fechar, corta. É a maneira como Lacan conceberia futuramente o corte interpretativo na fita de Moebius, formando sua segunda borda a partir do fechamento do traçado do corte. É o que permite pensar, por exemplo, intervenções sobre a repetição do mesmo fonema ou letra em diferentes contextos da fala, promovendo um efeito de surpresa nesse encontro. Não reconhecemos dois tipos opostos de escansão, mas sua ampliação e desenvolvimento teórico em dois momentos. É uma novidade o que traz Lacan? Destacamos em Freud um trecho particularmente interessante de *A Interpretação dos Sonhos*:

Os pensamentos oníricos a que somos levados pela interpretação não podem, pela natureza das coisas, ter um fim definido; estão fadados a ramificar-se em todas as direções dentro da intrincada rede de nosso mundo do pensamento. É de algum ponto em que essa trama é particularmente *fechada* que brota o desejo do sonho, (...) (FREUD, 1900a/1996, p. 556-557, grifo nosso).

Considerando que a referida rede (trama) só se manifesta através da fala, é quando ocorre seu fechamento que o desejo se manifesta. Reconhecemos a idéia lacaniana da repetição sobre a estrutura do oitão-interior já latente no pensamento freudiano, se consideramos que o encontro com o mesmo (repetição) é um fechamento.

Ambos semi-dizeres, citação e enigma são comparados em *O Avesso da Psicanálise*. O enigma parece ser caracterizado como uma sequência significativa sem pontuação, ou seja, pura enunciação sem a forma de enunciado. Ele mantém o sentido suspenso e a ser rematado pelo analisante que lhe fornecerá a pontuação. Já a citação opera no nível do enunciado e, muito embora sua própria definição seja enigmática, parece tratar-se de um enunciado repetido em outro contexto, convocando o analisante à função de autor (LACAN, 1969-70/1992, p. 35, S17-17/12/69).

Em *O Aturdito* (1972/2003) a interpretação parece ser orientada em torno de três tipos de equívoco: o homofônico, gramatical e lógico. Muito embora tal referência seja bastante obscura, a ponto de ser praticamente impossível comentar como Lacan distingue cada um dos equívocos, tal proposta reforça a localização radical da interpretação lacaniana em torno da função do tropeço da fala. A referência ao *falsum* é realizada como um “passo em falso”, isto é, tropeço. Assim, é em referência a tal *falsum* que Lacan (1969-70/1992, p. 126, S17-15/04/70) coloca o fundamento da técnica psicanalítica como um jogo de interpretação. Mesmo assim, lembra:

(...) se não há nada de tão exitoso senão o malogro relativo ao ato, entretanto isso não quer dizer que reciprocidade se estabeleça e que todo malogro em si seja o signo de algum sucesso do ato. É evidente que nem todos os tropeços são interpretáveis (LACAN, 1967-68, p. 64, S15-06/12/1967).

Todo ato causa equívoco, tropeço, mas nem todo tropeço produz ato. Reforçamos aqui o que já havíamos dito mais acima, ou seja, o fundamental da intervenção do psicanalista, quer a chamemos de interpretação, construção, citação, escansão ou etc, é que produza o ato psicanalítico; e isso não pode ser previsto e premeditado pelo psicanalista, na medida em que o ato não pode ser antecipado, pois é ele que, ao desalojar um saber, precipita novas sequências discursivas.

Se tais intervenções ensinadas por Lacan devem receber a insígnia de interpretação ou não, parece uma questão secundária, talvez irrelevante. Dizemos isso na medida em que a análise de tais propostas nos demonstra uma estrutura comum que é a de operar na subtração e na produção de sentidos, isto é, da tensão entre o nível da enunciação e do enunciado no qual se revela o sujeito. Se a sistematização da técnica psicanalítica não foi um objetivo perseguido por Freud – visto que seus textos são muito antes sugestões e recomendações dadas a partir de sua maneira de trabalhar do que um conjunto de regras a serem indiscutivelmente seguidas –, isto foi ainda menos almejado por Lacan, na medida em que são poucos os momentos onde encontramos questões técnicas abordadas em termos de recomendações e métodos. Entretanto, é possível ler em Lacan a proposta de uma técnica que, ainda que estabeleça um pequeno número de invariantes, está estruturada a partir de uma abertura que permite, até mesmo exige, que o estilo de cada psicanalista se manifeste e determine sua maneira de trabalhar. Retomaremos esse ponto mais adiante.

## 7. O ATO PSICANALÍTICO: RESISTÊNCIA, TRANSFERÊNCIA E DISSULÇÃO

Analisemos agora, retomando alguns pontos que já percorremos, outras questões técnicas de suma importância: a transferência e o seu aniquilamento, ou seja, o final da psicanálise, assim como a sua face de resistência. Veremos de que maneira os conceitos de verdade e ato aí se articulam. Em *Os Quatro Conceitos Fundamentais*, alguns anos antes do seminário sobre o ato, um dos temas principais do primeiro seminário de Lacan (1953-54/1986) é retomado, a saber, a articulação entre transferência e resistência.

O que Freud nos indica, desde o primeiro momento, é que a transferência é essencialmente resistente, *Übertragungswiderstand*. A transferência é o meio pelo qual se interrompe a comunicação do inconsciente (...) (1964/1998a, p. 125, S11-15/04/64).

Em *Os Escritos Técnicos de Freud* (1953-54/1986) já encontramos uma noção de resistência completamente articulada à fala e à situação de tratamento psicanalítico, ou seja, ela não é tomada no sentido de uma força que impede que o material recalado advenha à consciência, mas como um fenômeno fundamentalmente transferencial que interrompe a linearidade da fala, a “comunicação do inconsciente”. Em *O Ato Psicanalítico*, além de reforçar a questão do sujeito superficial ao dizer que a análise não trata de “puxar um coelho para fora da toca”, Lacan (1967-68, p. 105, S15-24/01/68) sustenta que “o que resiste, evidentemente, não é o sujeito em análise. O que resiste é, evidentemente, o discurso”. Abandona-se a noção de que a resistência opera impedindo que algo de um nível profundo do psiquismo chegue à superfície e, então, ela é compreendida não necessariamente como uma característica da mente, mas como um acontecimento que se dá numa comunicação pela fala dirigida ao analista.

É preciso que vocês se libertem por um instante da idéia de que a resistência é coerente com essa construção segundo a qual o inconsciente é, num dado sujeito, num dado momento, contido e, como se diz, recalado. (...) a resistência é um fenômeno que Freud localiza na experiência analítica (1953-54/1986, p. 53, S01-03/02/54).

Ou seja, a resistência é um “fenômeno estruturante de qualquer revelação de verdade no diálogo”, é uma “dificuldade fundamental que o sujeito encontra naquilo que tem a dizer” (LACAN, 1954/1998, p. 373). Nesse momento em que o analisante interrompe seu discurso – devido à presença do analista como o outro especular – sua fala deixaria de funcionar como *revelação* do inconsciente para funcionar como *mediação*, no sentido de que media a relação

dos dois lugares imaginários (LACAN, 1953-54/1986, p. 62, S01-03/02/54). É no momento em que o sujeito está mais próximo da verdade, de dizê-la, que o discurso resiste e encontra como referência a presença do analista. Lacan (1964/1998a, p. 239, S11-17/06/64) ainda colocaria que “O amor, sem dúvida, é um efeito de transferência, mas em sua face de resistência”. Vemos então que a relação imaginária, consistente e predominantemente idealizadora, interfere como resistência. A partir da idéia de que a resistência se deve à presença do analista, Lacan proporia no seminário 2 (1954-1955/1985) que ela é do analista, dando a entender que a insistência ou mau entendimento deste criam e fomentam a resistência. Lembramos do motivo, ou um dos motivos, que levou Freud a abandonar a técnica da pressão (ou coerção associativa), isto é, a mesma resistência que teria levado o paciente a recalcar certo material agiria impedindo que este fosse rememorado quando Freud insistia que o fosse. Tal descoberta o levou a preferir a associação livre, com o mínimo de direcionamento possível do discurso do paciente. Através desse pequeno fragmento da história da psicanálise, vemos como uma técnica descobriu um fenômeno (resistência) cuja teorização criou um conceito que integra a metapsicologia e que, por sua vez, refunda a técnica (advento da associação livre).

O conceito de inconsciente em Lacan (conforme o diferenciamos anteriormente da compreensão mais comum que se faz do conceito freudiano) seria incompatível com a resistência de Freud, uma vez que ele não é um território oculto, mas revelação através do efeito de sincronia causado pelo ato, momento em que o traçado do oito-interior se delineia na linha média da banda de Moebius. Lacan (1967-68, p. 107, S15-24/01/1968) inclusive refere que o psicanalista resiste quando se recusa ao ato psicanalítico, ou seja, não recorta a linearidade da fala do paciente, não permite que ali o sentido seja suspenso e advenha a falta. Tendo o matema do discurso do analista em vista, o seu trabalho deve operar de acordo com algumas premissas: (a) fazer com que o objeto *a* seja o agente de seu discurso, digamos, sustentar o lugar faltante causa de desejo; (b) que o lugar do outro ao qual se dirige seja de uma divisão radical (\$); (c) que o saber (S2) funcione como uma verdade; (d) que seus efeitos, sua produção, sejam atos, caracterizados pelo significante que inaugura uma nova cadeia discursiva na qual o sujeito será falado (S1). Vemos assim que o conceito freudiano de resistência é dissolvido e situado praticamente como uma falha do trabalho do psicanalista, isto é, sua inabilidade de situar a estrutura que o matema do discurso do analista coloca e cuja produção é o ato.

## 7.1. SUJEITO SUPOSTO SABER

Outro conceito lacaniano, o *sujeito suposto saber* (escreveremos SSS), será o principal para pensarmos a transferência. Numa interpretação mais comum, ele expressa a suposição de saber que o analisante realiza no analista, instaurando-o como o próprio SSS, suporte da transferência. Em *O Averso da Psicanálise*, porém, Lacan (1969-70/1992, p. 50, S17-14/01/70) inverte essa perspectiva: “(...) somos supostos saber não grandes coisas. O que a análise instaura é justamente o contrário”, e segue afirmando que ao convidar o analisante a falar livremente “É ele [analisante] que o analista institui como sujeito suposto saber”. Pensamos, contudo que o lugar onde o saber é suposto não é necessariamente a pessoa do analista ou a do analisante, mas antes que SSS é um lugar terceiro produzido na situação de tratamento e que sustenta a transferência. Dessa forma, não iremos muito longe afirmando que o analista supõe saber no analisante ou o contrário, pois estaríamos equivocados em relação ao conceito de inconsciente que aprendemos com Lacan. Visto que o inconsciente só existe como corte, descontinuidade no sentido comum de uma fala dirigida para um outro, ele não pode estar dentro de uma pessoa, em algum lugar abstrato. Ele não pode ser algo conhecido desde sempre pelo psicanalista, tampouco algo que o paciente carrega dentro de si, mas um acontecimento de revelação de absoluta descontinuidade numa fala endereçada. Há uma pequena passagem onde essa posição é esboçada por Lacan, tendo novamente em vista o matema do discurso do analista, onde o saber encontra-se dividido entre analista e analisante:

Para o analisante que está ali, no \$, o conteúdo [latente] é seu saber. A gente está ali para conseguir que ele saiba tudo o que não sabe, sabendo-o contudo. O inconsciente é isso. Para o psicanalista, o conteúdo latente está do outro lado, em S1. Para ele, o conteúdo latente é a interpretação que vai fazer, na medida em que esta não é aquele saber que descobrimos no sujeito, mas o que se lhe acrescenta para dar-lhe um sentido (1969-70/1992, p. 106, S17-11/03/70)

Como surge esse lugar de saber suposto, então? Sobre a produção do SSS há referências diversas onde a regra fundamental da livre associação é relacionada a uma incitação de saber que o psicanalista provoca sobre a fala do psicanalisante. A suposição de saber não deixa de ser uma aposta que o dispositivo de tratamento psicanalítico, ou seja, a técnica analítica provoca. É o que Lacan (1969-70/1992, p. 100, S17-11/03/70) diz de forma caricata:

Vamos lá, diga tudo o que lhe passar pela cabeça, por mais dividido que seja, por mais que isso manifestadamente demonstre que ou bem você não pensa, ou bem

you are not absolutely nothing, this can function, what you produce will always be valid.

Two years ago, we found such incitement to knowledge characterized as the act that begins a psychoanalysis, in the sense that it is the authorization of the task of the analyst, in the measure that it deposits "faith" in the existence of a place of knowledge (LACAN, 1967-68, p. 143, S15-07/0268), the SSS. The analyst, in this way, produces a psychoanalyst (LACAN, 1967-68, p. 144, S15-07/0268), which is not the same thing as saying that it supposes knowledge in the psychoanalyst. This notion is completely in agreement with the reading of Lacan on the transference of resistance as a tendency to idealization, the imaginary support of a place of completeness, where knowledge resides. It is interesting to note the different sense that the act receives here, for, on the other hand, it is considered justly as the production of an effect of truth, which is the opposite of an incitement to knowledge. If the initial act provokes an investment, another modality of act will function as an emptying. The first act, therefore, can be understood as a recourse to the Imaginary, the register that guarantees consistency, images of completeness, the field of sense. Another type of act, in its turn, is a recourse to the Symbolic and its function of puncture [*trou*], producing relativizations and, principally, the emptying that allows the fall of sense and the encounter with the Real; it exists outside of sense. The Symbolic, different from symbolism (where one thing signifies another, always in the field of signification), deals with puncturing the whole images formed by the Imaginary, making so that knowledge, instead of serving to the production of sense, operates as truth. Thus, Lacan (1953/1998, p. 253) affirms that "(...) the art of the psychoanalyst must consist in suspending the certainties of the subject, until that its last illusions are consumed. It is the discourse that must be dissolved by the resolution of them".

A treatment depends on this engagement, on the formation of a place of SSS and on its subsequent emptying, once that the supposition of knowledge is a way of access to truth (LACAN, 1967-68, p. 59, S15-29/11/1967); which is in agreement with something already quite addressed by Freud (1913c/1996, p. 154-155), or that is, that the neurosis of transference must be first created and the resistances fostered to allow the treatment, whose term consists in the resolution of the same.

If the act that produces the psychoanalyst and gives rise to a psychoanalysis incites the supposition of knowledge from the free association, the act that ends deals with emptying the place of knowledge, the effect of truth, ending with the transference. Here the concept of act is taken as we have seen first, supporting the division of the subject and the lack.

O final da análise consiste na queda do sujeito suposto saber e sua redução ao advento desse objeto *a*, como causa da divisão do sujeito que vem em seu lugar. Aquele que, fantasmaticamente, com o psicanalista, joga a partida a respeito do sujeito suposto saber: o analista, que vem, ao termo da análise, a suportar não ser nada mais que este resto. Esse resto da coisa caída, que se chama objeto *a* (1967-68, p. 85, S15-10/01/68)

E Lacan ainda comenta, em mais de uma passagem do seminário *O ato psicanalítico* (1967-68), a chamada *operação-verdade*, promovida pelo ato que elimina o SSS e a análise. Já havíamos observado o que Lacan chama de efeito de verdade, referindo-se à interpretação. A operação verdade, por sua vez, é evocada em relação ao final de análise. Repararemos que não são noções diversas vezes exploradas por Lacan, não podemos classificá-las como conceitos mais ou menos sistematizados tais quais o objeto *a*, por exemplo. Mesmo assim, são idéias que relançam dois pontos precisos e fundamentais da técnica psicanalítica (interpretação e a fim de análise) em torno do conceito de verdade. São consequências lógicas que Lacan deriva da falta que estrutura o Outro. Operação-verdade e efeito de verdade podem ser consideradas operações irmãs, homólogas, ambas edificadas sobre a queda de saber que presentifica o objeto *a*. O que nos parece importante assinalar é que essas funções de verdade põem em tensão duas questões muito importantes – interpretação e transferência. Lacan (1964/1998a) já havia assinalado a problemática encontrada em Freud onde, por um lado, é necessário estabelecer uma transferência firme para que o psicanalista possa interpretar e, por outro, a resistência se utilizaria amplamente da transferência para impedir o trabalho de análise. Dessa maneira, estabelece-se de forma um tanto paradoxal que o saber suposto deve levar a um ponto de impossibilidade radical no Outro, de vazio, onde ocorre a rejeição de todo saber possível, coisa que está diretamente ligada a uma progressiva eliminação do SSS no âmbito transferencial. É dessa forma que Lacan compreende a conhecida expressão *análise da transferência*:

Ora, o que quer dizer a análise da transferência? Se quer dizer alguma coisa, não pode ser senão isto: a eliminação desse *sujeito suposto saber*. Não existe, para a análise, e bem menos ainda para o analista, não existe, em lugar algum (...) sujeito suposto saber. Há apenas o que resiste à operação do saber fazendo o sujeito, ou seja, esse resíduo que se pode chamar de verdade (LACAN, 1967-68, p. 59, S15-29/11/1967).

Na expressão “análise da transferência” existe a possibilidade de diferentes genitivos. No primeiro caso, *predicativo*, “transferência” é um atributo da análise, da mesma maneira que vemos em “o homem de lata” ou “o livro de matemática”. Remete à idéia de que existem

outras modalidades de análises que não são “da transferência”, assim como o homem pode ser de gelo ou o livro pode ser de literatura. No segundo caso, genitivo *objetivo*, o sujeito é “análise”. A “transferência” passa a ser o objeto da análise, como em “a leitura do livro”. Dá-se o sentido de que a análise age sobre a transferência e, assim como no caso predicativo, produz-se a idéia de que a análise pode agir sobre outros objetos, como em “análise das resistências” ou como a leitura pode ser do texto. No terceiro e último caso, *subjetivo*, produz-se o sentido de que “transferência” faz a “análise”, como em “a palestra do professor” ou “o calor do fogo”. É interessante, pois abandonamos os dois genitivos anteriores onde podem existir diferentes modalidades de análise ou diferentes objetos sobre os quais ela age. No genitivo subjetivo, a análise é criada pela transferência, tal qual o calor vem do fogo e a palestra é feita pelo professor, como se a análise fosse uma ação da transferência.

. Existe, portanto, outra análise que não seja da transferência, uma vez que ela só ocorre sob transferência e que a interpretação incide diretamente no campo do SSS? Sentimos aqui mais uma vez a tensão fundamental entre interpretação e transferência. Se a técnica psicanalítica, através da livre associação, sugere ao paciente um “deixar fazer” que estimula a suposição de saber, é a intervenção do analista que deve operar no sentido contrário (LACAN, 1967-68, p. 59-60, S15-29/11/67)<sup>1</sup>. No caso da interpretação freudiana ser relida na perspectiva hermenêutica, isto é, a interpretação como lugar de saber que se expressa através de traduções e significações, quanto mais o analista interpretar mais ele fomenta que saber seja nele suposto, tornando problemática a concepção de final de análise. A releitura desta questão por Lacan, porém, sustenta uma modalidade interpretativa completamente diferente de uma hermenêutica. É função da interpretação realizar esse efeito de verdade que, na medida em que esvazia o saber do SSS, conduz a uma operação-verdade, algo, segundo Lacan, incurável:

Qual é a medida do esclarecimento de seu ato? Já que deste ato, porquanto ele [o analista que caiu do lugar de SSS] percorreu o caminho que permite este ato, ele mesmo é, desde já, a verdade. É a questão que levantei, na vez passada, dizendo que uma verdade conquistada “não sem sabê-lo” é uma verdade que qualifiquei de incurável (1967-68, p. 95, S15-17/01/1968).

Em *O Ato Psicanalítico* a formação do psicanalista é bastante abordada na proposta lacaniana de final de análise. Começar a ser psicanalista é algo que aconteceria no final de

---

<sup>1</sup> Aí percebemos uma crítica de Lacan direcionada a certa visão de que a técnica, digamos, “lacaniana” consiste em deixar o paciente falar o mais livremente possível a partir de uma posição impecavelmente silenciosa. Nada, nem na teoria lacaniana, nem nos relatos dos pacientes de Lacan, dá a entender a recomendação de uma postura inócua, neutra, do analista. É curioso que tal clichê tenha se criado.

uma análise, segundo Lacan (1967-68, p. 83, S15-10/01/68). Ou seja, para sustentar o discurso do analista (de acordo com as operações que os quatro lugares do matema propõem, conforme vimos acima) é necessário que já se tenha passado pela operação-verdade. Há uma interessante noção de transmissão aí implicada, mas transmissão de uma falta, não de um saber. Lacan chega mesmo a dizer que o saber produzido numa análise deve revelar-se um “saber haver-se [*savoir y faire*] com a verdade” (1970/2003, p. 442), o que reforça a proposta de que a técnica lacaniana pode ser compreendida como uma prática de verdade.

É uma idéia cujas raízes podemos encontrar já muitos anos antes em *Variantes do Tratamento Padrão* quando, ao comentar a formação do psicanalista, Lacan escreve:

O analista, com efeito, só pode enveredar por ela ao se reconhecer em seu saber o sintoma de sua ignorância, e isso no sentido propriamente analítico de que o sintoma é o retorno do recaiado no compromisso, e de que o recaiado, aqui como alhures, é a censura da verdade. A ignorância, de fato, não deve ser entendida aqui como uma ausência de saber, mas, tal como o amor e o ódio, como uma paixão do ser; porque ela pode ser, à semelhança deles, uma via em que o ser se forma. É justamente aí que reside a paixão que deve dar sentido a toda a formação analítica, como fica evidente simplesmente ao nos abirmos para o fato de que ela estrutura sua situação (1955/1998, p. 360).

Na sequência do mesmo trecho, Lacan ainda afirma que sem tal perspectiva do não-saber, da *douta ignorância*, só será possível a formação de um “robô de analista”. O final de uma análise será, portanto, enquanto passo fundamental para a formação do psicanalista, caracterizado por um encontro faltoso com o saber, a operação-verdade.

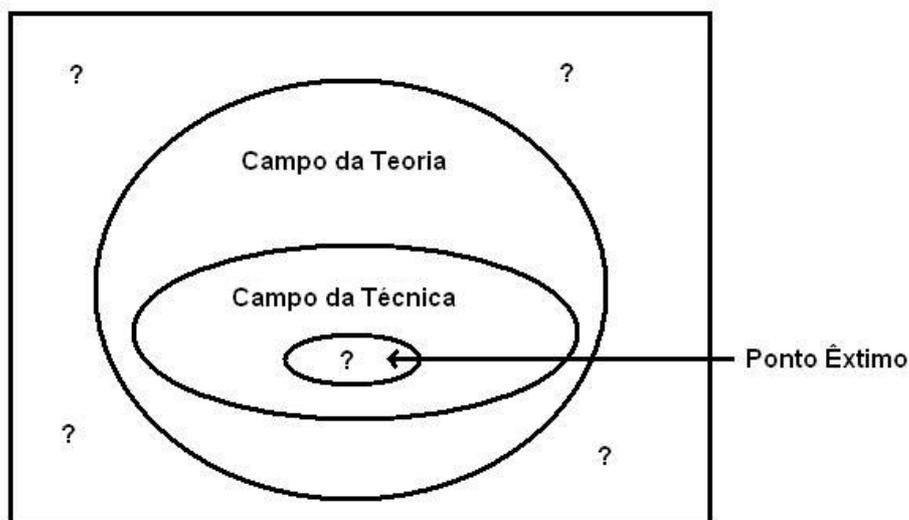
## 8. ÉTICA, TÉCNICA E O DESEJO DO ANALISTA

Atravessamos alguns fundamentos do ensino de Lacan, a saber, a elaboração formal que aproxima a topologia da lógico-matemática, buscando demonstrar de que maneira conceitos como objeto  $a$ , verdade e saber estão calcados numa gênese rigorosa cujos efeitos incidem sobre a técnica. Tratamos de promover uma articulação que permite que consideremos a teoria lacaniana – por mais enigmática, alegórica ou complexa que aparente ser – como um pensamento consistente e, principalmente, em continuidade com a prática psicanalítica. Além disso, ao abordar o discurso do analista e o objeto que é seu agente, pudemos tirar algumas conclusões que nos levam ao nó central onde encontramos ética, teoria e técnica psicanalíticas conjugadas. Passaremos a abordar mais diretamente essa questão, começando pela articulação entre teoria e técnica.

### 8.1. TEORIA E TÉCNICA

Penso estar sendo prudente, contudo, em chamar estas regras de ‘recomendações’ e não reivindicar qualquer aceitação incondicional para elas. A extraordinária diversidade das constelações psíquicas envolvidas, a plasticidade de todos os processos mentais e a riqueza dos fatores determinantes opõem-se a qualquer mecanização da técnica (FREUD, 1913c/1996, p. 139).

Propomos uma ilustração que representa uma estrutura onde dois campos, o da teoria e da técnica, se relacionam. É uma representação cujo ponto central ?, um furo nos campos da técnica e da teoria, ocupa o mesmo espaço ? que é externo a ambos os campos. É um ponto êxtimo tal qual foi representado anteriormente na figura do toro. O quadrado que cerca a figura serve apenas para limitar o espaço no qual estamos trabalhando, mas não significa de forma alguma que esse espaço tenha limites determináveis ou medidas. O que a figura mostra não é a própria estrutura, mas sua representação. Não se considera, portanto, tamanho ou forma dos campos, tampouco a distância entre as linhas, o que significa que não há áreas maiores ou menores que outras. A abstração que nos permitirá abordar tal estrutura está, portanto, num espaço que prescinde de medidas. Eis a ilustração:



Numa primeira vista, vê-se o campo da teoria contendo o campo da técnica. Se considerarmos, porém, a estrutura que a figura apresenta, veremos que não é exatamente isso o que acontece. O buraco central ? no campo da técnica é ao mesmo tempo um ponto que circunda o campo da teoria. Tal ponto é êxtimo, portanto, no sentido que já conhecemos. Isso significa que, embora interior, ele está em continuidade com a área que é externa ao campo da teoria, de forma que o campo da técnica é ao mesmo tempo interior e exterior ao da teoria.

O que buscamos demonstrar com isso é: *o ponto mais íntimo à técnica é exterior à teoria*, de maneira homóloga ao campo do Outro onde, enquanto campo de saber, sua essência é um ponto de falta. Existe uma teoria sobre a técnica, mas uma teoria impossibilitada de ser totalizada devido à inapreensibilidade daquilo que se encontra no cerne da prática psicanalítica, isto é, na intimidade do campo da técnica aparece um ponto de vazio irreduzível que impede sua determinação em termos finais. Alguma concepção de técnica que não acolha esse vazio central que a mantém um campo aberto resulta no congelamento da teoria, uma vez que qualquer modificação desta depende de que exista a área de indeterminação que a teoria pode vir a ocupar, embora nunca plenamente. Do ponto esvaziado que caracteriza essa estrutura resulta a indeterminação radical que impede que tanto teoria quanto técnica cheguem a formalizações definitivas, permitindo seus avanços.

Vê-se durante a obra de Freud como em vários momentos a teoria teve que ser reformulada conforme a técnica encontrou impossibilidades que acabariam por promover mudanças. Os avanços da pesquisa de Freud são devidos em grande parte a insuficiências, tanto da técnica quanto da teoria, diante de novos fatos clínicos. Segundo Fédida (1988, p. 97), por essa razão Freud preferia enunciar as regras “apenas a título de conselho sem exigir

sua estrita observância”. Sándor Ferenczi abordou o problema no trecho seguinte, que dividimos em duas partes:

(...) a confiança em nossas teorias só pode ser condicional, pois o caso em questão talvez seja a famosa exceção da regra, ou talvez a necessidade de se modificar algo na teoria em vigor até então. (...) *A modéstia do analista não é pois uma atitude que se aprenda, mas a expressão da aceitação dos limites do nosso saber* (FERENCZI, 1928/2003, p. 101, grifo do autor)

Ao comentar a afirmação freudiana de que cada analista pode encontrar diferentes referenciais técnicos, Lacan (1955/1998, p. 364) entra em acordo com Ferenczi, propondo que a relativização da técnica está além de uma “profunda modéstia” de Freud, mas antes calcada na chamada “douta ignorância”. Seguimos com o trecho final de Ferenczi:

Deve-se, como um elástico, ceder às tendências do paciente, mas sem abandonar a pressão na direção de suas próprias opiniões, enquanto a inconsistência de uma dessas duas opiniões não estiver plenamente comprovada (FERENCZI, 1928/2003, p. 102).

O conceito ferencziano de *elasticidade* abrange a idéia de que a técnica não deve ser um conjunto de regras, ou até pode, desde que uma das regras seja a abertura que possa mantê-la sob constante crítica e reformulação que os fatos clínicos exigem.

Horacio Etchegoyen também comenta tal questão:

Somente na psicanálise podemos ver como uma determinada abordagem técnica conduz, de modo inexorável, a uma teoria (da cura, da enfermidade, da personalidade, etc.) que, por sua vez, gravita retroativamente sobre a técnica e a modifica para torná-la coerente com os novos achados – e assim indefinidamente. Talvez nisso se baseie a denominação um tanto pretensiosa de *teoria da técnica*, que tenta não apenas dar um respaldo teórico à técnica, mas também salientar a inextricável união de ambas (ETCHEGOYEN, 2004, p. 21).

Um exemplo seria como a hipnose catártica levou ao achado da dissociação da consciência e, a partir deste, ocorreram as elaborações teóricas que refundaram a técnica. Fato semelhante podemos encontrar no encontro de Freud com os doentes da Primeira Guerra Mundial, que o lançou para novos problemas teóricos e assim por diante. Pierre Fédida também aborda o assunto, de forma muito precisa:

(...) Freud não se interessou pela técnica psicanalítica a não ser na medida que tivesse valor de *método* e que a prática do método era, antes de mais nada, posta a serviço das descobertas teóricas sobre o psiquismo humano. Assim, a técnica elaborada por Freud desde o uso da sugestão hipnótica pode ser considerada como um método de investigação progressivamente deduzido de hipóteses teóricas sobre

o funcionamento psíquico e, pouco a pouco, depurado através de suas *aplicações* na terapia das perturbações psíquicas neuróticas, com o intuito de ver se estas aplicações verificavam e enriqueciam a *ciência psicanalítica* (FÉDIDA, 1988, p. 98).

Ou seja, a técnica não foi para Freud algo a ser teorizado e fixamente estabelecido, mas uma ferramenta mutável empregada para tratamento clínico e pesquisa do psiquismo. É nesse sentido que Fédida salienta o valor de método depositado por Freud na técnica, ou seja, ela deveria manter-se útil para a investigação dos processos mentais cuja crítica e elaboração darão origem à metapsicologia.

José Luiz Caon (1996a, p. 109) propõe a *metapsicologia* como dispositivo epistemológico próprio da pesquisa psicanalítica enquanto “gênero literário de ensaios científicos”. Isso se sustenta na idéia de que a pesquisa psicanalítica, ao produzir os textos de forma ensaística que compõem a metapsicologia, *refunda* no relance (*Nachträglichkeit*) a experiência psicanalítica originalmente fundada na situação psicanalítica de tratamento. Assim, a metapsicologia, que devemos equiparar ao campo da teoria de nossa figura, uma vez que criada por Freud como teoria do conhecimento específico da psicanálise, “procede de fragmento em fragmento, deixando restos insolucionados; portanto, procede de rompimento em rompimento” (CAON, 1996b, p. 71). Estamos de acordo com essa concepção se consideramos o vazio exterior ao campo da teoria como o lugar onde a pesquisa psicanalítica avança, refundando a psicanálise, necessariamente deixando os referidos restos cuja insolução deve compor o cerne de campo da técnica. Salienta-se, porém, que a refundação só acontece no *après-coup* da situação de tratamento, o que significa que, assim como o ato do psicanalista, o ato do pesquisador psicanalítico é um momento posterior à sua experiência de psicanalisante. É o que Caon (1999, p.40) aponta ao dizer que não se é pesquisador ou psicanalista “se não tiver sido paciente, se não tiver fundado a experiência psicanalítica no lugar e no lugar das decomposições do amor transferencial”. É a partir de tal concepção de refundação que propomos que *a impotência da técnica refunda a teoria que, uma vez modificada, refunda a técnica*. Tal é o movimento de refundação da experiência psicanalítica que o ponto ? de nossa figura deve permitir.

O que fazemos ao propor a estrutura acima é uma tentativa de formalizar algo que Freud fez operar durante todo desenvolvimento da psicanálise, isto é, a pesquisa psicanalítica apoiada nos eventos surpreendentes da prática clínica, produzindo novos ensaios metapsicológicos e novas perspectivas técnicas. Reconhecemos nela a mesma estrutura tórica que concebe o conceito de verdade como apoiado sobre a falta de saber no universo de

discurso, o objeto *a*. Esta insuficiência do Outro deve caracterizar a propriedade de elasticidade da técnica psicanalítica, orientada em torno de um ponto específico indeterminável. É dessa maneira que apresentamos a insuficiência da técnica a partir do mesmo ponto do qual depende a verdade, isto é, o objeto *a*. Com essa homologia, estamos reafirmando o que diz Fédida (1988, p. 108): a técnica só pode ser pensada a partir de sua referência fundamental – a linguagem.

(...) a epistemologia própria à teoria psicanalítica – a episteme da psicanálise – não é de forma nenhuma dissociável da experiência da análise e, neste sentido, de sua *techné*, neste caso, da condição de linguagem do trabalho psicanalítico (FÉDIDA, 1988, p. 107).

É também a posição de Lacan (1953/1998, p. 247), que já havíamos introduzido, e que propõe uma abertura crítica sobre os conceitos que fundamentam a técnica, sendo que eles “só adquirem pleno sentido ao se orientarem num campo de linguagem, ao se ordenarem na função da fala”. Por tal razão é que a formalização que Lacan propõe do universo de discurso nos é imprescindível para pensar a técnica.

## 8.2. POR UMA ÉTICA DA FALTA?

Com o discurso do analista, onde lembramos que o objeto *a* é agente, tal afirmativa ganha o sentido de que o psicanalista faz sua técnica orbitar em torno da verdade; proposta de Lacan já presente em seus primeiros escritos, bastante anterior a toda formalização que viria lhe dar corpo. Não estaria aí uma compreensão possível da ética psicanalítica, isto é, a consideração do objeto *a* como central à técnica?

Pode-se dizer que a ética é uma parte da técnica ou, de outra forma, que o que dá coerência e sentido às normas da psicanálise é a sua raiz ética. A ética integra-se na teoria científica não como uma simples aspiração moral, e sim como uma necessidade de sua práxis. As falhas éticas do psicanalista revertem ineludivelmente em falências da técnica, já que seus princípios básicos, especialmente os que configuram o enquadre, sustentam-se na concepção ética de uma relação de igualdade, respeito e busca da verdade (ETCHEGOYEN, 2004, p. 23).

Etchegoyen propõe que, mais importante que as regras que compõem uma técnica, é aquilo que lhe serve de cerne, isto é, a ética. Fédida também traz importante contribuição ao nosso problema:

Num certo sentido, não é que Freud tenha se desinteressado da técnica analítica mas sim que a técnica, contida por uma ética que ela funda, identifica-se pura e simplesmente à prática da análise (FÉDIDA, 1988, p. 104)

O conhecimento do método psicanalítico de tratamento enquanto um apanhado de técnicas não produz uma psicanálise a menos que esteja calcado em determinada ética. Portanto, vemos um acordo nesse ponto específico entre Etchegoyen, Férida e o retorno lacaniano a Freud, no que diz respeito a sua característica de prática de verdade. Vimos anteriormente, ao comentar o ato analítico, de que forma Lacan compreende a chamada operação-verdade, isto é, como o final de uma análise produz um analista se este puder provocar, a partir de seu desejo, o desejo de outros, isto é o trabalho psicanalítico deve tomar como referência a característica de falta-a-ser do sujeito. Tal é a baliza que entendemos como ponto de partida para pensar uma ética sobre a qual diversos arranjos de técnica podem ser compostos, desde que façam o saber operar como verdade, isto é, sejam legítimas práticas de verdade. Sem essa perspectiva ética – que engendra a verdade – as intervenções em forma de semi-dizer, como escansão, citação, pontuação e etc, não terão seu valor de ato na prática da análise, mas serão apenas reproduções empobrecidas de modelos de intervenção. Antes de seguir, devemos destacar que tal proposta toma como ponto de partida a subjetividade do próprio analista.

Vimos que não é objetivo da pesquisa psicanalítica produzir saberes que totalizem o conhecimento sobre o psiquismo e as maneiras de tratar suas enfermidades. Cada elaboração da metapsicologia deve ser passível de ser rompida e refundada. A teoria psicanalítica sustentará a prática clínica apenas se puder garantir o lugar de vazio central da técnica, homólogo ao pequeno *a*. Ao mesmo tempo, é dessa mesma inconsistência que depende a possibilidade de pesquisa em psicanálise, tanto enquanto produção de novos saberes na situação clínica quanto na produção de ensaios metapsicológicos. Eis uma passagem claríssima a esse respeito:

Essa verdade é o que interrogamos no inconsciente como falha criadora do saber e ponto-de-origem do desejo de saber. Esse saber está como que condenado a nunca ser senão o correlato dessa falha (LACAN, 1968-69/2008, p. 267, S16-23/04/69).

Dentro da idéia de elasticidade, de insuficiência estrutural da técnica, abre-se lugar para que o estilo e a singularidade de cada analista opere de forma direta sobre seu modo de trabalhar, a maneira como desenvolve a sua técnica. Passemos agora ao nosso próximo ponto.

### 8.3. A SUBJETIVIDADE DO PSICANALISTA NA TÉCNICA

Ferenczi, cujo conceito de elasticidade vimos mais acima, também abordou amplamente a influência da subjetividade e dos processos mentais do analista na técnica. Atribui-se a ele, inclusive, aquela que seria a segunda regra fundamental da psicanálise. Analisemos um trecho de *Elasticidade de Técnica Psicanalítica*:

Houve, todavia, e ainda há, no interior da técnica psicanalítica, muitas coisas que se tinha a impressão de serem individuais, poucos definíveis com palavras; logo de início o fato de, neste trabalho, a importância que parecia ser atribuída à “equação pessoal” era bem maior do que o que se podia aceitar na ciência. O próprio Freud, em suas últimas comunicações sobre a técnica, deixava livre o campo para outros métodos de trabalho em psicanálise, paralelos ao dele. É bem verdade que essa declaração é anterior à época da cristalização da *segunda regra fundamental da Psicanálise*, de que *quem quer que queira analisar os outros deve ser antes ele próprio analisado* (FERENCZI, 1928/2003, p. 97).

Na sequência do texto, Ferenczi parece compreender, ou talvez desejar, porém, que a análise pessoal diminua as diferenças técnicas, pois eliminando as dificuldades subjetivas dos analistas, torna-se-os capazes de controlar seu viés pessoal na aplicação de uma técnica uniforme. A chamada “equação pessoal”, a indeterminação, entretanto, permanece em questão. Ferenczi a chama de *tato psicológico* e afirma que aí estão implicadas variáveis como:

(...) saber quando e como se comunica algo ao analisando, quando se pode declarar que o material fornecido é suficiente para se tirar conclusões; que roupagem dar à comunicação se for o caso; como reagir a uma reação inesperada ou desconcertante do paciente; quando se deve calar e esperar outras associações; em que momento o silêncio é uma tortura inútil para o paciente, etc. (FERENCZI, 1928/2003, p. 97).

Muito embora a posição ferencziana aponte para a esperança de que a análise pessoal, mais o saber adquirido com prática e teoria psicanalíticas, possam permitir ao *tato psicológico* do analista decidir sempre “corretamente” diante das dificuldades de um tratamento, há um espaço de indeterminação da técnica que é diretamente associado à subjetividade do analista. Ressaltamos novamente que, embora possamos não concordar que o chamado *tato psicológico* atinja um ideal que leve ao aniquilamento das diferenças e imprecisões técnicas, é importante repararmos como a indeterminação técnica é diretamente relacionada à subjetividade do psicanalista. Encontramos outro ponto de encontro entre Ferenczi e Lacan,

pois seria apenas a partir de uma posição de falta-a-ser que o desejo do analista operaria numa psicanálise.

O primeiro argumento contra a opinião ferencziana, bastante óbvio, é que ao final de suas respectivas análises os psicanalistas achamos soluções técnicas e estilos cada vez mais diferenciados, não mais pontos de encontro, pois, ora, cada psicanálise é uma experiência singular. Então, é óbvio para nós, como foi pra Ferenczi, que análises suficientemente profundas e bem conduzidas produzam analistas de técnicas cada vez mais semelhantes? Fédida, mais uma vez, afirma muito precisamente que

a noção de “equação pessoal” associada à análise pessoal do analista e a seus restos não resolvidos responde tanto à idéia de que não é realista esperar uma espécie de *uniformização objetiva* da técnica analítica quanto à legitimação de um *estilo pessoal* de trabalho de cada analista com seus pacientes. A renúncia a alcançar esta uniformização objetiva da técnica como se a psicanálise fosse um método psicológico de investigação decorrente de uma aprendizagem universitária e passível de ser aplicado comporta, no entanto, um corolário corretivo: que o analista pense metapsicologicamente o que faz e que a metapsicologia forme as bases “doutrinárias” de um discurso consensual da comunidade analítica (FÉDIDA, 1988, p. 101).

Se existe uma equação pessoal, conclui Fédida ao discordar de Ferenczi, dela resultará um estilo singular de cada profissional. Tal estilo, todavia, não justifica que se abandone a metapsicologia, teoria específica e própria da psicanálise, uma vez que ela mesma é um campo mutável e aberto para novos saberes e, desse modo, permite que estilo e teoria não sejam mutuamente excludentes. Pelo contrário, vemos diretamente engendradas a singularidade do analista e a impossibilidade de uniformização objetiva da técnica e da metapsicologia. Afirmamos, portanto, que *a técnica exige o estilo singular do psicanalista* agindo no espaço de indeterminação do campo técnico e ampliando o campo teórico, isto é, metapsicológico. Seria, inclusive, ao separar a auto-análise das questões técnicas e metapsicológicas que, excluindo a função da operação-verdade enquanto transmissão que articula a ética, a técnica se tornaria um conjunto de regras; justamente o objeto privilegiado das críticas de Lacan em muitos de seus escritos.

Sendo a psicanálise simultaneamente tratamento, investigação e teorização e, de acordo com a proposta de Caon, fundada na situação de tratamento e refundada no relance da pesquisa que gera a metapsicologia, estamos de acordo com a segunda regra fundamental proposta por Ferenczi. Todavia, discordamos que ela tenha as consequências por ele desejadas, já que elas não são congruentes a com as propriedades da linguagem que apresentamos através de Lacan, ou seja, a uniformização da técnica não é compatível com a

noção de universo de discurso que porta uma falta estruturante. *Se o objeto da técnica, a linguagem, possui inconsistências intrínsecas, torna-se evidente que a técnica deve acolher tais variantes em sua própria constituição.*

O que Lacan propõe como o desejo do analista não é exatamente a equação pessoal, influência singular de cada analista na técnica, mas uma função que deve operar no âmbito da transferência. Mais uma vez veremos o importante papel que desempenha o objeto *a* na teorização lacaniana, pois nessa elaboração ele será novamente imprescindível. Lacan diz, por exemplo, que “(...) é o desejo do analista que, em última instância, opera na psicanálise” (1964/1998c, p. 868). Persigamos então quais fundamentos que subjazem tão concisa proposta.

Em *Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise* (LACAN, 1964/1998a, p. 259, S11-24/06/64) encontramos o desejo do analista como o que opera na transferência promovendo um movimento no sentido contrário de uma identificação idealizadora, conduzindo o sujeito ao processo de separação que, como vimos anteriormente, produz a queda de sentido e dá lugar à falta, objeto *a*. É um seminário que antecede os seminários sobre o ato psicanalítico (1967-68) e o discurso do analista (1969-70) e, mesmo assim, já é possível encontrar o pensamento que lhes servirá de base. A separação é um processo que, ao apresentar ao sujeito a falta que lhe é intrínseca enquanto falta-a-ser, engendra a transferência na medida em que esvazia seu caráter imaginário, resistente. Reconhecemos aí o ato psicanalítico enquanto acontecimento que, por presentificar o objeto *a*, é desalojador e fundador de uma nova sequência discursiva. Por outro lado, a falta num lugar de agente e o significante unário (S1) como produto são posições constituintes do discurso do analista, onde vemos o saber operar como verdade através do semi-dizer, o que situamos anteriormente como o fundamento da interpretação em Lacan.

O desejo do analista é, portanto, uma condição subjetiva do psicanalista que lhe permite psicanalisar. Nesse sentido, retomamos a posição de Caon (1997): “O desejo do psicanalista, enquanto pesquisador psicanalítico, será sempre o desejo de que o paciente (analisante) se analise”. O ponto fundamental desse desejo é o objeto *a*, que é coincidente com o ponto de indeterminação do campo da técnica e do universo de discurso. A condição para psicanalisar será inaugurada pela transmissão desse desejo, isto é, a já referida operação-verdade que através do ato encerra uma análise e faz advir um psicanalista. Em Lacan, então, a dita segunda regra fundamental, inventada por Ferenczi, tem sua relevância confirmada.

A partir de Lacan, portanto, não há como conceber a técnica a não ser como as medidas tomadas pelo psicanalista que, autorizado pela sua relação particular com a

linguagem (operação-verdade), terá sua técnica moldada pelo seu estilo e formação e orientada por um saber-fazer com a verdade. Por isso, não é demais retomar a afirmação de Freud:

Devo, contudo, tornar claro que o que estou asseverando é que esta técnica é a única apropriada à minha individualidade; não me arrisco a negar que um médico constituído de modo inteiramente diferente possa ver-se levado a adotar atitude diferente em relação a seus pacientes e à tarefa que se lhe apresenta (FREUD, 1912e/1996, p. 125).

Não sendo assim, cai-se novamente no conjunto de regras, na mecanização. Nesse sentido que assinalamos que a técnica não apenas permite, mas exige o estilo e o desejo do psicanalista orientado pela douda ignorância, isto é, guiado pela verdade.

## 9. ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Uma vez percorridas as questões que nos propusemos a investigar, chega o momento de realizarmos um distanciamento crítico e refletirmos diante de nosso trabalho. Terminamos com o reconhecimento de que o campo da técnica depende de um ponto de indeterminação fundamental cuja função não apenas impede que a técnica encontre uma fixidez, mas cumpre o mesmo papel em relação ao campo da teoria. Hesitamos, porém, em afirmar que essa seria a principal contribuição de Lacan à psicanálise – combater a uniformização objetiva da técnica, aliás, da psicanálise em si, em determinado período do pós-freudismo. Sem dúvida foi um ponto de partida que, conforme analisamos, serviu a Lacan de diversas maneiras. Talvez a isso seja devido o já comentado interesse pela “clínica”, uma vez que a “técnica” teria sido associada a um conjunto de regras incoerente com a psicanálise. Seria um equívoco, contudo, considerar que a partir de Lacan a psicanálise prescindia de reflexões técnicas, pois sua obra não se resume a críticas sobre determinadas práticas e instituições pós-freudianas; ela inaugura uma nova psicanálise – nem por isso menos freudiana<sup>1</sup> – ao lhe acrescentar conceitos, conhecimentos diversos e idéias que, reafirmamos, constituem a proposta de uma renovada técnica psicanalítica. Para reconhecê-la foi que pinçamos muitas passagens (não todas) de Lacan onde, ao falar de pontuação, semi-dizer, escansão e afins, vemos perfilar-se uma técnica pensada a partir do sujeito do inconsciente que habita a função da fala enquanto falta-a-ser, isto é, falasser (*parlêtre*). E não poderia ser diferente, por essa razão, que a técnica estivesse calcada no mesmo fundamento linguageiro que articula o sujeito que pisa com um pé fora e outro dentro do universo de discurso. Esse fundamento é a verdade. Assim, buscamos apresentar a noção de ato psicanalítico, cuja produção depende do passo em falso bem sucedido da fala, como mais importante do que a sistematização de diferentes operações técnicas (interpretação, construção, corte e etc); uma vez que produzir atos a partir da falta no universo de discurso é a essência da técnica psicanalítica, conforme reconhecida no matema do discurso do analista.

Novamente, por que ainda falar de técnica? Ora, esse campo é tão relevante e serve de expressão a tantas questões fundamentais que, lembremos, foi o uso do tempo lógico nas sessões um importante motivo da exclusão de Lacan de certa instituição psicanalítica. Por que um psicanalista faz uma sessão durar menos de 50 minutos ou, quem sabe, até menos que 10? Quais os fundamentos de uma técnica assim? As sessões curtas de Lacan são mais conhecidas

---

<sup>1</sup> Não concordaríamos sequer em dizer que podemos extrair da obra de Freud apenas uma psicanálise.

pelos atritos institucionais, afrontes à ortodoxia e relatos de analisantes, do que propriamente por fazerem parte do contexto de sua obra. Descobrir as maneiras próprias da prática de Lacan, Freud ou qualquer outro psicanalista, por fontes que não sejam os seus divãs ou suas obras, é impossível. Tais descobertas excluiriam da transmissão da psicanálise a metapsicologia e o tratamento psicanalítico, não podendo gerar senão imitações infundadas dos estilos dos mestres ou propagar clichês sobre seu modo de trabalhar. Nesse sentido é que pensamos que os relatos de psicanalistas sobre suas próprias experiências no divã, assim como as biografias de pessoas cujos casos clínicos obtiveram relevância metapsicológica, não fazem parte do pensamento de Freud ou de Lacan. Compõem, evidentemente, uma interessante e nova modalidade literária feita a partir da psicanálise, mas não servem como fonte legítima de pesquisa sobre nosso problema, por exemplo. A técnica de Lacan, nós a pesquisamos a partir de seus seminários e escritos, não por relatos de terceiros. Por isso preferimos não incluir tais relatos em nosso trabalho a não ser a título de observação ou curiosidade. Mas dizíamos que, na obra de Lacan, não há nem referências a sessões curtas ou longas; há sim uma problematização da suspensão da sessão como uma possível ferramenta técnica, para além da cronologia. É um bom exemplo de como uma prática psicanalítica orientada pela verdade produz uma técnica elástica, imprevisível.

Lamentamos não ter perfilado uma possível história da técnica, pesquisando as vias de seu desenvolvimento ao longo da obra de Freud e das interlocuções nela abrigadas. Esse retorno, que no princípio tínhamos planejado realizar, acabou por desviar-se dos caminhos que a pesquisa produzia, vasculhando cada vez mais o suficientemente complexo pensamento lacaniano. Essa proposta teria constituído um problema em si para outra pesquisa, exigindo um trabalho que não pudemos acolher. Reduzimos a referência à história da técnica a passagens ilustrativas do pensamento de Freud, por vezes Ferenczi, para promover um diálogo com as contribuições de Lacan. A alternativa encontrada foi a consulta a autores como Fédida, cuja abordagem clara de pontos nodais nos foi bastante útil. Não há, porém, reafirmamos, substituição possível a um estudo da história do desenvolvimento da técnica. Há a ressalva, entretanto, de que talvez tal estudo se confunda ao estudo da história do desenvolvimento da própria psicanálise, problema do qual nos distanciamos a fim de manter o foco da pesquisa.

Outro caminho possível se apresenta quando nos perguntamos se toda a articulação que realizamos é relativa apenas à estrutura neurótica. Seria apressado demais dizer, por exemplo, que intervenções que jogam com a queda e produção de sentido são inadequadas na clínica com psicóticos. Tais intervenções provocam injunções, surtos, na medida em que

convocam uma falta não simbolizada? Vimos que há o ato psicanalítico que incita ao saber, fomentando a transferência, e o ato que joga com a falha de saber (efeito de verdade e operação-verdade). São operações características da análise com neuróticos, articulando a transferência da forma classicamente definida por Freud. Se há uma possível técnica psicanalítica com psicóticos (ou perversão e tantas outras modalidades clínicas que se possa reconhecer), e se é diferente da referente à neurose, ela deve também ser pensada a partir da inserção do sujeito na linguagem. Caberia, portanto, a questão sobre como funciona a relação entre saber, verdade e sentido na psicose. É uma via já aberta e à qual Lacan dedicou pelo menos dois seminários. O primeiro, num momento de intenso diálogo com a linguística, já o segundo, através da topologia dos nós. Evidentemente se trataria de um trabalho de construção teórica, mas que não poderia deixar de levar em conta o diálogo com a prática, no movimento de refundação próprio à pesquisa psicanalítica.

Mais uma trilha que vemos perfilar-se é o estudo da relação espaço-tempo a serviço da pesquisa do inconsciente. Um dos últimos seminários de Lacan se chama *A topologia e o tempo*, inclusive. Freud apresentou o inconsciente através de características alheias à orientação comum, ao sistema de sentido. Os desenvolvimentos lacanianos retornaram ao inconsciente freudiano através da topologia, isto é, pela proposta de uma espacialidade própria ao psiquismo – o Real. Aí vimos a relevância da descontinuidade provocada pelo não-sentido na concepção de inconsciente superficial, excluindo a noção de que este seja um espaço oculto, guardado. Se o Real ex-siste ao sentido, poderíamos reduzir também o inconsciente a tão singela determinação? Com a tríade Simbólico-Real-Imaginário, podemos fazer a seguinte distinção: (a) a intuição espaço-temporal comum depende de orientações fundamentalmente imaginárias (como antes-depois, esquerda-direita), (b) enquanto que existem propriedades reais do espaço (conforme estudadas pela topologia, por exemplo) que prescindem da intuição imaginária e são correspondentes com as características do inconsciente freudiano; (c) o espaço real, porém, só pode ser abordado através de vias simbólicas, como a matemática. Quais outros conceitos fundamentais essas contribuições podem afetar? Será que, lembrando a pergunta de Lacan já trazida anteriormente, seria a psicanálise a única área da ciência a manter eternamente seus conceitos fundamentais?

Existem conceitos analíticos de uma vez por todas formados? A manutenção quase religiosa dos termos dados por Freud para estruturar a experiência analítica, a que se remete ela? Tratar-se-á de um fato muito surpreendente na história das ciências – o de que Freud seria o primeiro, e permaneceria o único (...) a ter introduzido conceitos fundamentais? Sem esse tronco, sem esse mastro, esse piloti, onde amarrar nossa prática? Poderemos dizer mesmo que se tratam, propriamente

falando, de conceitos? Serão conceitos em formação? Serão conceitos em evolução, em movimento, a serem revistos? (LACAN, 1964/1998a, p. 17-18, S11-15/01/64).

Quer seja considerada por alguns como uma impostura em relação à matemática e, por outros, em relação à psicanálise, a elaboração topológica de Lacan é surpreendente: porque o diálogo com a matemática era inédito na psicanálise, mas também pela precisão com que capta e amplia algumas noções freudianas. Será então o caminho seguinte para a pesquisa do inconsciente a referência a espacialidades alheias ao sentido comum baseado na intuição? Não seria surpreendente, portanto, que a pesquisa do espaço continuasse a trazer contribuições à psicanálise.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, C. D. (1985). **Contos plausíveis**. Rio de Janeiro: J. Olympio/Editora JB.
- CALLIGARIS, C. (1991). O Inconsciente em Lacan. In: KNOBLOCH, F. (Org.). **O Inconsciente: Várias Leituras**. São Paulo: Escuta. p. 169-182.
- CAON, J. L. (1996a). A refundação da experiência psicanalítica na pesquisa universitária a partir da apresentação psicanalítica de pacientes. In: **Pesquisa em psicanálise**. Belo Horizonte : Anpepp, p. 109-127.
- \_\_\_\_\_. (1996b). Psicanálise <> Metapsicologia. In: **Historia, clínica e perspectiva nos cem anos de psicanálise**. Porto Alegre: Artes Medicas, p. 61-73.
- \_\_\_\_\_. (1997). Serendipidade e situação psicanalítica de pesquisa no contexto da apresentação psicanalítica de pacientes. In: **Psicologia Reflexão e Crítica**, UFRGS - Porto Alegre, v. 10, n. 01, p. 105-123.
- \_\_\_\_\_. (1999). O pesquisador psicanalítico e a pesquisa psicanalítica. In: **Filosofia e psicanálise: um diálogo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 35-73.
- COPI, I. M. (1978). **Introdução à lógica**. São Paulo: Mestre Jou.
- DARMON, M. (1994). **Ensaio sobre a topologia lacaniana**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- DOR, J. (1995). **Introdução à leitura de Lacan**, vol. 2. Artes Médicas, Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. (1996). **Clínica Psicanalítica**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- EIDELSZTEIN, A. (2006). **La topología en la clínica psicoanalítica**. Buenos Aires: Letra Viva.
- ETCHEGOYEN, H. (2004). **Os Fundamentos da Técnica Psicanalítica**, 2ª edição. Porto Alegre, Artmed, 2004.
- FÉDIDA, P. (1988). Elaborações Técnicas na Psicanálise. In: **Clínica Psicanalítica: Estudos**. São Paulo: Editora Escuta. p. 95-108.
- FELDSTEIN, R.; B. FINK, B.; JAANUS, M. (Orgs.)(1998). **Para ler o Seminário 11 de Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FERENCZI, S. (1928/2003) Elasticidade da Técnica Psicanalítica. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, n. 25**. Porto Alegre: APPOA.
- FREUD, S. (1895d[1893-95]/1996). Estudos Sobre A Histeria. In: **Obras Completas, ESB**, v. II. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1899a/1996). Lembranças encobridoras. In: **Obras Completas, ESB**, v. III. Rio de Janeiro: Imago. p. 287-304.

- \_\_\_\_\_. (1900a/1996). A Interpretação dos Sonhos. In: **Obras Completas, ESB**, v. IV e V. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1904a[1903]/1996). O Método Psicanalítico de Freud. In: **Obras Completas, ESB**, v. VII. 233-240.
- \_\_\_\_\_. (1905a[1904]/1996). Sobre a Psicoterapia. In: **Obras Completas, ESB**, v. VII. Rio de Janeiro: Imago. p. 241-254.
- \_\_\_\_\_. (1908e/1987). Der Dichter und das Phantasieren. In: **Gesammelte Werke**, v. VII. Frankfurt a. Main: Fischer. p.211-225.
- \_\_\_\_\_. (1908e[1907]/1996). Escritores Criativos e Devaneio. In: **Obras Completas, ESB**, v. IX. Rio de Janeiro: Imago. p. 135-143.
- \_\_\_\_\_. (1911e/1996). O Manejo da Interpretação de Sonhos na Psicanálise. In: **Obras Completas, ESB**, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. p. 101.106.
- \_\_\_\_\_. (1912b/1996). A Dinâmica da Transferência. In: **Obras Completas, ESB**, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. p. 111-119.
- \_\_\_\_\_. (1912e/1996). Recomendações aos Médicos que Exercem a Psicanálise. In: **Obras Completas, ESB**, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. p. 125-133.
- \_\_\_\_\_. (1913c/1996). Sobre o Início do Tratamento (Novas Recomendações sobre a Técnica da Psicanálise I). In: **Obras Completas, ESB**, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. p. 139-158.
- \_\_\_\_\_. (1914g/1996). Recordar, Repetir e Elaborar (Novas Recomendações Sobre a Técnica da Psicanálise II). In: **Obras Completas, ESB**, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. p.163-171.
- \_\_\_\_\_. (1915a[1914]/1996). Observações sobre o amor transferencial (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III). In: **Obras Completas, ESB**, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. p. 177-188.
- \_\_\_\_\_. (1915e/1996). O Inconsciente. In: **Obras Completas, ESB**, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago. p. 165-209.
- \_\_\_\_\_. (1916-1917[1915-1917]/1996). Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. . In: **Obras Completas, ESB**, v. XV e XVI. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1919a[1918]/1996). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: **Obras Completas, ESB**, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago. p. 173-181.
- \_\_\_\_\_. (1920g/1996). Além do princípio do prazer. In: **Obras Completas, ESB**, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. p. 17-75.

- \_\_\_\_\_. (1926e/1996). A Questão da Análise Leiga. In: **Obras Completas, ESB**, v. XX. Rio de Janeiro: Imago. p. 179-240.
- \_\_\_\_\_. (1927e/2007). O Fetichismo. In: **Obras psicológicas de Sigmund Freud. Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente – 1923-1938**, Rio de Janeiro: Imago, vol. III. p. 160-170.
- \_\_\_\_\_. (1937c/1996). Análise Terminável e Interminável. In: **Obras Completas, ESB**, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. p. 231-270.
- \_\_\_\_\_. (1937d/1996). Construções em Análise. In: **Obras Completas, ESB**, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. p. 275-287.
- \_\_\_\_\_. (1939a/1996). Moisés e o Monoteísmo: Três Ensaio. In: **Obras Completas, ESB**, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. p. 15-150.
- \_\_\_\_\_. (1940a [1938]/1996). Esboço de Psicanálise, Parte II: O trabalho prático, capítulo VI: A técnica da Psicanálise. In: **Obras Completas, ESB**, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. p.187-196.
- GLOVER, E. (1958). **La Technique de la psychanalyse**, Paris, PUF.
- GRANON-LAFONT, J. (1987). **La topología básica de Jacques Lacan**. Ediciones Nueva Visión: Buenos Aires.
- LACAN, J. (1949/1998). O Estádio do Espelho Como Formador da Função do Eu. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 96-103.
- \_\_\_\_\_. (1951/1998). Intervenção Sobre a Transferência. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 214-225.
- \_\_\_\_\_. (1953/1998). Função e Campo da Palavra e da Linguagem em Psicanálise. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 238-324.
- \_\_\_\_\_. (1953-54/1986). **O Seminário, Livro 1: Os Escritos Técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1954-1955/1985). **O Seminário, Livro 2: O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1955/1998). Variantes do Tratamento Padrão. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 325-364.
- \_\_\_\_\_. (1958/1998). A Direção do Tratamento e os Princípios de seu Poder. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 591-652.
- \_\_\_\_\_. (1961-62/2003). **A Identificação**. Centro de Estudos Freudianos do Recife. Recife.

- \_\_\_\_\_. (1964/1998a). **O Seminário, Livro 11: Os Quatro Conceitos fundamentais da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2ª edição.
- \_\_\_\_\_. (1964/1998b). Posição do inconsciente. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 843-864.
- \_\_\_\_\_. (1964/1998c). Do “Trieb” de Freud e do desejo do analista. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 865-968.
- \_\_\_\_\_. (1966/1998a). O seminário sobre “A carta roubada”. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 13-68.
- \_\_\_\_\_. (1966/1998b). Do sujeito enfim em questão. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 229-237.
- \_\_\_\_\_. (1966-67/2002). **La Lógica del Fantasma. Seminário 14**. Escuela Freudiana de Buenos Aires. Tradução de Carlos Ruiz. (publicação não comercial).
- \_\_\_\_\_. (1967-68). **O Ato Psicanalítico**. Escola de Estudos Psicanalíticos. (publicação para circulação interna e uso dos membros).
- \_\_\_\_\_. (1968-69/2006). **Le Séminaire. Livre XVI: D’un Autre à l’autre**. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1968-69/2008). **O Seminário. Livro 16: De um Outro ao outro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1969-70/1992). **O Averso da Psicanálise. O Seminário, livro 17**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1970/2003). Radiofonia. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 400-447.
- \_\_\_\_\_. (1971/2009). **O Seminário, livro 18: De um Discurso que não fosse Semblante**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1971/1996) **De um Discurso que não seria do Semblante**. Seminário 18. Centro de Estudos Freudianos de Recife (publicação não comercial).
- \_\_\_\_\_. (1972/2003). O Aturdido. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 448-497.
- \_\_\_\_\_. (1973/1993). **Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_. (1974-75/2002). **R.S.I. Seminário 22**. Escuela Freudiana de Buenos Aires. (publicação não comercial).
- \_\_\_\_\_. (1976-77). **L’insu que sait de l’une bévée s’aile a mourre**. Disponível em: [www.gaogoa.free.fr](http://www.gaogoa.free.fr).
- \_\_\_\_\_. (2008). **O Mito Individual do Neurótico ou Poesia e Verdade na Neurose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- LALANDE, A. (1999) **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes.
- LANGENSCHIEDT. (s/d) **Dicionário Português-alemão**. Berlim: Langenscheidt.
- LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.-B. (2001). **Vocabulário de Psicanálise**. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1955/1985). A Estrutura dos Mitos. In: **Antropologia Estrutural**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. p. 237-265.
- NASIO, J.D. (1991). **Os olhos de Laura: o conceito de objeto a na teoria de Lacan seguido de uma introdução à topologia psicanalítica**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- POMMIER, G. (1990). **O Desenlace de uma Análise**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro.
- RUIZ, C. (1994). La superficie como estructura. In: **Topología y Psicoanálisis**. Escuela Freudiana de Buenos Aires. Buenos Aires. p. 86-91.
- SAMPAIO, J. C. V. (s/d). **Topologia das superfícies: uma introdução intuitiva**.
- SMIRNOFF, V. (1997/1995) O modo interpretativo. In: **Como a Interpretação vem a psicanalista**. MAJOR, R. (Org.). São Paulo: Editora Escuta. p. 63-69.
- TRISKA, V. H. C.; D'AGORD, M. R. L. (2007). Mito e Estrutura: Um Estudo sobre a Verdade em Psicanálise. **Revista Tempo Psicanalítico 39 – Erotismo**. Rio de Janeiro: Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle. p. 225-238.
- TRISKA, V. H. C. ; D'AGORD, M. R. L. (2009) . A TopoLógica da Verdade. **aSEPHallus** (Online), Volume IV – n. 7, nov./2008 a abr./2009. Disponível em: [http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero\\_07/index.html](http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_07/index.html).